

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
AMAZONAS  
CAMPUS MANAUS CENTRO  
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA**

ANGELICA RIBEIRO DE SOUZA

**PARA ONDE EU VOU?**

Orientação profissional como subsídio para as escolhas de concluintes do ensino  
fundamental

MANAUS-AM

2023

ANGELICA RIBEIRO DE SOUZA

### **PARA ONDE EU VOU?**

Orientação profissional como subsídio para as escolhas de concluintes do ensino fundamental

Trabalho de Dissertação apresentado ao Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo IFAM/Campus Manaus Centro.

Linha de pesquisa 2: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Macroprojeto 6 - Organização de espaços pedagógicos na EPT

Orientador (a): Prof.<sup>a</sup>. Dra. Cinara Calvi Anic Cabral

MANAUS/AM

2023

---

**Biblioteca *Campus* Manaus Centro**

---

S729p Souza, Angelica Ribeiro de.

Para onde vou? orientação profissional como subsídio para as escolhas de concluintes do ensino fundamental / Angelica Ribeiro de Souza. – Manaus, 2023.

133 p.: il. color.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *Campus* Manaus Centro, 2023.

Orientadora: Profª. Dra. Cinara Calvi Anic Cabral.

1. Educação vocacional. 2. Orientação profissional. 3. Ensino Fundamental. 4. Ensino Médio Integrado. 5. Formação profissional I. Cabral, Cinara Calvi Anic. (Orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. III. Título.

CDD 370.113

---

ANGELICA RIBEIRO DE SOUZA

**PARA ONDE EU VOU?**

Orientação profissional como subsídio para as escolhas de concluintes do ensino fundamental

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo IFAM/Campus Manaus Centro.

Linha de pesquisa 2: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Macroprojeto 6 - Organização de espaços pedagógicos na EPT

Orientador (a): Prof.<sup>a</sup>. Dra. Cinara Calvi Anic

Aprovado em: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_.

**Banca Examinadora**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cinara Calvi Anic Cabral - IFAM  
(Orientadora)

---

Prof. Dr. Cirlande Cabral da Silva - IFAM  
(interno - ProfEPT-IFAM)

---

Profa. Dra. Hileia Monteiro Maciel, membro titular externo - UEA;

---

Prof. Dr. José Cavalcante Lacerda Junior, membro suplente interno - ProfEPT-IFAM;

---

Prof. Dr. Marco Aurélio Nicolato Peixoto, membro suplente externo - IFMG.

MANAUS/AM

2023

## DEDICATÓRIA

*Dedico esta pesquisa a Deus e a minha família cuja presença e apoio foram fundamentais para essa conquista. Amo todos vocês!*

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar eu agradeço a Deus que me abençoou e me amparou a vida inteira, fazendo com que eu realizasse todos os meus sonhos, pelo menos aqueles que ele achou que eram pra ser meus.

Aos meus pais que subsidiaram toda a condição de, mesmo em escola pública durante toda a vida escolar, receber uma educação de qualidade e excelência dentro e fora da escola.

Ao meu amor, Frank Barbosa e aos meus grandes amores Izadora, Chaiane e Rafael Souza por todo seu apoio nos momentos que precisei, crises e ausências onde não me abandonaram, sei que não foi fácil para vocês.

Aos meus professores e colegas do Profept que com todo o acolhimento me integraram neste curso tão desafiante, diferente da minha realidade, mas apaixonante.

Um sonho de infância que se tornou real.

À design Gráfica que se propôs a todo momento realizar o trabalho da melhor forma possível com os recursos que tinha e que disponibilizei em face do produto educacional, não mediu esforços para ajustar tudo, quantas vezes fosse necessário.

À professora doutora Rosa Oliveira Martins Azevedo e ao GEPROFET - Grupo de estudos sobre formação de professores no ensino tecnológico - que sempre se dispôs a contribuir com a pesquisa dos membros enriquecendo nosso crescimento.

À minha querida orientadora Cinara Calvi Anic que, diante de todas as adversidades do percurso que percorremos, da vida, da convivência, de tudo o que engloba a relação de orientação, foi meiga, compreensiva, exaustivamente parceira. Essa pessoa conduziu com responsabilidade, humanidade, profissionalismo e amor toda a pesquisa. Gratidão eterna, sem você eu nada seria.

À Prefeitura de Manaus representada pela Secretaria Municipal de Educação que me deu oportunidade do afastamento para os estudos, ao programa Qualifica nas pessoas de Aldrey Noronha e Janayra Xavier, as quais me ajudaram, de maneira humanizada, com todo o processo burocrático do afastamento.

Ao IFAM pela generosa oportunidade de crescimento intelectual e profissional que mudou a minha vida, muito mais, salvou a minha vida. Muito, muito, muito obrigada.

## EPÍGRAFE

**P**artindo de um sonho

Ramificações cerebrais inúmeras e constantes

**O**que eu te proponho?

Fazer de dois anos de estudo, instantes

Especialistas se tornaram mestres

Para realizar aquele sonho, e para isso

Toda a pesquisa foi muito importante

**I**nstruindo o pesquisador

**F**ormando para o ensino tecnológico

**A**tuando na educação com amor

**M**estre em Educação Profissional e Tecnológica

**M**edo não desanimou

**E**studantes do mestrado

**S**eguiram seu caminho

**T**ão entusiasmados

**R**indo um dia, chorando dois

**A**gora chegamos ao fim

**N**unca duvidamos que

**D**e depois de tudo o que nos propôs

**O**s louros recebemos, enfim.

*Angelica Ribeiro de Souza*

## RESUMO

A escolha profissional na vida dos jovens representa um momento de dúvidas e incertezas, dada as transformações políticas e econômicas que vivenciamos na contemporaneidade. Nesse processo de escolha, a orientação profissional pode representar um caminho para uma tomada de decisão mais consciente e assertiva, onde se oportuniza ao jovem conhecimento sobre as profissões, sobre o mercado de trabalho, bem como a construção de seu projeto de vida, conforme previsto nas competências gerais da Base Nacional Comum Curricular- BNCC. A pesquisa aqui apresentada objetivou responder ao seguinte problema: Como auxiliar estudantes concluintes de ensino fundamental a amadurecer suas inclinações e escolhas profissionais no que concerne ao futuro ingresso no Ensino Médio Integrado? Para responder a esse problema, construímos o seguinte objetivo geral: Contribuir, por meio da Orientação Profissional, com o amadurecimento das inclinações profissionais de estudantes concluintes do Ensino Fundamental que se interessam pelo ingresso no Ensino Médio Integrado ao Técnico. O percurso metodológico na pesquisa foi pautado na abordagem qualitativa inspirada no estudo de caso, utilizando a pesquisa documental, grupo focal e a observação através da oficina pedagógica para construção dos dados. A análise de dados foi pautada no Espiral de Creswell (2014). A pesquisa foi realizada com os estudantes concluintes do Ensino Fundamental de uma escola pública de Manaus, com interesse em ingressar no Ensino Médio Integrado ao Técnico, para verificar suas expectativas e dúvidas acerca da entrada no Ensino Médio. Como produto educacional da pesquisa, elaboramos um guia intitulado “Guia de Orientação Profissional: Navegando nas águas das escolhas profissionais”. Tal guia visa contribuir com alunos do ensino fundamental no momento da escolha profissional, já que a adolescência vem permeada de muitas dúvidas e incertezas. Através de coleta de informações prévias, construção e aplicação de uma oficina foi possível proporcionar uma ampliação acerca de conhecimentos como: ensino médio, educação profissional, possibilidades de escolhas e locais ofertantes, como o IFAM e toda sua estrutura. Os resultados a partir da observação e análise de todo o processo vivido mostrou o déficit dos conhecimentos prévios dos sujeitos da pesquisa acerca da próxima etapa da educação básica a ser seguida, seja o ensino médio propedêutico ou o ensino médio integrado ao técnico ou ao próprio projeto de vida como um todo. Por isso, este estudo se faz relevante em virtude de proporcionar uma base para estudos posteriores e aprofundamentos no auxílio aos jovens ainda no Ensino Fundamental, permitindo que possam prosseguir nos estudos e delinear seus projetos de vida de forma mais assertiva.

Palavras-chave: orientação profissional; ensino fundamental; ensino médio integrado; formação profissional.



## ABSTRACT

The professional choice in the lives of young people represents a moment of doubts and uncertainties, given the political and economic transformations that we are experiencing in contemporary times. In this process of choice, professional guidance can represent a path to a more conscious and assertive decision-making, where young people are given the opportunity to learn about professions, the job market, as well as the construction of their life project, as provided for in the general competencies of the National Common Curricular Base (BNCC). The research here presented aims to answer the following problem: How to help students graduating from elementary school to mature their inclinations and professional choices regarding the future entry into Integrated High School? To answer this problem, we built the following objective: To contribute, through Professional Guidance, to the maturation of the professional inclinations of students graduating from Elementary School who are interested in entering Integrated High School. The methodological path in the research was based on the qualitative approach inspired by the case study, using documentary research, focus group and observation through the pedagogical workshop for data construction. The data analysis was based on the Creswell Spiral where we guided its stages of organization, description and classification of the data into codes so that there was an interpretation and representation of them. The research was carried out with students graduating from Elementary School of a public school in Manaus, interested in entering Integrated High School, to verify their expectations and doubts about entering High School. As an educational product of the research, we developed a guide entitled "Career Guidance Guide: Navigating the Waters of Professional Choices" which had the same objective as the research itself. The results from the observation and analysis of the entire process showed the deficit regarding the previous knowledge of the research subjects about the next stage of basic education to be followed, whether it is propaedeutic high school or high school integrated with the technical or with the life project itself as a whole. Thus, we conclude that this study is relevant to science because it provides a basis for further studies and deepening of the desire to help young people still in Elementary School to design their future for the continuation of their life projects and continuity of studies.

**Keywords:** Career Guidance; Elementary School; Integrated High School; Vocational Training.

Permitido, somente, para fins acadêmicos e científicos, a reprodução integral ou parcial desta dissertação por procedimentos fotocopiadores ou eletrônicos.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Etapas da realização da Oficina.....	72
Figura 2- Atividade1 da Oficina Árvores do saber .....	75
Figura 3- Atividade 2 da Oficina Árvores do saber .....	78
Figura 4- Análise em espiral de Creswell .....	83
Figura 5- Categorias projetadas para análise de dados a partir do Grupo Focal .....	84
Figura 6- Temas projetados para análise da oficina.....	85
Figura 7- Gráfico com os resultados da questão (livre) de avaliação da oficina .....	98
Figura 8- Capa do produto educacional.....	100
Figura 9- Unidade 2 do Produto Educacional .....	101
Figura 10- Logo da Oficina descrita na unidade 3 do Produto Educacional .....	102

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Equivalência entre o ensino fundamental de 8 e 9 anos	30
Quadro 2- Dados da Revisão Bibliográfica	65
Quadro 3- Códigos substitutivos de identidade dos alunos	70
Quadro 4- Questionamentos para reflexão	81
Quadro 5- Profissões citadas e a fonte de maior influência na turma do 9º A (esquerda) e 9º B (direita)	94

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEP	Análise da Escolha Profissional
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAAE	Certificado De Apresentação De Apreciação Ética
CAPES	Coordenação De Aperfeiçoamento De Pessoal De Nível Superior
CEB	Câmara De Educação Básica
CEE	Conselho Estadual De Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
COVID	É a junção de letras que se referem a (Co)Rona (Vi)Rus (D)lisease, O que na tradução para o português seria "Doença Do Coronavírus
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DCNEPT	Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional
EBTT	Educação Básica Técnica e Tecnológica ECA
EPT	Educação Básica Técnica e Tecnológica
EPTNM	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística
IDE	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFC	Instituto Federal Catarinense
IFF	Instituto Federal Fluminense
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC MP	Ministério da Educação
MP	Medida Provisória
OP	Orientação Profissional
PNE	Plano Nacional de Educação
PROFEPT	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
QEDU	Portal é uma iniciativa inédita desenvolvida pela Meritt e Fundação Lemann para acompanhamento de dados sobre a educação brasileira

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>18</b>
<b>2</b>	<b>EDUCAÇÃO COMO DIREITO CONSTITUCIONAL E COMO CAMINHO PARA A EMANCIPAÇÃO</b>	<b>22</b>
<b>2.1</b>	<b>A organização da educação básica</b>	<b>26</b>
<b>2.2.1</b>	<b>A etapa do Ensino Fundamental nos documentos legais</b>	<b>29</b>
<b>2.2</b>	<b>O estudante do ensino fundamental: entre a infância e a adolescência</b>	<b>33</b>
<b>2.3</b>	<b>O ensino médio como etapa final da educação básica</b>	<b>39</b>
<b>2.3.1</b>	<b>Mais do mesmo: o Novo Ensino Médio e a BNCC</b>	<b>40</b>
<b>2.3.1.1</b>	<b>Trabalho e projeto de vida na legislação</b>	<b>46</b>
<b>3</b>	<b>A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DO NOVO ENSINO MÉDIO</b>	<b>49</b>
<b>4</b>	<b>ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL, VOCACIONAL, ORIENTAÇÃO PARA A CARREIRA: QUE CAMINHOS POSSO SEGUIR?</b>	<b>52</b>
<b>4.1</b>	<b>Orientação profissional e o mundo do trabalho no contexto escolar</b>	<b>56</b>
<b>4.2</b>	<b>Estudos recentes sobre orientação profissional para estudantes da educação básica</b>	<b>60</b>
<b>5</b>	<b>PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA</b>	<b>67</b>
<b>5.1</b>	<b>A pesquisa qualitativa baseada no estudo de caso: fase exploratória e definição do estudo</b>	<b>67</b>
<b>5.1.1</b>	<b>Delimitação do estudo: a organização da Oficina Pedagógica e a coleta de dados</b>	<b>71</b>
<b>5.1.1.1</b>	<b>Oficina Pedagógica: A etapa da Contextualização</b>	<b>73</b>

5.1.1.2	Oficina Pedagógica: A etapa da Planificação	77
5.1.1.3	Oficina Pedagógica: A etapa da Reflexão	81
<b>5.2</b>	<b>Procedimentos para análise de dados</b>	<b>82</b>
<b>6</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES</b>	<b>87</b>
<b>7</b>	<b>PRODUTO EDUCACIONAL</b>	<b>99</b>
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>105</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>109</b>
	<b>APÊNDICES</b>	<b>123</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta proposta de pesquisa surgiu das inquietações vividas em minha atuação profissional como servidora da Secretaria Municipal de Educação de Manaus (SEMED) onde atuava como professora e assessora de gestão em um grupo de escolas, realizando levantamento de dados acerca de todos os nichos educacionais, como frequência de alunos e professores, cumprimento de currículo escolar, rendimento bimestral e anual, planos de ação para melhoria de índices, cumprimento das ações etc. Nesse contexto, observe<sup>1</sup> que os alunos concluintes do Ensino Fundamental demonstram poucos esclarecimentos sobre a próxima etapa da educação básica: O Ensino Médio. Assim como pouco esclarecimento sobre oportunidades de ensino que se inserem nessa etapa da educação e as possibilidades de atuação em um futuro mercado de trabalho<sup>1</sup>.

De acordo com Mariano, Moraes e Miazaki (2019), a escolha profissional (e a carreira) envolve vários elementos e papéis sociais que serão desempenhados pelo indivíduo em sua vida, e muitos fatores interferem nessa escolha como questões sociais, econômicas, familiares e psicológicas. A orientação Profissional (OP) representa um processo que objetiva auxiliar o indivíduo e em sua escolha profissional, assim como prepará-lo para iniciar e progredir em determinada ocupação (Lima; Maranhão, 2018). A OP configura-se, portanto, como um auxílio para a escolha profissional, incluindo-se aqui conhecimentos sobre as profissões, orientações sobre mercado de trabalho, bem como a construção de seu projeto de vida (Alves; Silva; Joca, 2019).

A Orientação Profissional, no contexto escolar, pode ser realizada por psicólogos e pedagogos sendo que, de acordo com Sparta (2003), na prática, esses profissionais podem exercer a atividade de Orientação Profissional sem qualquer formação específica na área.

---

<sup>1</sup> Escrevo aqui em primeira pessoa por estar me apresentando na pesquisa. Posteriormente, sigo o texto em terceira pessoa, por acreditar que a pesquisa é uma construção colaborativa entre o pesquisador (a), orientador (a) e participantes.



No contexto da Orientação Profissional, há políticas públicas para que a educação para o trabalho permeie o trabalho pedagógico nas escolas, articulando-se a propostas de orientação profissional mesmo que de forma indireta.

A Lei n. 13.415/2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, estabelecendo uma mudança na estrutura do Ensino Médio preconiza, no seu Art. 35-A, §7º que “Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida [...]” (BRASIL, 2017). Esta lei, que representou uma das bases para a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - Ensino Médio, faz referência ao que considera trabalho e projeto de vida, sendo esta denominação uma das competências esperadas para o aluno, segundo o referido documento.

Considerando-se que a Lei n. 13.415 de 2017 prevê a escolha, por parte do aluno, de um itinerário formativo para prosseguimento dos estudos no Ensino Médio, torna-se de suma importância o esclarecimento das possibilidades que se apresentam ao conculinte do Ensino Fundamental, que deverá, segundo a nova estrutura do Ensino Médio, além de cursar uma Base Nacional Comum Curricular de disciplinas com carga horária de 1.800 horas, complementar a carga horária total do Ensino Médio (3.000 horas, no mínimo) em um dos itinerários formativos disponíveis. No caso do itinerário da formação profissional, há possibilidades de saídas intermediárias com certificação. Assim, como recorte dessa pesquisa, centraremos as discussões sobre a inserção no Ensino Médio Integrado ao Técnico.

Cabe aqui lembrarmos que, neste ano de 2023, o calendário de implementação do Novo Ensino Médio foi suspenso pelo MEC, havendo uma consulta pública (Portaria nº 399, de 08 de março de 2023) para avaliação de possíveis reformas do Novo Ensino Médio em resposta às reivindicações das associações de pesquisadores, estudantes e comunidade civil (Brasil, 2023). Dessa consulta pública resultaram várias sugestões de ações, divulgadas pelo MEC em 07 de agosto de 2023 (Brasil, 2023). Em 22 de setembro de 2023, o MEC enviou à Casa Civil uma minuta de Projeto de Lei (PL) que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 13.415/1996, de modo a contemplar parte das reivindicações advindas da consulta pública (CRISPI, 2023).

A BNCC, no que diz respeito ao trabalho e o projeto de vida como uma das competências a serem desenvolvidas, preconiza que se deve assegurar aos

estudantes que estes se apropriem de conhecimentos e experiências que lhes permitam entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas que se articulem ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida com autonomia. Porém, Santos e Martins (2021) lembram que ainda que o documento traga essas necessidades acerca do trabalho e projeto de vida, sabe-se que a configuração atual da sociedade tem, implícitas, relações de trabalho capitalistas presa às suas determinações. Os autores acrescentam que a BNCC reforça a responsabilidade individual dos jovens na resolução de seus problemas. Porém, esse protagonismo juvenil é permeado com outras palavras como habilidades, competências, projetos de vida e empreendedorismo, reforçando o que se apregoa como preparação para o trabalho.

Para a Educação Profissional, Oliveira e Neiva (2013) consideram que a Orientação Profissional (doravante OP) tem muito a contribuir com a formação dos estudantes que optam por seguirem nessa modalidade de ensino, justamente porque a primeira decisão profissional ocorre ainda muito jovem, e por vezes opta-se por um curso técnico como uma decisão que nem sempre é madura. Posteriormente, uma nova decisão se faz necessária quando se tem que pensar no prosseguimento dos estudos na educação superior.

Além dessas questões legais, em uma revisão exploratória da literatura na base de dados do Google Acadêmico, Scielo, Base de Teses e Dissertações - BDTD, Observatório dos Institutos Federais e Repositórios dos Institutos Federais, constatamos que muitos estudos que tratam da OP são direcionados a concluintes do Educação Profissional, Ensino Médio e Ensino Superior, havendo poucos estudos direcionados a OP a alunos concluintes do Ensino Fundamental. De um universo de 2474 estudos localizados, 2400 não faziam qualquer menção a tema dessa pesquisa. E dos 74 estudos selecionados, tivemos voltados 15% para a educação profissional, 3% para o ensino superior, 8% para o ensino médio e para o ensino fundamental 1%.

Em vista do exposto, apresentamos o seguinte problema de pesquisa: Como auxiliar estudantes concluintes de ensino fundamental a amadurecer suas inclinações e escolhas profissionais no que concerne ao futuro ingresso no Ensino Médio Integrado?

Traçamos, como objetivo geral da pesquisa: Contribuir, por meio da Orientação Profissional, com o amadurecimento das inclinações profissionais de estudantes

concluintes do Ensino Fundamental que se interessam pelo ingresso no Ensino Médio Integrado ao Técnico.

E, como objetivos específicos: 1) Discutir, com base na literatura, a orientação profissional no contexto escolar como caminho para auxiliar os jovens a amadurecerem suas escolhas profissionais; 2) Verificar, dentre estudantes concluintes do Ensino Fundamental, seus interesses profissionais e de prosseguimento nos estudos; 3) Elaborar um guia que contribua com esclarecimentos a estudantes concluintes no Ensino Fundamental sobre o prosseguimento em seus estudos no Ensino Médio Integrado ao Técnico.

Pensamos neste guia de modo a considerar as ponderações Oliveira e Anjos (2011), isto é, uma formação para a atuação no mundo do trabalho que não se limite a um processo de adaptação ao mercado seguindo a lógica capitalista.

Sob esse aspecto, um caminho para essa formação, segundo os autores supracitados, é a Orientação Profissional como um processo de mediação, isto é, onde o orientador profissional possa ser este mediador mais experiente e que tenha condições de socializar conhecimentos historicamente produzidos por gerações precedentes.

A pesquisa em tela está organizada da seguinte forma: no primeiro capítulo há a introdução, abordando de forma sucinta o que a pesquisa traz em seu corpo com dados pontuais e específicos para situar o leitor.

No segundo capítulo aborda-se a educação como direito constitucional e como caminho para a emancipação, detalhando toda a organização da educação básica onde estão inseridos tanto o ensino fundamental como o ensino médio, tratando ainda do que se tem na legislação brasileira sobre os mesmos e sobre trabalho e projeto de vida.

No terceiro capítulo se considerou abordar a formação profissional no contexto do novo ensino médio, mesmo existindo a formação profissional no formato de ensino médio vigente antes de 2021 e estarem ocorrendo tratativas políticas acerca da Lei n. 13415 em sua íntegra a fim de revoga-la ou aplicar emendas. Lembramos que, no momento do desenvolvimento da pesquisa, essa pauta estava com a legislação vigente, mas os Institutos Federais ainda não haviam aderido à nova proposta.

No quarto capítulo há um enfoque no desenvolvimento de ideias e conceitos acerca da orientação profissional, vocacional e orientação para a carreira e relacionamos este tema com o mundo do trabalho para que se possa compreender

melhor o movimento da pesquisa tanto de forma geral como na abordagem com os jovens sujeitos da pesquisa.

No quinto capítulo se tem o desdobramento do percurso metodológico seguido na pesquisa, tratando da pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso, escolha e definição de instrumentos de coleta de dados, sendo eles: pesquisa documental, grupo focal e observação. Também descrevemos a construção e aplicação da oficina pedagógica, a qual deu origem ao Produto Educacional.

No sexto capítulo se apresenta o produto educacional denominado “ÁRVORES DO FUTURO: Um Guia para Implementação e condução de uma oficina de orientação profissional” o qual apresenta todo o processo de aplicação da oficina pedagógica construída e aplicada nesta pesquisa.

Ao final se conclui que os objetivos foram atendidos e o problema de pesquisa respondido, com o sentimento de que a pesquisa não esgotou todos os aspectos da demanda, abrindo oportunidade futura para outras pesquisas relacionadas.

## **2 EDUCAÇÃO COMO DIREITO CONSTITUCIONAL E COMO CAMINHO PARA A EMANCIPAÇÃO**

A educação, enquanto prática social e princípio pedagógico, vem se constituindo ao longo do tempo como bandeira política, em projetos e programas propostos como soluções para todas as mazelas da sociedade brasileira como, por exemplo, os programas de alfabetização ou de aceleração da aprendizagem (Baruffi, 2010). Como um processo histórico, segundo Baruffi (2010), têm na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 o marco no seu reconhecimento como um direito fundamental.

O direito à Educação é um dos elementos que compõem a Constituição Federal Brasileira promulgada em 1988, em seu artigo 6º. Neste documento aponta-se a igualdade de direitos quanto ao acesso à educação, viabilizando-se o pleno desenvolvimento do ser humano e preparando-o para o integral exercício da cidadania, além da qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Saviani (2011) afirma que a educação é um direito social, mas há um distanciamento entre o que a lei prescreve e o que se observa na realidade pois, concordando com Vasconcelos (2022), a esfera federal designa o mínimo de recursos para manutenção e desenvolvimento da educação.

A Constituição ainda preconiza a necessidade de organização nos conteúdos mínimos de modo que possa ser assegurada a formação básica do indivíduo, considerando-se o desenvolvimento de sua personalidade e seu senso de dignidade humana, reforçando os direitos humanos e a liberdade de cada um.

Para garantir o acesso ao ensino regular, novos documentos legais e várias ações foram surgindo nas esferas estadual e federal, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº4024 / 1961, Lei nº5692 / 1971, Lei nº9394 / 1996), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) (Emenda Constitucional 14 /1996, Lei nº 9424 /1996), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) (Emenda Constitucional 53 / 2006, Lei nº 11494 / 2007), Plano Nacional de Educação (Lei nº10172 / 2001), Piso Salarial (Lei nº11738 / 2008), dentre outros.

De acordo com Saviani (2011), o Estado toma como de sua responsabilidade a regulação, validação e avaliação da educação, e passa para a sociedade em si a missão de educar de fato. Inverte-se, assim, aquilo que está descrito na Constituição, tornando a educação direito do Estado e dever de todos os cidadãos, ao invés de ser um direito de todos e dever do Estado.

Leis, parâmetros, cartilhas são produzidos e disponibilizados para a população. Contudo, a educação de qualidade, de fato, para acontecer, depende de outros fatores como infraestrutura, pessoal qualificado, bem remunerado, materiais adequados e muitos outros que são postos de lado nos momentos de legislar. Pensamos como Gadotti (2010, p.4) que afirma que “[...] isso significa investir nas condições que possibilitam essa nova qualidade que inclui transporte, saúde, alimentação, vestuário, cultura, esporte e lazer[...]”.

Assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB de 1996 (Brasil, 1996), que garante oferta da educação pública e gratuita, atualizada em 2020, determina as funções de cada esfera no que se refere à divisão e distribuição de tarefas, ou seja: 1) a União deve se responsabilizar pelas instituições do Sistema Federal de Ensino; 2) os Estados devem assegurar o ensino fundamental e ofertar prioritariamente o Ensino Médio e, 3) os Municípios devem oferecer a educação infantil e priorizar a oferta do Ensino Fundamental (Brasil, 2020).

As legislações regulam aquilo que o Brasil oferece em educação referente aos direitos e deveres de todos os envolvidos, o fornecimento de serviços, infraestrutura, alimentação, transporte, material escolar e verbas de manutenção, regulamentando a forma que a educação deve caminhar em nosso país. A legislação prevê também a responsabilização para a esfera do poder público caso este não cumpra seu papel nela previsto, segundo o artigo 208 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e não ocorra a oferta obrigatória, será imputada responsabilidade à autoridade competente. (Brasil, 2020).

Declara-se como obrigatória a oferta da educação para pessoas de 4 a 17 anos, possibilitando a aqueles que não concluíram os estudos nessa faixa etária conseguirem oferta de ensino para si de forma pública e gratuita. Além disso, os estudantes do ensino fundamental têm direito garantido de acesso a programas que visem suprir necessidades de transporte, alimentação, material didático e assistência de saúde (Brasil, 2009)

A educação é algo para além da escola, além de espaços físicos oficiais, por sua capacidade de formar e transformar vidas em uma perspectiva de omnilateralidade; a educação pode oportunizar ao sujeito o desenvolvimento pessoal dentro de uma totalidade de suas necessidades, caminhando assim para a emancipação de seus desejos e ideias. Porém, conforme Marx (2010, p.54):

[...] a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “forces propres” [forças próprias] como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política (Marx, 2010 p. 54)

Considerando-se a emancipação dos estudantes, há a necessidade da educação se desatrelar das práticas capitalistas que visam o preparo das pessoas exclusivamente para mão de obra no mercado de trabalho. Uma educação que desenvolva muito além de habilidades manuais ou subsídios para este fim, que proporcione condições de enriquecimento pessoal do ser humano, a fim de que este possa fazer suas escolhas pessoais, laborais, educacionais a partir daquilo que deseja e acredita ser o melhor para sua vida. Como exemplo, poderíamos apontar um jovem que aprende um ofício, mas que não quer um emprego formal, quer montar seu próprio negócio, ou seja, alguém empreendedor pois, como argumenta Eynng (2015):

[...] qualidade educacional, na perspectiva emancipatória, vai além dos critérios econômicos eficientistas. A justiça social que se espera numa educação de qualidade requer condições que a sustentem e a garantam, considerando a interdependência das dimensões sociais, culturais, econômicas e pedagógicas. (Eyng, 2015. p.143).

Muito além de se garantir o cumprimento da legislação vigente e o direito à educação, precisamos compreender a educação em todos os espaços ocupados pelo ser humano de forma que esta ocorra de maneira plena, promovendo um conhecimento além de conteúdos programáticos e além dos muros das escolas, um conhecimento pleno, uma formação humana integral e realmente emancipatória. Concordamos com Eyng (2015) quando pondera que:

[...] não se trata de direito a qualquer educação, mas a uma educação de qualidade, independente da origem social, econômica ou cultural. Ressalta, também, a indicação da necessidade de a educação escolar considerar todos de modo igualitário e cada um em sua diversidade e individualidade (Eyng (2015, p. 141).

A respeito de qualidade e emancipação, almeja-se uma condição de mediação de saberes, onde se possa construir o conhecimento sem perder o direito de ser jovem, buscando o saber, mas ainda envolto em condições de acesso à cultura e lazer. Espera-se o exercício do direito à autonomia e que se desenvolva consciência crítica diante das experiências. “A proteção e a garantia do direito à educação de qualidade social convertem-se em princípio de justiça social, sobretudo em contextos tão marcados pela desigualdade e pela exclusão [...]” (Eyng, 2015. p.143).

Para Soares (2021), a escola é um espaço de integração dos jovens, de construção de pensamentos, de socialização. Por isso é importante enxergar a escola como um espaço de educação de maneira geral, cognitiva, social, cultural. Moura (2007) acredita que a identidade do povo depende da preservação da cultura pois, sem ela, grupos hegemônicos exercem o poder de incutir suas culturas nessas camadas que não preservam a sua própria identidade. Daí a importância de oportunizar que a escola proporcione a formação integral, considerando-se a articulação entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

Muito mais que mera transmissão de conhecimentos, a educação atinge outros níveis de importância na vida dos seres humanos, perpassando pelo aprimoramento do ser nas questões referentes à cidadania e contribuindo para que haja transformação no meio social ao qual esse indivíduo pertence. A família é a primeira sociedade a qual o indivíduo se faz membro; logo, em seguida, temos a comunidade

à qual este está inserido e, em poucos anos, o pertencimento à uma nova sociedade acontece: o ingresso na escola (Soares, 2021).

Diante disso acreditamos que a responsabilidade sobre a aprendizagem e educação recaem quase exclusivamente na escola. Porém o ser humano, na escola, já passou por duas outras organizações sociais: família e comunidade. A própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) aponta que um dos resultados esperados dos estudantes é o seu desenvolvimento em relação à responsabilidade social e à cidadania, bem como resolver demandas emergentes do mundo do trabalho.

Na seção a seguir, trataremos com mais detalhes a organização da Educação Básica, tendo em vista que o Ensino Médio Integrado ao Técnico é uma das modalidades que compõem a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM).

## **2.1 A organização da educação básica**

Quando pensamos nas legislações educacionais que organizam a educação brasileira, vimos que o Brasil já passou pela implementação de três leis principais: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 4.024/61, de 1961, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692/171, de 1971, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, de 1996. Nesse período, as nomenclaturas e organização da educação básica mudaram, sendo que em 1961 foi organizada em ensino primário e ensino em grau médio, em 1971 em ensino de primeiro grau e segundo grau e, com a promulgação da LDB de 1996, passou a ser constituída como educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

A LDB/1971, por exemplo, apontava que:

Art. 17. O ensino de 1º grau destina-se à formação da criança e do pré-adolescente, variando em conteúdo e métodos segundo as fases de desenvolvimento dos alunos.

Art. 18. O ensino de 1º grau terá a duração de oito anos letivos e compreenderá, anualmente, pelo menos 720 horas de atividades.

Art. 19. Para o ingresso no ensino de 1º grau, deverá o aluno ter a idade mínima de sete anos. (Brasil, 1971, Art.17; Art. 18; Art. 19).

Comparando-se esta legislação com a atual LDB, a LDB de 1971 propunha-se a atender os alunos seguindo as fases de seu desenvolvimento, sendo o ensino fundamental organizado em 8 anos e com carga horária de 720 horas, sendo que a partir de 7 anos, a criança poderia ingressar no 1º grau.



Em 1988 foi promulgada a Constituição Federal, a Carta Magna do Brasil, constituindo-se como base para todas as outras legislações nacionais. Neste documento consta que “a educação é direito de todos, dever do estado e da família e visa o pleno desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (Brasil 1988, p.109).

Após um longo período de discussões acerca da redemocratização da educação, o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no 9394/1996. Essa lei ainda está em vigor, mesmo que tenha sofrido algumas modificações em seu texto original.

A partir da promulgação desta lei, a educação básica no Brasil passou a ser organizada de outro modo: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. As modalidades de ensino incluem a Educação Escolar Indígena, Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional, dentre outras.

A Educação Infantil atende crianças com idade entre 0 a 3 anos na creche, e entre 4 a 5 anos na pré-escola. Essa etapa do ensino, de acordo com a referida lei, é de responsabilidade dos municípios. Coadunamos com Assis (2021), quando afirma que, apesar de obrigatória, os investimentos destinados a essa modalidade são mínimos, notadamente no que se refere a construção de prédios para alojar a clientela dessa faixa etária, além do fato de que a demanda sempre se mostra acima da procura.

De acordo com a LDB (Brasil, 2020), o Ensino Fundamental é dividido em Ensino Fundamental I, que atende do 1º ao 5º ano as crianças com idade entre 6 e 10 anos, e Ensino Fundamental II, que atende pessoas de 11 a 14 anos. Entretanto, existem modalidades específicas que atendem pessoas fora da faixa etária esperada para a série escolar, e também com necessidades especiais, como a Educação Especial e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), além dos programas de correção de fluxo.

O Ensino Médio, segundo o artigo nº 35 da LDB de 1996, corresponde à última etapa da educação básica e está organizado em 3 anos, havendo também algumas modalidades, como a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM).

A LDB de 1996 também trouxe mudanças na carga horária para o Ensino Fundamental, que passou a ser organizado em 9 anos, o total de horas aula passou de 720 para 800 horas por ano, ou duzentos dias letivos. A educação básica gratuita e obrigatória para pessoas entre 4 a 17 anos embasada nos seguintes princípios:

- I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
  - II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
  - III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
  - IV – Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
  - V – Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
  - VI – Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
  - VII – valorização do profissional da educação escolar;
  - VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da Legislação dos sistemas de ensino;
  - IX – Garantia de padrão de qualidade;
  - X – Valorização da experiência extraescolar;
  - XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
  - XII – consideração com a diversidade étnico-racial;
  - XIII – garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.
- (Brasil, 2020, p.09)

A LDB de 1996 reitera o que diz a Carta Magna e detalha de que forma o poder público e a sociedade devem tratar a questão da educação, explicitando também as modalidades de educação e do ensino superior.

Além da LDB, há outros instrumentos normativos relativos à educação, como as Diretrizes Curriculares Nacionais -DCN, promulgadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2013, e referentes às normas que regem o sistema curricular e de ensino da educação básica.

Ainda que hoje o país vivencie a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as diretrizes (DCN) não deixarão de ser seguidas. Conforme descrito nas Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2013):

- [...] a necessidade de definição de Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica está posta pela emergência da atualização das políticas educacionais que consubstanciam o direito de todo brasileiro à formação humana e cidadã e à formação profissional, na vivência e convivência em ambiente educativo. Têm estas Diretrizes por objetivos:
- I – sistematizar os princípios e diretrizes gerais da Educação Básica contidos na Constituição, na LDB e demais dispositivos legais, traduzindo-os em orientações que contribuam para assegurar a formação básica comum nacional, tendo como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola;
  - II – estimular a reflexão crítica e propositiva que deve subsidiar a formulação, execução e avaliação do projeto político-pedagógico da escola de Educação Básica;
  - III – orientar os cursos de formação inicial e continuada de profissionais – docentes, técnicos, funcionários – da Educação Básica, os sistemas educativos dos diferentes entes federados e as escolas que os integram, indistintamente da rede a que pertençam. (Brasil, 2013. p.7-8)

Em vista do exposto, observamos que a educação básica está estruturada em diversas modalidades e algumas etapas, as quais incluem o Ensino Fundamental e Ensino Médio. Estando nossa pesquisa direcionada à orientação profissional de

concluintes do Ensino Fundamental, é importante conhecermos com mais detalhes as orientações legais para esta etapa, o que será feito na seção a seguir.

### **2.2.1 A etapa do Ensino Fundamental nos documentos legais**

O ensino fundamental, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1971, era denominado de ensino de 1º Grau e tinha duração de 8 anos, indo da 1ª à 8ª séries para alunos entre 7 e 15 anos. As crianças abaixo dessa idade deveriam “[...] receber conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes”. (BRASIL, 1971, Cap.II; Art. 19).

Com a promulgação da Constituição Federal do Brasil em 1988, novos encaminhamentos foram apontados para a educação nacional, sendo uma delas a garantia de educação para crianças a partir de 4 anos de idade por meio de cooperação técnica e financeira entre Estados e União. No artigo 208 do documento é feito o detalhamento da organização da educação e seus direitos, inclusive acerca das consequências do não cumprimento pelo poder público desta lei “Art. 208 § 2o O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente”. (Brasil, 1988, p.110).

O artigo 211 afirma que os municípios deverão ter como prioridade a oferta da educação infantil e do ensino fundamental, enquanto que os estados e Distrito Federal devem priorizar o ensino médio. (Brasil, 1988).

O art. 214 ratifica o compromisso com a Educação por meio da proposta do Plano Nacional de Educação (PNE), o qual, pelo período de 10 anos, propõem ações para se atingir objetivos referentes à erradicação do analfabetismo, formação para o trabalho, melhoria da qualidade de ensino, dentre outros.

Após essas determinações contidas na Carta Magna, várias discussões se iniciaram nos âmbitos político e social para melhoria da educação, a qual ainda permanecia sob o olhar da LDB/1971. Em 1996 houve a publicação de outra versão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) a qual buscava, dentre outros fatores, adequações para o cumprimento das determinações da Constituição Federal, como a ampliação do ensino fundamental de 8 para 9 anos.

Algum tempo depois, em 1998, o Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou uma resolução que instituiu as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental. Este documento veio para subsidiar a organização curricular nos estabelecimentos de ensino, priorizando pontos como autonomia, ética,

responsabilidade, solidariedade e respeito, observando-se os princípios estéticos, de criatividade e cultura. (Brasil, 1998).

Em 2001 foi promulgada a Lei nº 10.172, que traz o Plano Nacional de Educação para o decênio 2001-2010 e suas metas para o ensino fundamental. Dentre essas metas, citamos:

[...] universalizar o atendimento de toda a clientela do ensino fundamental, no prazo de cinco anos a partir da data de aprovação deste plano, garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças na escola, estabelecendo em regiões em que se demonstrar necessário programas específicos, com a colaboração da União, dos Estados e dos Municípios.

[..] ampliar para nove anos a duração do ensino fundamental obrigatório com início aos seis anos de idade, à medida que for sendo universalizado o atendimento na faixa de 7 a 14 anos. (Brasil, 2001).

Entretanto em 2009 essa faixa etária de oferta obrigatória da educação para pessoas de 4 a 17 anos:

Art. 1º Os incisos I e VII do art. 208 da Constituição Federal, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 208. I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (NR) (Brasil, 2009. Art. 1º)

Zanatta (2015) argumenta que objetivou-se melhorar a qualidade da educação com essa expansão do ensino fundamental para 9 anos (Quadro 1), inclusive com um tempo maior para a alfabetização e letramento, mas aponta a necessidade de se atrelar os atores do processo, sejam cidadãos ou governantes, a uma educação integral para além dos muros da escola, ou seja, envolvendo toda a sociedade.

Quadro 1- Equivalência entre o ensino fundamental de 8 e 9 anos

8 anos de duração	9 anos de duração	Idade correspondente no início do ano letivo (sem distorção idade/ano)
-	1º ano	6 anos
1ª série	2º ano	7 anos
2ª série	3º ano	8 anos
3ª série	4º ano	9 anos
4ª série	5º ano	10 anos
5ª série	6º ano	11 anos
6ª série	7º ano	12 anos
7ª série	8º ano	13 anos
8ª série	9º ano	14 anos

Fonte: (BRASIL, 2009)

Em 2005, a promulgação da lei 11.114 que modifica em parte a LBD (BRASIL, 2014) trouxe consigo a obrigatoriedade da matrícula no Ensino Fundamental a partir

de 6 anos de idade completos até o início do ano letivo sendo que, em 2006, a Lei 11.274 conferiu o prazo até o ano de 2010 para implantação dessas modificações. E em 2009 uma emenda constitucional determinou a obrigatoriedade da matrícula a partir dos 4 anos na educação infantil (Brasil, 2009).

Diante do exposto, verificamos que a LDB de 1971 não trazia a obrigatoriedade da educação infantil, o que abriria espaço para que muitas crianças iniciassem o ensino de 1º Grau sem serem alfabetizadas, dificultando o nivelamento em questões de currículo. Com a implementação da Constituição Federal e da LDB/1996, o Estado passa a trazer uma preocupação com o nível de conhecimento dos estudantes e, com isso, busca uma forma efetiva de melhorar a oferta de ensino em nosso país, o que se concretizou com o acréscimo de um ano no tempo regular do Ensino Fundamental além da educação infantil, especialmente voltado para a alfabetização.

Porém, como argumentam Medeiros e Lira (2016) a implantação do ensino de 9 anos nos estados e municípios não foi acompanhada por ações relativas à formação dos professores, estrutura física institucional e reorganização das propostas pedagógicas, o que levou a várias dúvidas e questionamentos em relação aos procedimentos pedagógicos para essa nova organização, assim como para a recepção de alunos de 6 anos de idade no primeiro ano.

Em 2010 o CNE publicou o Parecer CNE/CEB nº 11, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos. Este documento determina que as propostas curriculares do Ensino Fundamental devem assegurar aos alunos uma formação comum indispensável para o exercício da cidadania, de modo que sejam assegurados também os meios para progressão no trabalho e em estudos posteriores. Para tanto, são traçados alguns objetivos para o Ensino Fundamental, como o desenvolvimento da capacidade de aprender, a aquisição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para que seja desenvolvida uma visão crítica do mundo, dentre outros.

Posteriormente, em 2017 foi promulgada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Fundamental, com objetivo de promover a equidade e a melhoria da qualidade do ensino no país, além de assegurar que conhecimentos e habilidades essenciais possam se fazer presentes nos currículos da educação básica. A BNCC está estruturada em competências, sendo previstas 10 competências gerais para serem desenvolvidas junto aos alunos na educação básica: conhecimento, pensamento científico e criativo, comunicação, cultura digital, trabalho e projeto de

vida, argumentação, autoconhecimento e autocuidado, empatia e cooperação, responsabilidade e cidadania.

Na BNCC, assim como já se observara no Parecer 11 de 2010, caracteriza-se algumas mudanças próprias dessa fase da vida dos alunos. Essas mudanças, segundo o documento, requerem a compreensão do adolescente como sujeito em desenvolvimento, com suas particularidades, singularidades, e questões culturais próprias, as quais demandam práticas escolares diferenciadas.

Acrescenta-se, na BNCC, que

A escola pode contribuir para o delineamento do projeto de vida dos estudantes, ao estabelecer uma articulação não somente com os anseios desses jovens em relação ao seu futuro, como também com a continuidade dos estudos no Ensino Médio. Esse processo de reflexão sobre o que cada jovem quer ser no futuro, e de planejamento de ações para construir esse futuro, pode representar mais uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e social (BNCC, 2017 p.62).

Vários estudos, como os de Ramos e Nascimento (2019), Melo e Cunha (2021) dentre outros, buscaram fazer análises de temas que se inseriram na BNCC, como a formação por competências. No caso desta pesquisa, interessa-nos particularmente a competência relacionada ao projeto de vida, uma vez que o objeto da mesma se centra na orientação profissional a alunos finalistas do ensino fundamental. Santos e Gontijo (2020), com base em Damon (2008) entendem o projeto de vida (ou projeto vital) como:

Uma intenção que vai além de objetivos e metas estabelecidas individualmente, envolve o propósito de alcançar algo que é significativo também para o mundo. Os projetos vitais são construídos com base em valores morais expressando um engajamento do sujeito em fazer a diferença no mundo, a partir de suas potencialidades e interesses, em uma postura otimista, ativa, persistente e empreendedora (Santos; Gontijo, 2020, p.65).

A escolha do indivíduo não é individual, pois estas se efetivam com base no pertencimento ao seu contexto social, levando em conta as características de seu meio histórico, social e cultural. Portanto, pensar no projeto de vida não significa ser algo individualista e meritocrático, mas algo que possa permitir ao aluno ter uma visão organizada e estável de intenções, objetivos e ações que vão além de seu auto interesse e auto realização, para que este possa participar e transformar a sociedade onde se insere de forma ativa (Franzi, 2020).

Isso posto, verificamos que ainda são muitos os desafios que perpassam o Ensino Fundamental na perspectiva da construção de uma formação humanista e pautada em valores e que oportunize, como argumenta Franzi (2020), reflexões sobre

as diversas esferas da vida dos alunos, permitindo um projeto educacional que vá além dos aspectos cognitivos, incluindo os aspectos afetivos.

Correa (2011) em seu estudo acerca dos impactos na educação infantil e ensino fundamental após a implantação do ciclo de 9 anos, afirma que isso não melhorou índices como reprovação e analfabetismo funcional, mesmo com a ampliação no tempo desta etapa.

Concordamos com Gil (2012) ao afirmar estranheza ao fato de que, nas reuniões colegiadas para votar a necessidade de um ensino fundamental de 9 anos, compareciam somente estados e municípios que aprovaram o projeto, sendo este sempre votado e vencendo por unanimidade, originando o documento intitulado “O Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade”,

É oportuno, portanto, buscarmos discutir em mais detalhes a caracterização dos estudantes que estão nessa transição, ou seja, da infância (no início do Ensino Fundamental II com 10 anos) para a adolescência ou juventude (quando chegam ao 9º Ano do mesmo ciclo e o 1º Ano do ensino médio), o que será feito na seção a seguir.

## **2.2 O estudante do ensino fundamental: entre a infância e a adolescência**

Nas últimas décadas temos presenciado várias ações governamentais objetivando a melhoria da qualidade da educação. O Plano Nacional de Educação (PNE) para o período entre 2014 e 2024 propõe a melhoria da qualidade e a superação das desigualdades educacionais. A meta 7, por exemplo, enfatiza o fomento à qualidade da educação básica e define metas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDE.

A escolarização e a erradicação do analfabetismo têm sido alvo de diversas políticas por parte de todas as sociedades em desenvolvimento. Com o Brasil, o cenário não é diferente. No censo de 1995 tínhamos 33.936.942 (trinta e três milhões, novecentos e trinta e seis mil, novecentos e quarenta e dois) crianças e adolescentes na faixa de 5 a 14 anos no Brasil. Dentre esses, havia 9.956.708 (nove milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e oito) crianças e adolescentes analfabetos na mesma faixa etária. (IBGE, 1995).

No entanto, no censo de 2010, 14 anos após a publicação da LDB/96, apresentávamos 32.136.046 (trinta e dois milhões, cento e trinta e seis mil e quarenta e seis) crianças e adolescente entre 05 (cinco) e quatorze (14) anos na população brasileira sendo que, dentre eles, 5.397.012 (cinco milhões, trezentos e noventa e sete mil e doze) de crianças e adolescentes na mesma faixa etária estavam em condições de analfabetismo. (IBGE, 2010).

Esses dois pontos da história (1995 e 2010) foram pontuados aqui para ilustrarmos as mudanças, em dados, antes e depois da promulgação da LDB/1996. O acesso e a permanência na escola também têm sido contemplados nas políticas públicas, mas a melhoria da qualidade da educação ainda necessita de um olhar sensível para questões mais amplas, como as necessidades específicas relativas à aprendizagem nessa faixa etária.

No ano de 2020 contamos com 26.728.830 (Vinte e seis milhões, setecentos e vinte e oito mil, oitocentos e trinta) alunos matriculados no ensino fundamental. Desses, 2.669.221 estão matriculados no 9º Ano. No Amazonas contamos com 700.104 alunos matriculados no Ensino Fundamental, sendo 65.816 no 9º Ano e na cidade de Manaus 331.842 alunos matriculados no Ensino Fundamental e 31.900 no 9º (QEDU, 2021).

Em 2021 foi publicada a quarta edição da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar -PeNSE, realizada em 2019 pelo IBGE em parceria com o Ministério da Saúde e com o apoio do MEC, a qual disponibiliza informações para o sistema de vigilância de fatores de risco e proteção para a saúde dos estudantes. Essa pesquisa traz elementos como hábitos alimentares, contexto escolar e familiar dos estudantes, dentre outros pontos. A referida pesquisa teve como público alvo estudantes do 7º e 9º ano do Ensino Fundamental e do 1º ao 3º ano do Ensino Médio, de escolas públicas e privadas do País, e ainda que os resultados apontados tenham centrado suas discussões entre estudantes de 13 a 17 anos, o estudo nos traz importantes reflexões sobre a educação básica como um todo.

Ressalta-se, no documento supracitado (IBGE, 2021) que a adolescência, a passagem da infância para a idade adulta, caracteriza-se por mudanças físicas e emocionais, ampliação da socialização e evolução (não linear) de experiências e autonomia, sendo esperado que o indivíduo busque definir na sociedade onde se insere. A adolescência é vivenciada de forma individual, de determinado tempo e



contexto histórico, social e cultural, exigindo um olhar específico para as suas particularidades.

Lembramos que a pesquisa foi realizada antes da pandemia do COVID 19, mas mostrou alguns indicadores que podem refletir os impactos da mesma na vida escolar. Os resultados desse levantamento mostraram, por exemplo, que 84,1% dos escolares brasileiros de 13 a 17 anos possuem aparelho celular e 55% desses alunos têm computador ou notebook em casa. Compreendemos que essas informações retratam a desigualdade vivenciada no período pandêmico, onde as atividades escolares presenciais foram suspensas e o ensino remoto implementado.

Em relação à continuidade dos estudos, foi observado que, ao concluir o ensino fundamental, 57,7% dos escolares afirmaram ter intenções de continuar estudando e trabalhando. Os maiores percentuais dos escolares que relataram pretender continuar apenas estudando estava na faixa de 13(treze) a 15(quinze) anos, com 25,3%, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, evidenciando a relevância de estudos que discutam o projeto de vida dos estudantes.

Os dados da PeNSE também evidenciaram que 55,4% dos estudantes ouvidos na pesquisa declararam morar com pai e a mãe, havendo ainda os que declararam não morar com nenhum dos genitores e, destes, 9,4% estavam na Região Norte.

No documento norteador das aprendizagens necessárias esperadas para o aluno no Ensino Fundamental, a BNCC, verifica-se algumas preocupações relativas às mudanças que ocorrem na faixa etária dos alunos que vivenciam essa etapa da educação básica.

A transição entre o Ensino Fundamental e o Ensino Médio ocorre entre os 10(5º ano do EF I) e 15 anos (1º Ano do Ensino Médio) aproximadamente, momento em que os jovens passam por alterações físicas e cognitivas significativas. Como lembram Casona *et al.* (2021, p.2) “a entrada na puberdade, associada à emergência do pensamento abstrato, frequentemente coincide com mudanças nos relacionamentos interpessoais, envolvendo a família e o grupo de pares” (Casona *et al.* 2021, p.2).

Devemos lembrar, concordando com Frisson (2019) que, na organização do Ensino Fundamental em 8 anos, os estudantes concluíam essa etapa por volta dos 14 anos, mas a transição para os anos finais ocorreria entre 11 e 12 anos. Com a mudança para 9 anos, essa transição do EF I para o EF II passa a ocorrer entre 10 e 11 anos. Esse fato, segundo a autora, traz implicações para a aprendizagem, uma vez que na configuração do ensino fundamental em 9 anos, os alunos com idade entre

10 e 11 anos conservam características da infância haja vista o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), que considera criança o indivíduo com até 12 anos incompletos, e adolescente de 12 a 18 anos (Brasil, 1990. Art. 2º).

No dia 05 de agosto de 2013 foi instituído o Estatuto da Juventude na forma da Lei 12. 852 a qual institui direitos e políticas públicas para jovens de 15 a 29 anos no Brasil e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE detalhando direitos já contidos em outros documentos como CFB (1988), ECA (1998), LDB (1996) e outros.

De acordo com o Estatuto da Juventude (Brasil, 2013):

§ 1º Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

§ 2º Aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção

No ensino fundamental II (6º ao 9º ano) estão deixando de ser crianças, mas ainda não são adultos. Visto que segundo o ECA com idade de 11 e 12 anos incompletos são crianças e 12 anos completos até 14 anos são adolescentes. Já o Estatuto da Juventude afirma que aqueles a partir de 15 a 18 anos, como ocorre com estudantes em distorção idade-série, já são jovens.

Nesse período, eles passam por alguns desafios e vivenciam algumas transformações em relação ao seu corpo, a sua mente e as suas relações. Segundo Anacleto e Fonseca (2021), Sigmund Freud tratava como puberdade esse período de transformações tanto corporais como psíquicas.

Do ponto de vista legal, até 1970 não era obrigatória, na escolarização, a fase que hoje chamamos de Ensino Fundamental II. Para serem inseridos nestes cursos, os alunos precisavam se submeter a um exame de admissão onde a intenção subliminar era de que somente aqueles com condições sociais e econômicas pudessem frequentar essas séries do Ensino Fundamental II. Savelli e Tenreiro (2011) lembram que a LDB de 1961 tratava de um ensino primário de no mínimo 4 anos e no máximo 6 anos, sendo que a frequência mínima à escola permaneceria de 4 anos.

Posteriormente, mesmo com a LDB nº9394 de 1996, os problemas com o fracasso escolar de 6º a 9º ano continuaram ocorrendo. Os alunos dessas séries costumam ser lembrados como pessoas em transição da infância para a vida adulta; porém, muito se ressalta sobre os aspectos negativos desta fase, desconsiderando que esses jovens buscam seus próprios significados para a construção de sua identidade jovem.

A proposta curricular da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) ao abordar esse momento de transição na vida do estudante defende que:

Na etapa dos Anos Finais, o estudante inicia sua caminhada ainda criança, porém a finaliza já adolescente, evidenciando o processo de transição que está intrínseco ao se cumprir esse percurso, o que justifica um olhar atento para a formação cidadã desse estudante enquanto protagonista de sua história (Amazonas, 2021, p.15).

Nesse sentido o texto corrobora com aquilo que discutimos nesse estudo a respeito da formação cidadã e da oportunização de condições para que haja essa formação, inclusive inserindo discussões a respeito do projeto de vida desses estudantes nessa etapa de suas vidas escolares.

O currículo escolar municipal de Manaus trata a respeito de todo o funcionamento da rede municipal de Manaus em suas competências. Sobre o ensino fundamental II esse documento trata da importância no desenvolvimento e formação desses estudantes e afirma que:

Nessa faixa etária, os estudantes estão passando pelo processo de transição da infância para a adolescência, fase marcada por mudanças intensas decorrentes das transformações biológicas, psicológicas, sociais e emocionais [...] o que demandará práticas escolares diferenciadas, capazes de contemplar suas necessidades, os diferentes modos de inserção social, seus projetos de vida, articulando seus anseios em relação ao futuro, o planejamento de ações para construir esse futuro, a importância da continuidade dos estudos, podem representar possibilidades de desenvolvimento pessoal e social (Manaus, 2021, p. 187).

Dito isso podemos perceber a preocupação do município em resguardar aquilo que vem claro nas legislações educacionais e gerais do nosso país, as quais falam em dar condições para que o estudante se torne autônomo e autor de seus próximos passos. Sendo imprescindível o pensar na individualidade e nas necessidades de cada faixa etária de desenvolvimento para que a educação se adeque e interaja com essas necessidades auxiliando na construção do ser humano por completo.

Segundo Xavier e Nunes (2015) a adolescência traz consigo novas estruturas de pensamento, baseado em um egocentrismo intelectual. Para ele, o mundo deve se curvar diante do que esse ser em formação acha do tal mundo, uma idade metafísica, onde o adolescente acredita que pode redefinir todo o universo à sua volta da maneira que achar melhor. Diante disso, torna-se corriqueiro o conflito de opiniões entre adolescentes e adultos.

Essa fase pode remeter, além da construção de parte de sua identidade e da descoberta de suas capacidades, ao ato de transgredir ou desafiar a si próprio em prol da vivência de várias experiências. Desta forma o restante da sociedade tende a

considerar esse momento perigoso no que se diz respeito a um provável uso de drogas, transmissão das infecções sexualmente transmissíveis e outras mazelas que possam estar no caminho desses adolescentes (Sales, 2005).

Nesse contexto surgem novas responsabilidades e a visível transformação de suas vidas em relação ao conhecimento ou ao autoconhecimento, ou até mesmo, sobre o conhecimento de mundo. As particularidades da idade mostram o quão importante são as relações com seus pares, seus grupos e suas tribos para o seu desenvolvimento e comportamento (Sales, 2005).

Coadunamos com as ideias de Sales (2005) quando aponta a adolescência como um momento de descobertas e experimentações, onde valores, papéis sociais e identidades transitam entre ser adulto e criança, pois o comportamento e pensamentos não estão tão maduros como se almeja na sociedade adulta, ainda que esse jovem seja capaz de procriar, produzir e trabalhar.

Em muitas situações presenciamos profissionais distantes desse público de alunos dos anos finais do ensino fundamental, como professores que cursaram licenciaturas em determinadas áreas específicas em cursos que não tratam com profundidade a psicologia e a pedagogia relacionada a essa faixa etária. Tais profissionais tendem a valorizar os conteúdos da área específica em que vão atuar, tendo dificuldades em lidar com as particularidades desses grupos (Roehrs; Maffun; Zagoel, 2010).

Roer, Maktum e Zagoel (2010) apontam que, em pesquisas referentes a adolescência, há uma ineficácia ou inadequação em alguns serviços, dentre eles o de educação. Concordamos com esses autores quando fazem alusão à necessidade de os profissionais dessa área estarem atentos ao perfil do grupo com o qual lidam, com suas incertezas, inseguranças, de modo que sejam ampliadas suas capacidades de compreensão sobre esse momento da vida, auxiliando-os na condução de uma formação mais humana e acolhedora.

Assim, vemos que há necessidade de se promover uma visão positiva dos estudantes, por meio do engajamento geral de todos os atores escolares, não somente professores, mas gestores, bibliotecários e toda comunidade escolar, estimulando e oportunizando autonomia para que esses estudantes sejam inseridos na construção de ações desenvolvidas em suas escolas com apoio e orientação da equipe técnica e docente (Roehrs; Maffun; Zagoel, 2010).

Acreditamos que é de suma importância construirmos uma visão desses estudantes pautada nas necessidades específicas dessa faixa etária, construindo nichos de compreensão entre eles e o mundo.

Na próxima seção, caracterizamos a etapa escolar do Ensino Médio, na tentativa de clarificarmos o contexto onde os estudantes adolescentes se inserem após a conclusão do Ensino Fundamental.

### **2.3 O ensino médio como etapa final da educação básica**

Como última etapa da educação básica, o Ensino Médio estrutura-se em 3 anos, sendo direcionado a adolescentes de 15 a 17 anos. Porém, há previsão de atendimento para aqueles com distorção idade- série. Inicialmente essa etapa da educação básica tinha como carga horária o total de 800 horas, distribuídas em, no mínimo, 200 dias letivos e dispendo de 13 disciplinas obrigatórias. Entretanto, o Parágrafo 1, Artigo 24 da Lei nº 9.394 de 1996 passou a requerer, em sua atualização de 2017, que:

§ 1º A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deverá ser ampliada de forma progressiva, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017. (Brasil, 2017, p.12).

Outrora denominado de 2º Grau, segundo a LDB de 1961, o Ensino Médio não era obrigatório na primeira versão da LDB 9394/96, constando na referida Lei apenas o Ensino Fundamental como obrigatório. A partir de 2013, por meio da Emenda Constitucional nº 59/2009, a oferta do Ensino Médio passou a ser obrigatória, assim como o Ensino Fundamental e a Educação Infantil. Os pais deveriam matricular seus filhos na escola a partir dos 4 anos de idade, tendo esses que frequentá-la até os 17 anos de idade, conforme vimos no excerto abaixo:

XII – a relevante alteração na Constituição, pela promulgação da Emenda Constitucional nº 59/2009, que, entre suas medidas, assegura Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 anos aos 17 anos de idade, inclusive a sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; assegura o atendimento ao estudante, em todas as etapas da Educação Básica[...] (Brasil, 2013, p.10).

Esse momento de conclusão da educação básica é permeado por questões como a inserção no mercado de trabalho e seguimento na vida acadêmica através das universidades, dentre outras escolhas passíveis desse momento da vida humana.

Portanto, a escola e as políticas públicas educacionais deveriam caminhar ao encontro das necessidades e realidade do seu público, com estudos e implementação de políticas que auxiliem os estudantes nas tomadas de inúmeras decisões que permeiam a fase juvenil. No contexto histórico brasileiro recente, tivemos a promulgação da Lei nº 13.415 em 2017, a qual ficou conhecida como lei do “ Novo Ensino Médio” e trouxe uma nova organização para essa etapa da educação básica, a qual descreveremos com mais detalhes na seção a seguir.

### 2.3.1 Mais do mesmo: o Novo Ensino Médio e a BNCC

Em 2016, após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o então presidente Michel Temer reabriu as discussões acerca da reforma para o ensino médio, ainda que estas viessem acontecendo desde o primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2016, o então Secretário de Educação Mendonça Filho apresentou uma proposta de medida provisória (MP) nº 746/2016, documento este que não passou por muitas discussões para ser aprovado, haja vista o fato de ter sido aprovado como lei 6 meses depois, dando origem à lei n. 13.415, de 2017. Esta Lei alterou a LDB no que tange ao ensino médio brasileiro em vários aspectos, dentre eles o aumento da carga horária mínima anual de 800 para 1.400 horas.

Além da alteração na carga horária, a lei do Novo Ensino Médio trouxe consigo a promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais esperadas ao longo da educação básica. Tal lei ainda determina que o currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, construídos de acordo com as áreas de conhecimento. São eles: Linguagens e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da natureza e suas tecnologias; Ciências humanas e sociais aplicadas e Formação técnica e profissional (Brasil, 2017).

A referida Lei também flexibiliza aos sistemas de ensino a responsabilidade sobre quais e quantas serão as áreas do conhecimento e conteúdos escolares ofertadas aos estudantes, sendo que os únicos conhecimentos obrigatórios para todas as escolas são aqueles referentes à Língua Portuguesa e Matemática, nos três anos do Ensino Médio, e, em algum momento do curso, a Língua Inglesa. Assim, conforme

Hernandes (2019), subentende-se que outras áreas de conhecimento poderão ser oferecidas (ou não) segundo definições dos sistemas de ensino.

Nesse contexto, o governo brasileiro iniciou uma campanha em massa para que houvesse a aprovação em relação a este Novo Ensino Médio, denominado Movimento pela Base. Essa Campanha visa convencer a população que a configuração do novo ensino médio é um avanço para a população brasileira ao trazer autonomia à escolha do estudante nesta etapa da educação básica. Entretanto, esses estudos são subsidiados por organizações não governamentais, fundações particulares, bancos, fundos de investimento e muitas outras organizações que supostamente se beneficiam dos resultados que esta lei venha a produzir.

Como observam Cardozo e Lima (2018), instituições internacionais de hegemonia do capital, como Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para a Educação, dentre outros, passaram a produzir estudos e pesquisas para enfatizar elementos como relação custo/benefício, taxas de retorno para o capital e trabalho e relação entre qualificação/escolarização e salário. Tais estudos, segundo os autores, se constituíram como bases para a elaboração de propostas para as reformas educacionais direcionadas para atender aos imperativos do capital.

No ano de 2018 iniciaram-se as publicações de documentos que, supostamente, auxiliam na implementação da lei que ficou conhecida como “ Novo Ensino Médio”, como a atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018), a instituição da Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio (Brasil, 2018), a Portaria nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018, que estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio e , por fim, o Guia de Implementação do Novo Ensino Médio. Conforme argumenta Barbosa (2019):

São muitos os aspectos do novo Ensino Médio que demarcam o reducionismo da formação para as classes trabalhadoras, a começar pela carga horária destinada a BNCC, que não poderá ultrapassar a 1.800 horas. Isso corresponde a menos 600 horas da carga horária do atual Ensino Médio propedêutico, que é de 2.400 horas, e será inferior a 50% da carga horária total, de 4.200 horas para os três anos, depois que ela for integralmente implementada. Reduzir a carga horária da base comum curricular significa negar o que é o comum na educação básica, cerceando os jovens das classes populares ao acesso ao conhecimento sistematizado produzido historicamente pela humanidade, já que, para muitos deles, a escola se constitui no principal espaço de acesso a esse conhecimento (Barbosa 2019, p;97).

Na proposta do Novo Ensino Médio essa etapa de ensino, conforme afirmamos anteriormente, será composta por dois grandes blocos: a formação básica e os itinerários formativos, onde o aluno, supostamente, deverá escolher o itinerário que pretende cursar, conforme a disponibilidade das redes e das escolas aquele que mais o agrada. Nesse cenário, cabem as indagações feitas por Cardozo e Lima (2018) ao questionarem:

Eles irão escolher áreas do conhecimento ou disciplinas? Quem irá optar pela formação propedêutica ou profissional? As ofertas desses eixos serão de acordo com a escolha, ou com o que o sistema oferecer? Como as escolas das zonas rurais irão oferecer esses itinerários? E os adolescentes e jovens das classes populares serão encaminhados para qual itinerário? As escolas privadas irão se submeter às determinações previstas nessa contrarreforma? O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) será organizado por áreas de conhecimentos (Cardozo e Lima (2018, p.134)?

Esses itinerários formativos necessitarão se organizar a partir de um dos eixos estruturantes ponto são eles: investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção sociocultural e empreendedorismo, cada um desses com objetivos e habilidades a serem seguidas.

Essa lei fala que as únicas disciplinas que deverão aparecer nos 3 anos de Ensino Médio são Língua Portuguesa, Matemática e Língua Inglesa, enquanto que as demais deverão ser distribuídas ao longo do período estudado.

Podemos verificar, ainda, que o Estado não é obrigado a oferecer todos os itinerários em todas as escolas, ficando a cargo de cada rede, da disponibilidade desta e das situações nas escolas como infraestrutura e pessoal.

O governo brasileiro não atribuiu regras para a divisão dos estudos no Ensino Médio em relação aos itinerários formativos levando a suposição de que provavelmente os alunos terão que "escolher" aquilo que as escolas mais próximas de sua residência oferecerem.

Por outro lado, temos as escolas particulares que, a priori, não sofrem problemas estruturais e nem de pessoal, podendo oferecer todos os itinerários formativos, e ainda, associar as disciplinas não obrigatórias nos projetos de ensino de forma que realmente leve seus resultados para a educação integral de seus alunos.

Dentro desta dualidade podemos observar que, tendo em vista as dificuldades sofridas historicamente pelas escolas públicas, como as questões estruturais, operacionais políticas e sociais, mais uma vez haverá uma distinção entre a educação oferecida na escola pública e a educação oferecida na escola privada. Segundo Souza



Corrêa e Souza Oliveira (2018, p.165) “A premissa de escolha, especialmente em escolas públicas, portanto, é um engodo – uma ficção, que diante do déficit histórico e estrutural de recursos humanos nas escolas públicas, não é difícil prever o cenário”.

Isso nos remete à reflexão acerca dos objetivos propostos com a reforma a qual fala em autonomia de escolha, já que a não obrigatoriedade de oferta de todos os itinerários e de disciplinas como Artes e Educação Física nas escolas poderá trazer, conseqüentemente, a perda de poder de escolha, visto que essa escolha não se efetiva conforme a vontade do estudante: ou ele cursa o que a escola próxima de sua casa oferecer, ou deverá se deslocar para outras escolas mais distantes.

No caso do itinerário da formação profissional, há ainda outros fatores preocupantes, como a possibilidade de professores com notório saber ministrarem as disciplinas técnicas. Nesse caso, qualquer pessoa sem formação docente que comprove competências em determinado conhecimento poderá tornar-se professor. Como argumenta Hernandez (2019):

O artigo 6o da lei 13.415, que altera o inciso IV do artigo 61 da LDBEN, traz mais exemplos de flexibilidade que, de tanto flexibilizar-se, podem descaracterizar a educação escolar. Na verdade, mascaram mais uma saída para os sistemas de ensino poderem se adequar à lei com poucos recursos. Dessa vez, flexibiliza-se qual profissional poderá atuar nas escolas de Ensino Médio para ministrar o arranjo curricular V – formação técnica e profissional [...] ( Hernandez 2019, p.11-12).

Concordamos com Bank (2020) quando pontua que uma reforma com essa amplitude não vislumbra oportunizar a apropriação, pela juventude, dos conhecimentos históricos construídos pela humanidade, mas sim, busca transformar a escola em um espaço de legitimação burguesa e do pensamento pós-moderno, calcado na fragmentação necessária para o trabalho na sociedade capitalista.

Alguns autores, como Machado (2018) consideram a lei do Novo Ensino Médio uma contrarreforma, pois acreditam que esta retrocede as conquistas realizadas até os dias de hoje, remetendo há uma política dualista como aquela vista anos atrás na denominada reforma Capanema. Essa reforma tinha a dualidade das escolas para dirigentes e a escola para operários, reforçando a divisão de classes sociais.

Além disso, atende-se a classe interessada que contribuiu com a formulação da lei: Bancos, organizações não governamentais ligadas à Indústria e Comércio, Fundações ligadas à Indústria e Comércio, fundos de Investimentos e outras organizações que dependem de mão de obra barata para continuarem sua hegemonia na detenção da riqueza, uma situação observada já por Barbosa (2019):

Como toda política, tem se constituído um campo de disputa cujas forças são representadas, de um lado, pelo governo, organismos internacionais e a classe empresarial da educação, a exemplo do Banco Mundial, o Movimento Todos pela Educação, Instituto Ayrton Senna, Instituto Unibanco, Fundação Lemann; e do outro, estudantes, profissionais da educação, pesquisadores e suas organizações representativas e associações científicas, além de uma intelectualidade orgânica de esquerda, contra hegemônica ao projeto conservador ora no poder - economicamente ultraliberal e politicamente ancorado em práticas fascistas e fundamentalistas. Os debates nas audiências públicas, seminários, fóruns e congressos ocorridos em todo país durante o trâmite da Lei tornaram público o projeto de educação nacional defendido pelas principais frações de classes no atual padrão de acumulação do capital no país (Barbosa (2019, p.95).

O tempo transcorrido entre a implementação da medida provisória e a aprovação da lei de reforma do ensino médio foi de pouco menos de 6 meses. Em se tratando de uma aprovação de lei, esse tempo é ínfimo, ou seja, esse processo se deu de maneira rápida, consolidando a redução de custos com a educação e a oportunidade de negócios para os grupos associados ao comércio, indústria e bancos.

Autores como Silva (2018), Silva e Schelb (2017), Pazeai (2017) dentre outros, consideram que a propaganda em massa para aprovação pública desta lei de reforma do ensino médio se deu com olhar ideológico. Entretanto, a não oferta de todos os itinerários por todas as escolas poderá levar a uma escolha compulsória daquilo que for ofertado, reforçando a dualidade de classes sociais (escola da elite versus escola pública). Como argumenta Barbosa (2019)

[...] a cerrada campanha que o MEC e seus apoiadores passaram a fazer nos principais e distintos aparelhos midiáticos do país com o intuito de construir o consenso em torno da necessidade da “reforma” desvela as estratégias utilizadas para o convencimento da maioria, isto é, o uso de um discurso apologético, baseado na relação causal e linear entre qualificação e inserção no mercado de trabalho, que promete um caminho rumo ao sucesso e repleto de possibilidades e escolhas. (Barbosa, p. 95-96, 2019).

No caso dos Institutos Federais, essas instituições compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criada pela lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (Brasil, 2008). Compõem essa Rede um conjunto de instituições, sendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro (Cefet-RJ) e de Minas Gerais (Cefet-MG), as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II. Ao todo, em 2019 a referida Rede era composta por 661 unidades distribuídas entre as 27 unidades federadas do país. (MEC, 2021).

O Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) é uma organização composta por 41 instituições – 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e o Colégio Pedro II – que são representados pelos dirigentes máximos de cada uma delas. Segundo informações que constam em seu site (CONIF, 2022) trata-se de uma instância de discussão, proposição e promoção de políticas de desenvolvimento da formação profissional e tecnológica, pesquisa e inovação. O Conselho atua no debate e na defesa da educação pública, gratuita e de excelência.

Em 2021, o CONIF elaborou um documento em como resultado de análises de um Grupo de Trabalho formado no âmbito do Fórum de Dirigentes de Ensino, este integrante do CONIF. Este documento versa sobre possíveis caminhos para a oferta de cursos de Educação Profissional Técnica e Tecnológica (EPT) pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), à luz da alteração nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (DCNGEPT), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) por meio da Resolução CNE/CP nº 01, de 05 de janeiro de 2021 (Res. nº 01/2021). Neste documento, recomenda-se que a organização atual dos Projetos Pedagógicos de Cursos e organizações didáticos pedagógicas institucionais, em consonância com as Diretrizes Indutoras para Oferta de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio na RFEPCT, aprovadas pelo CONIF em 2018, podem ser mantidas sob devida e constante avaliação e melhoramento, mas não precisam ser negadas para se adequar a concepções que só trarão prejuízos para a RFEPCT e principalmente para a formação integral dos educandos, para os profissionais envolvidos. Essa recomendação também foi citada pelo professor Sidinei Cruz Sobrinho, do IFSul, em *uma live* que teve como título “Novas Diretrizes para a EPT e seus Impactos sobre os Institutos Federais” (Gariba Reitor, 2021).

Diante dessas orientações, o IFAM, até o presente momento, não alterou a oferta de seus cursos, prosseguindo na oferta da EPT e EPTNM como vem fazendo desde a criação dos Institutos Federais.

No cenário atual, após intensos movimentos da sociedade civil e das instituições de pesquisa e pesquisadores pela revogação do Novo Ensino Médio, o MEC suspendeu o calendário de implementação desta nova proposta, em março de 2023, instaurando uma consulta pública para definir prováveis alterações. A consulta pública foi encerrada no mês de julho de 2023, sistematizada em um documento

divulgado pelo MEC em agosto de 2023. Com esse documento, o próprio MEC fez novas propostas de alterações para o Ensino Médio, focando em alguns pontos da consulta pública. Tal documento foi divulgado e, novamente, as instituições, e associações de pesquisadores se posicionaram. Em setembro de 2023, o MEC enviou à Casa Civil uma minuta de Projeto de Lei (PL) que altera a LDB, de modo a revogar alguns dispositivos da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.

Isto posto, diante das implicações do Novo Ensino Médio na escolha profissional dos estudantes, e estando o Trabalho e Projeto de Vida inserido nas competências da BNCC, torna-se oportuno discutirmos essa competência com mais detalhes, o que será feito na seção a seguir.

### **2.3.1.1 Trabalho e projeto de vida na legislação**

A Constituição Federal Brasileira (1988), assim como a LDB (1996) abordam a necessidade de crianças, adolescentes e adultos no usufruto de condições e oportunidades para crescimento e desenvolvimento com dignidade, a fim de alcançar seus desejos e objetivos de vida. Entretanto, este direito previsto, por si só, não promove a aprendizagem e demais fatores para que traçamos caminhos para chegar onde desejamos, para o futuro que queremos, com objetivos, metas e estratégias que nos permitam realizar esses nortes de vida.

Diante disto, temos outros documentos legislativos que traçam caminhos para que escola e sociedade possam estruturar a aprendizagem e disponibilizar meios para que os cidadãos brasileiros tenham condições de trilhar os caminhos que escolheram para si.

Temos nos textos da LDB, das resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE), dos Conselhos Estaduais de Educação (CEE) e da BNCC algumas diretrizes voltadas para o tema “Trabalho e Projeto de Vida” desde os anos iniciais até o final da educação básica, fomentando subsídios para a construção desse projeto de vida dos estudantes.

A LDB (2020) cita, em seu artigo 27, que faz parte dos conteúdos curriculares da Educação Básica a difusão de valores sociais, direitos e deveres dos cidadãos, assim como a Orientação para o Trabalho. Acreditamos que esses pontos estão diretamente ligados ao que hoje se considera Projeto de Vida na legislação educacional.

Na seção IV da LDB, o inciso II trata da preparação básica para o trabalho e a cidadania do estudante, buscando o desenvolvimento de capacidades e flexibilidades de acordo com aquilo que a sociedade propõe, além da capacitação para ocupações e aperfeiçoamentos que façam parte da sociedade na qual o sujeito se insere. Além disso, o inciso III trata do desenvolvimento humano no que tange a ética, a autonomia intelectual e crítica do indivíduo (Brasil, 2020).

Dentre esses documentos, insere-se também a Lei 13.415/2017, que trata de mudanças na LDB 9394/96 acerca do Ensino Médio, abordando conteúdos escolares, a necessidade da formação integral e também a construção do Projeto de Vida como abordagem obrigatória (Brasil, 2017).

A BNCC (Brasil, 2017) vem, nesta lei, como responsável pelas definições acerca dos direitos e objetivos das aprendizagens, conforme o CNE. Aponta-se ainda algumas competências gerais que deve nortear as aprendizagens esperadas pelos estudantes, dentre elas as competências 6 e 7, onde indica-se que os estes sejam capazes de construir planos futuros articulados ao mundo do trabalho, sabendo argumentar tanto no âmbito escolar quanto fora dele e se posicionar a respeito de ideias de maneira crítica e ética.

Já as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio citam o projeto de vida em um patamar de condição básica para o desenvolvimento juvenil em virtude da necessidade de se preparar para a vida pessoal, convivência social e para o mundo do trabalho. (Brasil, 2021).

O Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA, de 1990 define também, no seu artigo 53, que a criança e ao adolescente tem o direito à educação visando seu pleno desenvolvimento com vistas, entre outros pontos, à qualificação para o trabalho (Brasil, 1990).

Para Alves e Oliveira (2020) atribuir a educação escolar a função de formar para o trabalho traz à essa instância a condição de transitoriedade, de buscar atender as demandas que o mundo do trabalho exige em tempo hábil. Tal condição, para os autores, é incompatível com os pressupostos da escolarização com vistas à educação, como lócus do trabalho com o conhecimento, com a emancipação, a socialização. E ainda que a escola tivesse essa função, não conseguiria acompanhar a demanda temporal do mercado de trabalho.

Nesse aspecto, concorda Fontanela (2022) quando verifica que o discurso legal de que a solução para os jovens é uma educação, um ensino que possa potencializar

suas capacidades competitivas desconstrói avanços conquistados a passos lentos até aqui.

A autora ainda acrescenta que, de acordo com o MEC, o aluno poderá notar, nas novas diretrizes legais, que a organização curricular está estruturada de modo que a escola o ajude a ampliar sua visão de mundo. Nesse contexto, a ideia é que o projeto de vida acompanhe o estudante de formas variadas, em cada etapa de seus questionamentos, de suas descobertas e dificuldades, as quais podem ser esclarecidas na esfera escolar, elucidando-os no âmbito escolar. Porém, as políticas públicas delineiam uma trajetória escolar impecável, mas não consideram, em nenhum momento, as condições sociais de vida desses jovens, o que, certamente, interfere na conclusão da sua escolaridade.

Assim, essas políticas poderão obter algum êxito se forem concebidas não como ações assistencialistas, mas como ações de desenvolvimento pessoal e de formação para a vida (Fontanella, 2022). Ainda devemos lembrar que, nesses documentos legais, a concepção de trabalho difere daquela que se apresenta como uma das bases teóricas da Educação Profissional pois, como argumenta Ramos (2014), Pacheco (2012) e outros, formar profissionalmente não se limita a preparar o sujeito exclusivamente para o exercício do trabalho, mas sim proporcionar a ele a compreensão das dinâmicas sócio produtivas das sociedades modernas, com suas conquistas e dificuldades, de modo que estejam habilitados para o exercício crítico e autônomo de profissões.

Na seção a seguir caracterizaremos a Educação Profissional no contexto do Novo Ensino Médio.

### 3 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DO NOVO ENSINO MÉDIO

Na Educação Profissional e Tecnológica os cursos oferecidos, conforme indica as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica – DCNEPT, precisam estar em consonância com

[...] integralidade de ocupações reconhecidas pelo setor produtivo, tendo como referência a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e o acervo de cursos apresentados nos Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos e de Cursos Superiores de Tecnologia [...]. (Brasil, p.4, 2021).

Quanto à estruturação dos cursos técnicos, as DCNEPT sinalizam que estes poderão ser ofertados na forma integrada, concomitante ou subsequente ao Ensino Médio. A forma integrada destina-se àqueles que já concluíram o Ensino Fundamental, conferindo ao estudante a habilitação profissional técnica ao mesmo tempo em que ele conclui a última etapa da educação básica.

Já a forma concomitante é direcionada a quem ingressa no Ensino Médio ou já o estejam cursando, devendo as matrículas serem feitas distintamente para cada curso e aproveitando-se as oportunidades educacionais em unidades de ensino diferentes ou na mesma instituição e rede de ensino.

A forma subsequente é destinada àqueles que já finalizaram o Ensino Médio, ou seja, é destinado para alunos que concluíram o ensino médio e possuem o certificado comprobatório.

Dentre os Itinerários formativos previstos na BNCC, temos o itinerário V- Formação técnica e profissional, o qual deverá proporcionar vivências práticas de trabalho, certificação intermediária, formação experimental, oferta na própria instituição ou em parceria com outras instituições, sendo que as escolas deverão orientar os alunos quanto à escolha das áreas do conhecimento ou atuação profissional.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica (DCNEPT) esclarecem que os itinerários formativos na educação profissional e tecnológica são “[...] o conjunto de unidades curriculares, etapas ou módulos que compõem a sua organização em eixos tecnológicos e respectiva área tecnológica [...] (Brasil, 2021, p.3) ”.

No artigo 6º da referida Lei confere-se autorização para que a educação profissional se articule com a educação básica e superior através de diversas formas de formação continuada, em instituições que sejam credenciadas.

Assim, como observa Ferretti (2018), na Lei 13.415 a formação profissional, ainda que posta como um itinerário formativo, mostra-se separadamente de uma formação geral, contribuindo para o enfraquecimento da educação profissional através de redução de carga horária na condição de itinerário formativo.

Souza, Costa Junior e Souza (2021) questionam, citando Costa e Coutinho (2018) que, ainda que a Lei 13.415/2017 possibilite a manutenção da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) nas escolas, se haverá condições, verbas para a manutenção e expansão de cursos que tenham o currículo integrado com a formação geral, e ainda se estão previstas a realização de concursos para professores da carreira de educação básica, técnica e tecnológica (EBTT).

As DCNEPT ainda autorizam que a educação profissional se articule com a educação básica e superior através de diversas formas de formação continuada, em instituições que sejam credenciadas. Porém, o oferecimento de educação profissional advinda de convênios com a iniciativa privada, educação à distância e notório saber pode indicar uma falta de compromisso do Estado com essa modalidade, promovendo-se a educação para fins empresariais, o que pode ocasionar a falta da criticidade e autonomia em relação à inserção no mercado de trabalho. Essa condição vai de encontro à ideia de formação integral, unitária, e ao trabalho como princípio educativo.

Kuenzer (2017) identifica como pedagogia da acumulação flexível essa ideia restrita de profissionalização presente no itinerário da formação profissional. Tal perspectiva propõem a substituição da formação especializada, adquirida em cursos de educação profissional e tecnológica, por uma formação generalizada, passível de ser ofertada no nível da educação básica como propõem a Reforma do Ensino Médio (Brasil, 2017), com vistas à formação de trabalhadores com subjetividades flexíveis.

A formação integral se dá através de um exercício onde as dimensões do ser humano e do fazer humano se coadunam com totalidade, não sendo algo separado ou justaposto (Ferretti, 2018).

Além dessas questões, o itinerário formativo da Formação Profissional ainda permite a atuação do professor com notório saber, o que é preocupante no que tange a qualidade da titulação, a avaliação para seleção dos docentes, a precariedade da



certificação, o desempenho deste docente, o desempenho do estudante e como serão as seleções para futuros postos de trabalho (Ferreti, 2018).

Cabe ressaltar, como afirmam Cardozo e Lima (2018) que a opção pela formação profissional como definida na Reforma do Ensino Médio, inclusão de vivências práticas de trabalho, certificação intermediária de qualificação para o trabalho, oferta de formação profissional em parcerias com outras instituições, reconhecimento de competências com instituições de educação a distância, dentre outros pontos, pode vir a denegrir a qualidade da formação técnico-profissional, bem como, acabar com as boas experiências do ensino médio integrado.

Diante do exposto, consideramos pertinente oportunizar aos estudantes que concluem o Ensino Fundamental e que serão inseridos no Ensino Médio Integrado nesse contexto de retrocessos, as possibilidades de prosseguimento nos estudos que a eles se apresentam, assim como as possibilidades, iniciadas nessa etapa da educação básica, para sua futura vida profissional e, nesse sentido, a Orientação Profissional pode representar um caminho a ser seguido.

Para Maran e Paixão (2019), a Educação Profissional e Tecnológica se configura como um cenário propício para se integrar a educação e o mundo do trabalho, possibilitando a formação de um cidadão que seja capaz de se posicionar com maior autonomia frente às demandas produtivas do capitalismo e o seu projeto de vida, uma vez que uma das bases teóricas que fundamentam essa modalidade de ensino é a formação omnilateral.

Concordamos com Machado (2020) de que Orientação Profissional representa um recurso para promover o envolvimento e empoderamento dos estudantes, “atuando como instrumento para a percepção do sentido dessa ação e do pertencimento do estudante dentro do seu processo de formação, auxiliando-o a clarificar suas inclinações profissionais” Machado (2020, p.32). Nesse sentido, a autora acrescenta que a OP pode ser um espaço propício para reflexões, contribuindo no amadurecimento dos estudantes quando for necessário fazer escolhas e se posicionar em relação à sua carreira, em um movimento oposto à alienação em prol do sistema capitalista.

#### **4 ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL, VOCACIONAL, ORIENTAÇÃO PARA A CARREIRA: QUE CAMINHOS POSSO SEGUIR?**

Em vários momentos da vida, inclusive desde a infância, nos questionamos sobre as pretensões de profissão e carreira das pessoas diante da famosa frase “o que vai ser quando crescer? ” Muitas crianças começam a se perguntar sobre este tema, buscando saciar curiosidades sobre os mais diversos caminhos a seguir.

Consentimos com Almeida (2008) quando este afirma que, em termos de escolha de profissão, estão sendo considerados muito além de interesses e aptidões, mas a forma de como o adolescente vê o mundo, como ele se vê e quais as informações que tem sobre profissões, e ainda, de que forma está sendo influenciado externamente pelo meio social, dos seus pares e por sua família.

A família e a escola têm papéis distintos nessa busca por escolha do que seguir quando for a hora de escolher esse caminho. Os familiares influenciam diretamente seus descendentes quanto a essa escolha com seus próprios exemplos, sendo muito comum uma família de professores, ou uma família cuja maioria é da área da saúde.

Assim como Terruggi (2019), acreditamos que a família exerce uma influência significativa acerca das profissões através de sua história e vivências quando se trata da escolha de seus jovens. Assim, esses indivíduos desenvolvem em si suas próprias representações que poderiam suggestionar suas futuras decisões. Além disso, na família nascem as expectativas acerca do futuro profissional e o início do traçar de um projeto de vida.

Oliveira (2003) também acredita que a família tem papel crucial nesse momento da vida, exercendo grande impacto na escolha profissional, servindo, por vezes, como guia nessa escolha de acordo com as crenças e valores de cada grupo familiar. Ainda assim, para esse indivíduo é difícil conciliar a expectativa da família com uma escolha consciente sobre a futura profissão.

Com o passar do tempo e da conclusão de etapas da vida, como a formatura do ensino fundamental, e estando diante de um leque de opções para o ensino médio, inclusive para cursos de formação integral, ensino médio técnico profissionalizante ou simplesmente aperfeiçoamento dos estudos científicos para o ingresso nas universidades, o adolescente tem seus pensamentos tomados por dúvidas e ansiedades.

Oliveira (2003), trata ainda, no tocante aos desafios para se chegar ao ensino médio, a construção do seu projeto para o futuro, e cita que:

[...]A velocidade das transformações sociais, as incertezas econômicas globais, os avanços tecnológicos são fatores que contribuem para transformações marcantes no mundo do trabalho na atualidade, tornando as escolhas no campo profissional particularmente difíceis para os jovens. Talvez, pela complexidade das escolhas, esta fase é marcada por incertezas e dúvidas, na qual muitos adolescentes se sentem confusos e com dificuldade de estabelecer opções. (Oliveira, 2003, p.17).

A proposta de Orientação Profissional contribui para que cada adolescente chegue nessas respostas, trazendo informações e respaldos históricos sobre os caminhos a seguir e oportunizando esclarecimentos sobre as oportunidades da sociedade na qual o adolescente está inserido, seu meio social, cultural e econômico.

Segundo Lago (2017) comenta que na Revolução Industrial a escolha profissional passou a ser vista com esse olhar capitalista que se vê hoje, vislumbrando sempre o aumento da produtividade do capital.

Orientação vocacional, orientação para o desenvolvimento vocacional, orientação para a carreira são algumas das nomenclaturas utilizadas para se referir às ações relativas às atividades que possibilitem aos indivíduos tomar decisões a nível escolar, a nível da sua formação e a nível profissional, gerindo seus projetos de vida, sendo esta a função da orientação de acordo com o guia intitulado “Orientação Escolar e Profissional: Guia para Decisores”, desenvolvido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico em 2004, com o intuito de auxiliar gestores no desenvolvimento de políticas públicas eficientes para promoção de orientação (Ambiel, Martins, Hernandez, 2018).

Para Ribeiro (2011) o termo Orientação Profissional é o que melhor condiz com as necessidades contemporâneas, além de representar a história da área no Brasil. Enquanto intervenção, a Orientação Profissional é definida como:

[...] um processo que deve ser realizado ao longo da vida, que pode ter como finalidade trabalhar a escolha, a inserção profissional ou o desenvolvimento de um projeto de carreira, com vistas ao desenvolvimento pessoal e social do sujeito. (Melo-Silva et al. 2019, p. 4).

Lago (2017) aborda a orientação profissional como um facilitador para a descoberta do caminho, para uma reflexão e uma coordenação de questionamentos e descobertas sempre priorizando a escolha do cidadão, sua decisão, arcando com a satisfação ou insatisfação daquilo que escolher.

A escola tem um papel importante nesse processo, visto que nossa legislação, em diversos documentos supracitados, menciona a educação profissional, projeto de vida, mundo do trabalho, sugerindo que através de práticas interdisciplinares, multidisciplinares ou transdisciplinares seja adotado esse conteúdo transversal dentro de nossas escolas.

Lassance *et.al.* (2015) assinalam que se faz necessário o corpo técnico da escola se utilizar de ferramentas que auxiliem na construção do sujeito dentro do campo trabalho e em seus projetos de vida, lançando mão de recursos que vislumbra a educação para a carreira, a qual está inserida na orientação profissional.

Acreditamos que a escola pode se inserir nessa seara da orientação profissional, auxiliando o jovem que está concluindo o ensino fundamental e deseja iniciar a reflexão sobre projeto de vida e carreira, em sua escolha para os próximos passos, abrindo o leque de oportunidades, inclusive na escolha dos itinerários formativos que a ele se apresentarão. O orientador profissional, nesse caso, assume a função de promover a reflexão do orientando sobre sua identidade individual e o significado do trabalho que é executado, para si mesmo ou para os outros. (Lisboa, 2017).

Segundo o Dicionário Online Dicio temos vários significados para o termo Orientação), e entre eles encontramos “Ação ou efeito de orientar, de determinar ou de mostrar a direção, o caminho a seguir (Orientação, 2022)”. Assim, este verbete sugere que podemos orientar alguém, podemos nos orientar, reconhecendo que caminhos seguir de um ponto em diante.

Em certo momento da história fora utilizado o termo Orientação vocacional, verificando-se no Dicionário Online Dicio, que a palavra vocacional significa “Relativo à vocação, à tendência natural que direciona alguém para uma profissão determinada, para desempenhar uma função específica, um trabalho etc. (Vocacional, 2022).”

Placco (1994) conceitua a orientação educacional como:

[...]um processo social desencadeado dentro da escola, mobilizando todos os educadores que nela atuam especialmente os professores - para que, na formação desse homem coletivo, auxiliem cada aluno a se construir, a identificar o processo de escolha por que passam, os fatores socioeconômico-político-ideológicos e éticos que o permeiam e os mecanismos por meio dos quais ele possa superar a alienação proveniente de nossa organização social, tornando-se, assim, um elemento consciente e atuante dentro da organização social, contribuindo para sua transformação (Placco, 1994, p. 30).

Já o verbete Profissional, contido na expressão Orientação Profissional, consta no dicionário Dicio como “Que se relaciona com determinada profissão” dentre outros significados presentes no conjunto oferecido como resposta (Profissional, 2022) ”.

Entre Orientação Educacional e Orientação Profissional, nos colocamos como profissional que pode estar envolvido dentro das escolas, fazendo um link entre as duas atividades, proporcionando oportunidade de reflexão no fazer pedagógico para o mundo do trabalho.

A orientação profissional surgiu em meados do século XX na Europa, estando relacionada à Psicologia. No Brasil, em 1924 foi criado o Serviço de Seleção e Orientação Profissional para alunos do Liceu de Artes e Ofícios, tendo como característica principal a utilização de técnicas de avaliação que eram pautadas em testes psicométricos para determinação de aptidão e vocação. Souza, Freitas e Araripe (2019) acrescentam que, no final do século XX, ocorre uma mudança na orientação profissional, que passa a ser orientada em uma perspectiva psicossocial, evidenciando os fatores sociais no processo de escolha.

No Brasil, de acordo com Munhoz e Melo-Silva (2011), a orientação vocacional tornou-se, justamente, a denominação mais conhecida enquanto prática e teoria, representando um corpo de conhecimentos que, nas escolas brasileiras, seguiu os modelos internacionais, com intervenções realizadas por psicólogos e, em alguns casos, por pedagogos, com pouca ou nenhuma participação dos professores.

Ainda referente ao contexto educacional, surge a abordagem da Educação para a Carreira, isto é, uma modalidade desenvolvida de forma sistemática no contexto escolar. Essa abordagem tem como premissa a articulação entre educação, trabalho e carreira, sendo idealizada por Sidney Marland e Kenneth Hoyt na década de 1970, nos Estados Unidos (Melo-Silva; Munhoz; Leal, 2019). Nessa proposta, os idealizadores propunham uma reforma educacional onde a educação pública pudesse contribuir de forma efetiva na formação dos alunos para as mudanças da sociedade pós-industrial, especialmente no mercado de trabalho e concepção de carreira. Na proposta de Educação para a Carreira o trabalho é compreendido como um esforço contínuo, consciente, que pode ou não ser remunerado, dirigindo-se à produção de benefícios socialmente aceitáveis para o próprio indivíduo e/ou para os outros. (Munhoz; Silva, 2011).

Como observamos anteriormente, alguns autores afirmam que a nomenclatura mais adequada para esta prática seria o termo “Orientação Profissional” e, portanto, será este termo o escolhido para a realização do trabalho em tela.

#### **4.1 Orientação profissional e o mundo do trabalho no contexto escolar**

A orientação profissional surgiu em meados do século XX na Europa, sempre permeada em bases da psicologia, tendo como mais estudadas as teorias de Donald Super (psicólogo) e John Lewis Holland (psicólogo), os quais desenvolveram importantes teorias acerca da Orientação Profissional; Sparta (2003) afirma que estas teorias são internacionalmente muito utilizadas nesta área.

No Brasil, em 1924 foi criado o Serviço de Seleção e Orientação Profissional ligado à Psicologia Aplicada. Nas décadas de 30 e 40 a Orientação Profissional foi ligada à Educação “Um dos primeiros registros que se tem sobre Orientação Profissional refere-se à criação do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, cujo trabalho foi implementado em 1924 pelo engenheiro suíço Roberto Mange.” (Melo-Silva, 2003, p.34).

O decreto-lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942 (Brasil, 1942), conhecido como Lei Orgânica do Ensino Secundário, incluiu nas escolas a Orientação Educacional, sendo uma de suas atribuições o auxílio para a escolha profissional dos estudantes. Segundo Souza (2019) essa Lei teve a finalidade de:

[...] corrigir e direcionar para atendimento os educandos com problemas; verificar como os alunos estavam sendo atendidos pela escola, conforme as normas pedagógicas; auxiliar e esclarecer aos educandos possíveis dúvidas e orientar em seus estudos, para que de uma forma solidária buscassem a sua profissionalização. (Souza, 2019, p.4)

Entre 1945 e 1946 passava a ser oferecido, pelo Instituto de Estudos e Pesquisas, o curso de seleção, orientação e readaptação profissional, tendo como responsável o psicólogo espanhol Emílio Myra Y López. Este curso tinha como função formar técnicos brasileiros nessa área. Segundo Melo- Silva (2004):

[..] no Instituto Nacional de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), no Estado do Rio de Janeiro, então capital do País, registra-se o importante papel do referido Instituto para o desenvolvimento da Psicologia Aplicada à Educação e à Organização do Trabalho, notadamente na área da Psicometria, com a publicação da revista Arquivos Brasileiros de Psicotécnica (Melo- Silva, 2004, p. 34).

Em 1962 foi promulgada a Lei 4.119 em 27 de agosto (Brasil, 1962), a qual regulamentou o curso de Psicologia, influenciando os rumos da Orientação Profissional no Brasil. Maria de Gloria Hissa e Marita de Almeida Pinheiro pesquisavam a Metodologia de Ativação da Aprendizagem com base em Rodolfo Bohoslavsky, estudioso da Orientação Vocacional com um caráter psicopedagógico, tendo o intuito de centralizar a orientação profissional na aprendizagem da escolha, segundo Toledo (2009):

As autoras problematizam a interação do homem com o mundo, sob o enfoque psicodinâmico. Discutem à luz da dialética e das complexas redes de vínculos e relação sociais. As autoras compreendem o indivíduo como um ser ativo frente à sua existência e em um processo contínuo de desenvolvimento (Toledo 2009, p.458).

Entretanto, a LDB de 1971 cita em seu Art. 10, “Será instituída obrigatoriamente a Orientação Educacional, incluindo aconselhamento vocacional, em cooperação com os professores, a família e a comunidade” (Brasil, 1971, p.3). Em seguida, a partir da década de 80, alguns autores passaram a refletir sobre a orientação profissional no âmbito da Educação, teorizando acerca dos processos aqui envolvidos.

Segundo Sparta (2003), Celso Ferreti e Selma Pimenta discutiam os aspectos acerca das teorias psicológicas na escolha profissional embasados em John Crites (1969/1974), percebendo a função ideológica alinhada com interesses do capital. Assim, propuseram um novo modelo de Orientação Profissional, integrado ao exercício do ensino e aprendizagem, objetivando suprimir a ideologia capitalista para um avanço no processo próprio do indivíduo de escolha profissional.

Melo-Silva (2004) traz outros pesquisadores no campo da Orientação Profissional ligada à Educação:

Críticas às teorias psicológicas foram formuladas desde 1980, no Brasil, por educadores, entre eles: Pimenta (1981); Bock (1986, 1995, 2001) e Ferretti, (1992) por seu caráter ideológico que, na visão dos críticos, naturaliza as desigualdades sociais levando os jovens a se sentirem responsáveis pelo fato de não conseguirem ingressar na universidade (Melo-Silva, 2004, p.42).

Esses autores supracitados argumentavam que as teorias psicológicas não são suficientemente eficientes para o problema da escolha. Celso João Ferretti, em 1992, contribuiu com grandes avanços na orientação profissional ao publicar uma proposta baseada na discussão sobre o significado do trabalho no modo de produção capitalista. Carvalho (2010) afirma que “ a OP se propunha a criar condições para que a pessoa a ela submetida reflita sobre o processo e o ato de escolha profissional no contexto mais geral da sociedade onde tais ações se processam”.

Em 2002, Silvio Bock, a partir das críticas feitas por Ferretti, passou a tratar a OP como uma Abordagem Sócio Histórica, inspirada em pensamentos de Vygotsky, o qual acreditava que o ser “ desenvolve-se através de uma relação dialética com o ambiente sociocultural em que vive. (Sparta, 2003, p.7)”.

A LDB nº 9.394 de 1996 traz em seu texto como um objetivo a preparação para o trabalho. Atualmente não há leis que regulamentem o papel da Orientação Profissional no contexto escolar, visto que a LDB de 1971 que obrigava cada escola a ter seu próprio orientador educacional foi substituída pela LDB de 1996, a qual retirou esse artigo de seu texto.

A LDB 9394/96 desobriga as escolas a integrarem esse nicho profissional, ainda que seja dada a possibilidade de Habilitação ao pedagogo em Orientação Educacional, ou Especialização *Latu Sensu* nesta área; todavia, as atribuições do exercício do Graduado em Pedagogia não são claras quanto à orientação de alunos. O projeto de Lei 6847/17 (Brasil, 2017) que regulamenta a profissão de pedagogo afirma que:

Art. 3º São atribuições do Pedagogo, conforme sua formação curricular e acadêmica:  
 [...] II – gerir o trabalho pedagógico e a prática educativa em espaços escolares e não escolares;  
 [...] IV – elaborar, planejar, administrar, coordenar, acompanhar, inspecionar, supervisionar e orientar os processos educacionais;  
 V – ministrar as disciplinas pedagógicas e afins nos cursos de formação de professores;  
 VI – Realizar o recrutamento e a seleção nos programas de treinamento em instituições de natureza educacional e não educacional; [...] ( Brasil, 2017, p. 2).

Conforme a lei supracitada, não há especificações para a questão da orientação profissional em si, mas determina-se que o pedagogo gere a orientação e supervisão de processos educacionais. Em vista disso, a LDB vigente mostra em alguns pontos o exercício da orientação profissional como parte integrante dos processos educacionais. “Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes [...]III - orientação para o trabalho; [...] (Brasil, 1996, p.10) ”.

A LDB 9394/96 (1996, p. 19) vigente discorre sobre a formação de pedagogo afirmando, em seu artigo 64, que o mesmo seja direcionado para a “ administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica” a partir de cursos de graduação ou pós-graduação.



O Regimento Geral das Escolas Públicas Municipais de Manaus (Manaus, 2016) afirma, em seu artigo 97, que compete ao pedagogo:

- I - coordenar as reuniões dos Conselhos de Classe, quando indicado pelo diretor;
- II - colaborar no cumprimento das normas, do conselho de classe;
- III - informar precisamente aos componentes do conselho sobre os objetivos da reunião;
- IV - solicitar informações sobre as situações desenvolvidas em classe, quanto à aprendizagem e a interação;
- V - esclarecer, aos seus pares, quanto aos indicadores indispensáveis para avaliação pedagógica, tendo em vista a globalização dos aspectos intelectuais e psicossociais da aprendizagem;
- VI - apresentar sugestões de medidas que visem à correção de dificuldades encontradas;
- VII - propor soluções para sanar dificuldades encontradas na aprendizagem do estudante. (Manaus, 2016, p.9)

Nesse sentido, podemos perceber que a SEMED Manaus não regulamenta a orientação profissional; entretanto a BNCC traz, como uma de suas competências, a abordagem do Trabalho e Projeto de Vida, definindo Competências como:

[...] a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e sócio emocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (Brasil, 2018, p.8).

Verificamos, então, que há políticas públicas educacionais que direcionam a inserção do mundo do trabalho na prática pedagógica das escolas, possibilitando que haja um trabalho voltado para orientação profissional, visto que normalmente os alunos não têm clareza na definição do que fazer após a conclusão da Educação Básica, ou até mesmo após a etapa de Ensino Fundamental, havendo várias possibilidades para inserção no Ensino Médio.

A BNCC nos apresenta a competência de número 6, para tratar da articulação entre educação e trabalho:

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (BNCC, 2018, p.9)

Conforme a própria BNCC afirma, essa competência é baseada na Lei maior da Federação, a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), onde determina-se, em seu artigo 205, que a educação é direito de todos e que deve visar pelo pleno desenvolvimento das pessoas para que esta exerça sua cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Dito isso, verificamos que apesar de não haver, dentro de alguns documentos pertinentes à Educação, detalhes sobre a orientação profissional, outras legislações às quais estados e municípios são subordinados apresentam parâmetros para que haja no ambiente escolar esse movimento, onde aconteça a orientação profissional para jovens e adolescentes. Nesse contexto, verificamos que tanto psicólogos quanto pedagogos habilitados ou com especialização em Orientação Educacional podem desenvolver atividades relativas à Orientação Profissional.

Na próxima seção trataremos alguns estudos realizados sobre a orientação profissional a estudantes de educação básica.

#### **4.2 Estudos recentes sobre orientação profissional para estudantes da educação básica**

O tema central desta pesquisa versa sobre a Orientação Profissional. Essa temática surge a partir das observações feitas pela pesquisadora durante toda sua trajetória enquanto servidora da rede municipal de educação de Manaus, durante 18 anos de serviço. Ao lidar com alunos do Ensino Fundamental II, observamos muitas dúvidas sobre o que poderiam fazer quando concluíssem essa etapa da vida escolar.

Nesse período da vida onde ocorrem grandes mudanças na transição da adolescência para a juventude, o advento da responsabilidade e da preocupação com o futuro, com o sustento e com tudo o que provavelmente irá acontecer em suas vidas, vem também a preocupação com o seu destino após a conclusão do ensino fundamental.

Muitos desejam continuar estudando e aprimorar seus conhecimentos em prol de um ingresso no ensino superior; outros, seja por necessidade ou puro interesse, desejam buscar condições para a inserção no mundo do trabalho. E desta forma àqueles que despertaram esse interesse, a orientação profissional vem com o intuito de contribuir na construção e maturação desta escolha.

Não se pretende aqui entrar na seara do campo da Psicologia, mas sim, enquanto pedagoga, auxiliar esses alunos de forma a trabalhar o conteúdo transversal previsto nas legislações educacionais, contribuindo para a expansão do conhecimento necessário para tão importante escolha.

Em estudo de revisão de literatura sobre a produção científica acerca da avaliação dos interesses profissionais em periódicos brasileiros, o qual pautou-se em

referenciais teóricos da Psicologia, Ambiel, Lamas e Silva (2016) observaram que estas possuem foco em estudantes do ensino médio. Por isso, faz-se necessária a ampliação dos estudos relativos à OP no contexto escolar no âmbito do Ensino Fundamental, especialmente aos concluintes dessa etapa da educação básica, haja vista a necessidade de optar por itinerários formativos que possam contemplar seus interesses profissionais.

Para nos aprofundarmos na temática da pesquisa aqui proposta, realizamos uma pesquisa exploratória na base de dados de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com os termos “Orientação profissional” e “Ensino fundamental” em qualquer parte do texto, no período compreendido entre 2015 e 2021, e delimitando-se a busca por periódicos revisados por pares. Localizamos 2400 resultados, sendo 2.397 artigos e 3 resenhas. Contudo, constatamos um grande número de produções que não faziam referência ao tema desta pesquisa.

Em nova busca, refinamos a pesquisa para localizar estudos que contivessem os termos “Orientação Profissional” e “Ensino Fundamental” em seu título, considerando-se o mesmo período de publicação. Localizamos 8 resultados. Dentre esses, 2 eram voltados para o ensino médio, 2 com discussões centradas na área de Psicologia, 1 no contexto da Educação Profissional, 1 no contexto do Ensino Superior, um voltado à área de Marketing e 1 com discussões relativas à formação de professores. Consideramos que 2 desses artigos estavam alinhados aos interesses dessa proposta de pesquisa.

Um deles foi intitulado “Inclinações motivacionais de adolescentes concluintes do ensino fundamental em Manaus a partir do BBT-Br” elaborado por Gisele Cristina Resende e Sonia Regina Pasian (Resende; Passian, 2017). Trata-se de um estudo fundamentado na área de Psicologia, que buscou verificar a motivação para a escolha da profissão entre alunos do nono ano do ensino fundamental.

As pesquisadoras concluíram que alunos nessa etapa da escola possuem motivações específicas da faixa etária e nível de ensino e que o conhecimento dessas motivações pode auxiliar os processos de escolha profissional e planejamento dos estudos, além de reforçarem a necessidade de novas pesquisas desenvolvidas nesse nível de ensino.

O estudo de Maria Luisa Lopes Chicote Agibo e Lucy Leal Melo-Silva, intitulado “Orientação profissional e de carreira na perspectiva de adolescentes moçambicanos

(Agibo, Melo-Silva, 2018) ”, publicado em 2018, objetivou analisar a orientação profissional na perspectiva de trinta adolescentes com idade entre 14 e 18 anos matriculados em uma escola pública moçambicana. Tal análise foi feita com o auxílio de um roteiro de questões abertas, respondidas em quatro momentos, e no artigo descreve-se o quarto momento da pesquisa. Os relatos dos estudantes demonstraram a pertinência da intervenção na promoção do desenvolvimento pessoal e planejamento de projetos pessoais e profissionais. Os autores ainda concluíram que o grupo pesquisado demonstrou satisfação com a possibilidade de escolha consciente para seu projeto de carreira, apontando ainda para a importância da implantação e manutenção de programas de orientação profissional em locais que não dispõem desse tipo de serviço.

Ainda na base de dados da CAPES, fizemos nova busca com o termo “Orientação Profissional” no título e o termo “Educação” em qualquer local da pesquisa, delimitando o período entre 2015 e 2021. Foram encontrados 14 resultados, sendo 5 direcionados para a Educação Profissional, 4 para a área da Saúde, 1 para a área de Educação Física, 2 voltados para o Ensino Médio, 1 para a área de Psicologia e 1 para a Teoria Escolar e Prática Profissional. Porém, os referidos artigos não tratavam, especificamente, de nosso objeto de pesquisa sendo, por isso, desconsiderados.

Em nova busca na base de dados Periódico CAPES, inserimos os termos “Orientação Profissional” no título e a palavra “pedagogo” em qualquer parte do texto, revisado por pares, tendo por referência o período entre 2014 e 2021. Encontramos 3 artigos, sendo 1 (um) voltado para a formação de professores, 1 (um) para alunos do ensino médio e 1 com alguma semelhança a favor desta pesquisa, intitulado “Análise da escolha profissional: orientação ou libertação?” Escrito por Ana Maria L. C. de Feijoo, Myriam M. Protasio e Vanessa C. Magnan (Feijoo; Protasio; Magnan, 2014).

Este artigo aborda uma pesquisa voltada para uma Análise da Escolha Profissional (AEP) de inspiração fenomenológico-existencial. Afirma-se que a orientação pode ser conduzida por psicólogos ou pedagogos para subsidiar uma melhor escolha profissional. A pesquisa objetivou apresentar a AEP com base nos filósofos da existência Kierkegaard e Heidegger, em diálogo com um texto escrito pelo poeta Rilke.

Em outro refinamento de busca, ainda na base de dados da CAPES, inserimos o termo “Orientação Profissional” como parte integrante do título “Orientação

Profissional” e, em qualquer parte do texto e o termo “escolar”, revisado por pares, no período entre 2015 e 2021. Chegamos a 9 resultados, sendo 2 voltados para a área da Psicologia, 1 voltado para o Ensino Médio, 2 direcionados à Educação Profissional, 1 para alunos universitários. Três desses estudos estavam alinhados com nossos objetivos, sendo um deles já localizado em outra busca, intitulado “Orientação profissional e de carreira na perspectiva de adolescentes moçambicanos”, e dois com o mesmo título, “Orientação profissional na escola: possível relação entre teoria escolar e prática profissional”, publicado em 2016 e de autoria de Vinícius dos Santos Oliveira.

A pesquisa foi um levantamento bibliográfico e trata de temas como a atividade de orientação profissional no ambiente escolar, o papel da escola e do professor como partes ativas no processo de escolha de uma profissão. O estudo pautou-se em referenciais da Psicologia histórico-cultural para discussão de possibilidades e descrição da orientação profissional como prática na escola. Como resultado, ressalta-se a importância da orientação voltada para a autonomia do ser humano autônomo, ciente de suas escolhas. Conclui-se discutindo a necessidade do diálogo sobre o porquê se estuda, a interlocução entre conteúdos programáticos e vida real, e ainda, o quanto a escola contemporânea forma para o mercado e para o capital, e o quanto ela forma para o desenvolvimento humano crítico.

Isto posto, constatamos a necessidade e importância do desenvolvimento de novos estudos que tenham como contexto os estudantes concluintes do Ensino Fundamental, haja vista a escassez de resultados encontrados que tenham sido desenvolvidos nesse contexto, além das mudanças recentes no contexto educacional, as quais vão requerer a escolha dos alunos por itinerários formativos.

Também realizamos buscas na Base de Dados dos Institutos Federais e localizamos os seguintes resultados: Buscando pelo termo “Orientação” não obtivemos nenhum resultado próximo ao de nossa pesquisa. Em seguida buscamos pelo termo “Ensino Fundamental” e localizamos 3 resultados, sendo 1 referente ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF) e 1 referente ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC).

No IFF localizamos a pesquisa “Construção das representações oriundas das relações institucionais: transição entre Ensino Fundamental II e ensino médio como estratégia de permanência no ensino médio integrado, de autoria de Cláudio Adão Moraes Andrade, que teve como produto o “Guia Pedagógico: Transição Entre Ensino

9º Ano E Ensino Médio (Andrade, 2020)”. Como resultado, a pesquisa constatou que o estudante que escolhe um curso sem as informações mínimas corre o risco de não se identificar com a sua escolha. Este fato pode estimular evasão, mudança de curso, demandando mais tempo/recursos, bem como produzir a experiência de uma permanência destituída de sentido, levando o discente ao não desenvolvimento do máximo possível de suas potencialidades.

No IFSC localizamos a pesquisa “As Trajetórias Entre O Ensino Fundamental E O Ensino Médio Na Voz Dos Adolescentes” de autoria de Mirelle Cândido Vecchietti, a qual apresentou o produto “Vou Pro Ifsc: Curso Preparatório Online Para Ingresso No Ifsc: Criação E Realização Mobilizando Estudantes (Vecchietti, 2019)” que, com a participação desses estudantes, traz um curso preparatório online com vídeo aulas, exercícios e simulados, acessível no endereço eletrônico [www.vouproifsc.com](http://www.vouproifsc.com).

Buscando pelo termo “*Orientação*” no Repositório do IFAM obtivemos 37 resultados, todavia somente 2 correspondiam à algum interesse de pesquisa, sendo o primeiro intitulado “A Educação Profissional Tecnológica Como Ação Pública Promotora Da Formação Humana Integral E Da Inclusão De Jovens Em Risco Social No Mundo Do Trabalho (Silva, 2020)” de autoria de José Barbosa Da Silva, trazendo o produto “App Educacional José Cornélio”. Essa pesquisa objetivou analisar as concepções de trabalho e de formação profissional presentes no curso estudado e a sua contribuição para o processo de inclusão social dos jovens em risco social no mundo do trabalho e na preparação para a vida. Apresentou-se como produto final, o Aplicativo Educacional José Cornélio, uma ferramenta didática que contém estratégias pedagógicas que intenta contribuir com o processo de formação humana integral do (da) futuro (a) marceneiro (a) formado (a) no Projeto de Formação José Cornélio.

A segunda pesquisa encontrada intitula-se “Orientação Profissional: Atuação na Formação Humana Integral De Alunos Da EPTNM”, de autoria de Samuel Anderson Ferreira, apresentando o produto “Programa De Orientação Profissional Construindo A Formação Humana Integral na EPTNM (Ferreira, 2020)”. A pesquisa teve como objetivo analisar em que aspectos um programa de Orientação Profissional pode atuar na Formação Humana Integral de alunos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Dessa pesquisa resultou o produto educacional: “Programa de Orientação Profissional: construindo a Formação Humana Integral na EPTNM”, que teve por objetivo contribuir com o trabalho de psicólogos atuantes na EPTNM e favorecer a Formação Humana Integral de alunos dos Institutos Federais e de outras

realidades que desenvolvam a EPTNM, auxiliando na tomada de decisão crítica, consciente e reflexiva.

Com os levantamentos realizados, foi possível verificarmos que ainda são incipientes os estudos que tratam da orientação profissional a alunos concluintes do Ensino Fundamental, sobretudo a aqueles que pretendem ingressar na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, o que compreende uma das justificativas para desenvolvimento de nossa proposta de pesquisa. Para ilustrar esse processo inserimos aqui um quadro que ilustra o que foi escrito (Quadro 2):

Quadro 2- Dados da Revisão Bibliográfica

BASE DE DADOS	Termos de Busca	PERÍODO	TOTAL DA PESQUISA	ÁREAS	TOTAL POR ÁREA	OBSERVAÇÕES
Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)	Orientação Profissional ; Ensino Fundamental - em qualquer parte do texto; Revisado por pares	2015-2021	2400	Xxxxxxxxxxxxx	Xxxxxxxx	Nenhuma fazia referencia ao tema da pesquisa, sendo descartadas para este estudo
	Orientação Profissional ; Ensino Fundamental - no título; Revisado por pares	2015-2021	8	Educação( Alinhados Com Esta Pesquisa)	2	Estudado
	Orientação Profissional- no título; Educação - qualquer lugar do texto; Revisado por pares	2015-2021	14	Xxxxxxxxxxxxx	Xxxxxxxx	Nenhuma fazia referencia ao tema da pesquisa, sendo descartadas para este estudo
	Orientação Profissional- no título; Pedagogo - qualquer lugar do texto; Revisado por pares	2014-2021	3	Educação( Alinhados Com Esta Pesquisa)	1	Estudado
	Orientação Profissional- no título; Orientação Profissional - qualquer lugar do texto; Revisado por pares	2015-2021	9	Educação( Alinhados Com Esta Pesquisa)	3	Estudado
Observatórios de demais Institutos Federais	Orientação	sem estipular data	0	Xxxxxxxxxxxxx	0	xxxxxxxxxxxxxxxx
	Ensino Fundamental	sem estipular data	3	Educação (Ensino Fundamental)	1	Estudado
Observatório do Instituto Federal do Amazonas	Orientação	sem estipular data	37	Educação (Educação Profissional)	2	Apesar de estarem ligadas à Educação Profissional contribuíram com esta pesquisa
<b>TOTAL DE TRABALHOS</b>			<b>2474</b>			

Fonte: Autoria própria a partir de pesquisa em Bases de Dados, 2022.

Neste quadro é possível perceber que dentro do universo da pesquisa se buscou através de vários termos produções científicas que tratassem da orientação profissional escolar, entretanto foram localizados mais de 2000 estudos que não exatamente se tratavam do tema, restando 74 pesquisas a serem analisadas para verificação de similaridade ao que estava sendo pesquisado.

Desses 74 estudos somente 1 deles se tratava de ensino fundamental propriamente dito, contudo, concluímos que outros deles poderiam ser analisados mais profundamente por se tratarem de estudos realizados dentro dos parâmetros dessa pesquisa por estarem ligados à educação de alguma forma juntamente com a orientação profissional.



## **5 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA**

Nesta seção descrevemos o percurso metodológico da pesquisa, incluindo a sua caracterização e processos de coleta e análise de dados, bem como a elaboração do produto educacional. Além disso, serão apontados os sujeitos e o lócus da pesquisa.

Para responder nosso problema de pesquisa buscamos, de acordo com nossos objetivos, seguir os pressupostos da pesquisa qualitativa na abordagem do estudo de caso, o qual se utiliza da análise de casos específicos para a produção científica. Os instrumentos de coleta de dados escolhidos foram a análise documental, grupo focal e observação através da oficina, a qual serviu tanto para a elaboração do produto educacional quanto para coleta de dados de observação dos sujeitos da pesquisa.

### **5.1 A pesquisa qualitativa baseada no estudo de caso: fase exploratória e definição do estudo**

Para o desenvolvimento desta pesquisa optamos pela abordagem qualitativa, a qual, de acordo com Taquette e Minayo (2016), ocupa-se das crenças, das motivações, dos significados e atitudes dos colaboradores da pesquisa, sendo que esses fenômenos se configuram como parte da realidade social. Vianna (2001) acrescenta que as pesquisas qualitativas buscam analisar uma situação a partir de dados descritivos e da observação, objetivando identificar relações, opiniões, efeitos e outros aspectos fundamentais para a compreensão da realidade estudada. Na pesquisa qualitativa há uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto. O sujeito-observador é parte do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado (Chizzotti, 2000).

Coadunamos com Minayo (2016) quando afirma que a pesquisa qualitativa observa os significados, as aspirações e crenças, valores e atitudes, visto que se pretende atuar no que tange às aspirações futuras para o ensino médio dos alunos finalistas do ensino fundamental, oferecendo-lhes subsídios que encorpam uma escolha consciente do caminho a percorrer após a finalização da etapa corrente em suas vidas.

No âmbito da pesquisa qualitativa, pautamo-nos nos pressupostos do estudo de caso o qual, para André (2013) tem como característica apoiar a compreensão em

casos particulares e singulares de um contexto específico, se apoiando na realidade daquilo que está sendo pesquisado, de forma que seja possível validar este estudo através de uma triangulação dos dados obtidos e dos métodos utilizados pelo pesquisador.

André (2013) disserta sobre a fecundidade dos estudos de caso para investigar fenômenos educacionais no contexto natural em que ocorrem, haja vista o contato direto e prolongado do pesquisador com os eventos, possibilitando a descrição das ações e comportamentos e captando significados, interações.

Na condução de um estudo de caso, André (2013) afirma que este se inicia com uma fase exploratória, quando se confirma as questões iniciais e se estabelece os contatos iniciais para entrada em campo, bem como a localização dos participantes e o estabelecimento dos procedimentos e instrumentos de coleta de dados.

Seguindo nessa perspectiva, a pesquisa foi realizada na Escola Municipal Vicente Cruz- EMVC, localizada à Avenida Torquato Tapajós, km 12, na Zona Norte da cidade. Esse estabelecimento possui 334 alunos distribuídos em 14 turmas, sendo 4 turmas de 6º ano, 3 turmas de 7º ano, 4 turmas de 8º ano e 3 turmas de 9º ano, sendo este o contexto onde se inserem os participantes de nossa pesquisa. Nas turmas de 9º Ano, no ano de 2022, estavam matriculados 61 alunos, sendo que trabalhamos apenas com duas das quatro turmas de 9º ano da escola, totalizando 30 participantes a princípio.

Em seguida, entramos na fase de delimitação do foco de estudo, onde se definiu as bases teóricas da aplicação do futuro produto educacional e dos instrumentos de coleta de dados, ou seja, o grupo focal e a observação (MINAYO, 2016) através da oficina pedagógica (utilizada como base do produto educacional), esta última como estratégia para a realização da Orientação Profissional. André (2013) discute a importância de delimitar os focos da investigação, haja vista que não é possível explorar todos os ângulos do fenômeno num tempo razoavelmente limitado. Assim, realizamos um levantamento prévio com os estudantes para verificar seus conhecimentos sobre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) e, com isso, definir um roteiro de questões para realização posterior do grupo focal. Esse levantamento foi realizado em 2021 com algumas turmas de 9º ano matriculadas na escola lócus da pesquisa.

A partir desse levantamento prévio, a intenção era fazermos a seleção dos participantes da pesquisa, tendo em vista o foco deste estudo centrar-se na inserção

do aluno no Ensino Médio Integrado. Porém, decidimos estender a oportunidade de participação a todos os alunos pertencentes às turmas de 9º ano da escola. Ressaltamos, porém, que todas as possibilidades de prosseguimento nos estudos foram abordadas, ou seja, em um primeiro momento tratamos as questões mais gerais relativas ao Novo Ensino Médio e, posteriormente, tratamos da EPTNM com maiores detalhes.

O levantamento prévio, no ano anterior à realização dessa pesquisa com os seus participantes efetivos, foi realizado através de um questionário ( Apêndice A) o qual consiste em uma técnica de investigação que tem o objetivo de gerar dados necessários para atingir os objetivos de um projeto (Melo; Bianchi, 2015). Neste caso, o objetivo foi verificarmos quais alunos pretendiam prosseguir com os estudos, e se estes tinham algum conhecimento sobre o Novo Ensino Médio. Em 2021, como um pré-teste para verificar a aplicabilidade e exequibilidade do questionário, este foi aplicado em duas turmas do 9º ano do Ensino Fundamental da escola lócus da pesquisa, assim escolhida pelo fato da pesquisadora atuar nessa unidade de ensino e, portanto, ter seu acesso facilitado. Um total de 69 alunos dos turnos matutino e vespertino responderam ao questionário e, destes, 66 disseram que pretendiam dar continuidade aos seus estudos.

Observamos a falta de esclarecimentos sobre os cursos que supostamente gostariam de fazer, sobretudo à natureza da Educação Profissional e a EPTNM. Assim, acreditamos na importância de esclarecimentos para esse grupo de pessoas acerca da oferta de ensino médio integrado em nossa cidade. Verificamos que o questionário, na forma que foi construído, mostrou-se de fácil compreensão pelos estudantes.

Vianna (2001) aborda que os dados da pesquisa qualitativa são obtidos por instrumentos como a observação, entrevistas abertas, visitas, notas de campos, documentos, etc. Assim, tendo em vista nosso objetivo de contribuir, por meio da Orientação Profissional, com o amadurecimento das inclinações profissionais de estudantes concluintes do Ensino Fundamental que se interessam pelo ingresso no Ensino Médio Integrado ao Técnico utilizamos, se institui como instrumento de construção dos dados, a análise documental , o grupo focal e a observação.

A análise documental perpassou por documentos legais que tratam da educação básica, ensino fundamental e ensino médio para conhecimento da regulamentação de todo o processo tanto da educação em si quanto da educação

profissional e a inserção do tema projeto de vida e mundo do trabalho nesses documentos. Se buscou também mapear as instituições de Manaus que ofertam cursos na modalidade Educação Profissional Técnica em Nível Médio, particularmente o Ensino Médio Integrado ao Técnico, de modo a esclarecer aos discentes as possíveis opções para o prosseguimento nos estudos.

Para Kripka, Scheller e Bonotto (2015) na pesquisa documental os dados obtidos são estritamente advindos de documentos, objetivando extrair informações para a compreensão de determinado fenômeno. Trata-se, segundo as autoras, de um procedimento pautado em métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos variados. Concluída essa etapa, passamos para a fase final do estudo de caso, quando se efetiva a análise dos dados e a elaboração do relatório de pesquisa.

Retomamos oficialmente a escola com a proposta da pesquisa após a sua aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, número CAAE: 56830422.8.0000.8119. A escola disponibilizou duas turmas de 9º ano do turno matutino, com as quais foi desenvolvida uma oficina pedagógica (VIEIRA; VOLQUIN, 2002) que deu origem ao produto educacional desta pesquisa, sendo este descrito em seção posterior.

Os participantes da pesquisa, por serem menores de idade, assinaram o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) (Apêndice B), conforme prevê a legislação pertinente. Os responsáveis desses alunos também tomaram ciência acerca da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice C). Seguindo o que determina o TALE e TCLE, os participantes da pesquisa tiveram sua identidade mantida em sigilo e, para tanto, os mesmos foram designados conforme consta no Quadro 3:

Quadro 3- Códigos substitutivos de identidade dos alunos

<b>CÓDIGO EMPREGADO PARA PARTICIPANTES DA PESQUISA</b>								
<b>TURMA</b>	<b>PARTICIPANTES</b>							
<b>9º ANO “A”</b>	E1	E2	E3	E4	E5	E6		
	A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	A8
<b>9º ANO “B”</b>	Aa	Ab	Ac	Ad	Ae	Af	Ag	Ah
	AA	AB	AC	AD	AE	AF	AG	AH

Fonte: Elaboração própria com base em Gatti (2012).

Dos estudantes participantes tínhamos a seguinte distribuição, seguindo as turmas e suas faixas etárias:

- turma “A”: 4 alunos com 14 anos, 7 alunos com 15 anos e 1 aluno com 17 anos;

- turma “B” :5 alunos com 15 anos e 12 alunos com 14 anos.

Com base nas informações de faixa etária acima podemos deduzir que as turmas de 9º ano do Ensino Fundamental flutuam entre adolescência e juventude conforme já descrito nesse estudo segundo o ECA (1998) e o Estatuto da Juventude (2003).

Como estratégia para a realização da Orientação Profissional, escolhemos a Oficina Pedagógica. Segundo Fonçatti et. al. (2016), uma oficina é uma prática de intervenção psicossocial que pode ocorrer em um contexto pedagógico, clínico ou comunitário centrada em uma questão que o grupo se propõe a elaborar, em um determinado contexto social.

Segundo os pressupostos de Vieira e Volquin (2002) a oficina pedagógica foi organizada em 3 etapas: Contextualização, planificação e reflexão. Cada uma das turmas participantes foi dividida em 2 grupos, totalizando 4 grupos participantes na primeira parte da oficina denominada “Grupo focal”, a qual foi realizada em 2 dias, ou seja, com 2 encontros de 1 hora com cada grupo. Após a realização do grupo focal, a oficina foi realizada com 2 grupos, sendo 1 de cada turma participante, com 1 dia de encontro para cada grupo. A oficina foi intitulada “Árvores do futuro: Um Guia para Implementação e condução de uma oficina de orientação profissional”. Neste momento foi concluída a delimitação do estudo, fase do estudo de caso que descreveremos com maior detalhe na próxima seção.

#### 5.1.1 Delimitação do estudo: a organização da Oficina Pedagógica e a coleta de dados

Dando prosseguimento ao estudo de caso, André (2008, 2013) afirma que, após a identificação dos contornos aproximados do estudo, pode-se proceder à coleta sistemática de dados a partir de fontes diversas, como entrevistas, questionários, dentre outras.

Para organizar essa etapa, optamos, como dito anteriormente, pela estratégia da oficina pedagógica. Vieira e Volquind (2002) pontuam que nesses espaços ocorre

a socialização do conhecimento, discussão e oportunidade de externalizar saberes e conceitos através dos estímulos, favorecendo-se a possibilidade de exercitar a investigação e a reflexão dos temas propostos ali.

Para a realização das oficinas, as autoras supracitadas lembram que deve haver um planejamento onde se estabeleça um contrato com os participantes sobre as pautas, regras e tarefas que prevejam espaço e tempo de realização das mesmas, bem como o estabelecimento de metas para curto ou médio prazo. Os mesmos ressaltam ainda que, nesse planejamento, deve-se evitar privilégios e estar atento à participação de cada um para que se possa fortalecer a auto-estima dos participantes (Vieira, Volquind, 2002). Organizamos a oficina conforme Figura 1 abaixo:

Figura 1- Etapas da realização da Oficina



Fonte: Autoria própria com base em VIEIRA, VOLQUIND (2002)

Para definir as atividades da oficina e os recursos que seriam utilizados, baseamo-nos no Guia "Tô no Rumo" (Souza, 2014), elaborado para a realização de atividades de orientação profissional para alunos do Ensino Médio, sobre as quais

fizemos as adaptações necessárias para nosso contexto. Nesse sentido e com base nesse documento de Souza (2014), e ainda, em Vieira e Volquind (2002), foram elaborados roteiros próprios (o roteiro geral da oficina e o roteiro do Grupo focal que foi inserido no processo de aplicação da oficina).

#### 5.1.1.1 Oficina Pedagógica: A etapa da Contextualização

O primeiro momento da Oficina Pedagógica é a **Contextualização**. Neste momento o formador deve estimular os alunos a desenvolverem um diálogo sobre a temática para encontrar seus pontos de interesse de forma que possam ser situados na realidade da oficina. É possível, dessa forma, constatar o que esses indivíduos sabem, coletando dados para futuras atividades e evitando a inércia e fragilidade emocional deles.

Afonso (2007) reflete que a oficina leva a um caminho amplo de construção de saberes e vivências, emoções e reconstruções, mas mesmo assim mantém-se limitada a um foco de trabalho que requer o aceite e a apropriação dos participantes.

Já para Silva e Gonzaga (2021) a oficina é mediadora na interação de saberes e vivências através de seu desenvolvimento no grupo sob suas técnicas e que é de suma importância se preocupar com o planejamento desta atividade, traçando bem seu objetivo mesmo permitindo que este seja flexível.

Nessa fase de **contextualização**, optamos pelo Grupo Focal para coletar os dados. Gatti (2012) afirma que no grupo focal, o facilitador do grupo se comunica sem ingerência com ele auxiliando a troca de ideias e não expondo suas opiniões e conceitos. A autora ressalta que o grupo focal não pode ser confundido com entrevista em grupo, pois capta além de respostas, capta sentimentos e conceitos, além da lógica que os partícipes utilizam para chegar nessas respostas e recomenda pontos a serem observados para sua realização.

Gondim (2003) explana sobre essa diferença supracitada entre grupo focal e entrevista em grupo, onde a entrevista se caracteriza pelo direcionamento exercido pelo entrevistador para cada participante individualmente, visto que a análise dessa pesquisa será a opinião deste indivíduo. Enquanto no grupo focal o pesquisador tem um papel de moderador que visa facilitar todo o processo de discussão para que a análise se centre em quem é o participante neste grupo que está inserido.

Com base em Gatti (2012) se utilizou essa técnica de grupo focal para basear a primeira etapa da oficina: A Contextualização. Conforme este autor o grupo focal requer que se determine as características do grupo como idade, sexo, local de residência ou outra característica em comum (nesse caso foi o ano cursado na determinada escola).

A segunda observação seria a respeito da quantidade de participantes que, em uma pesquisa científica, deveria estar em torno de 6 a 12, com um número ideal de 10 pessoas sob um encontro registrado de preferência em áudio e vídeo para que seja possível captar as reações, além de anotações pertinentes e importantes para futuras conclusões.

Por se tratar de um grupo geral de 6 a 12 pessoas, o interessante é se trabalhar com 3 a 4 grupos; somente em caso de necessidade se estende esse número. As interações preferencialmente aconteceriam em uma grande mesa para que todos possam se olhar e interagir da melhor forma possível, porém se não for possível, pode-se utilizar uma sala com cadeiras individuais dispostas em círculo ou semicírculo com a mesma finalidade de interação e observação livre.

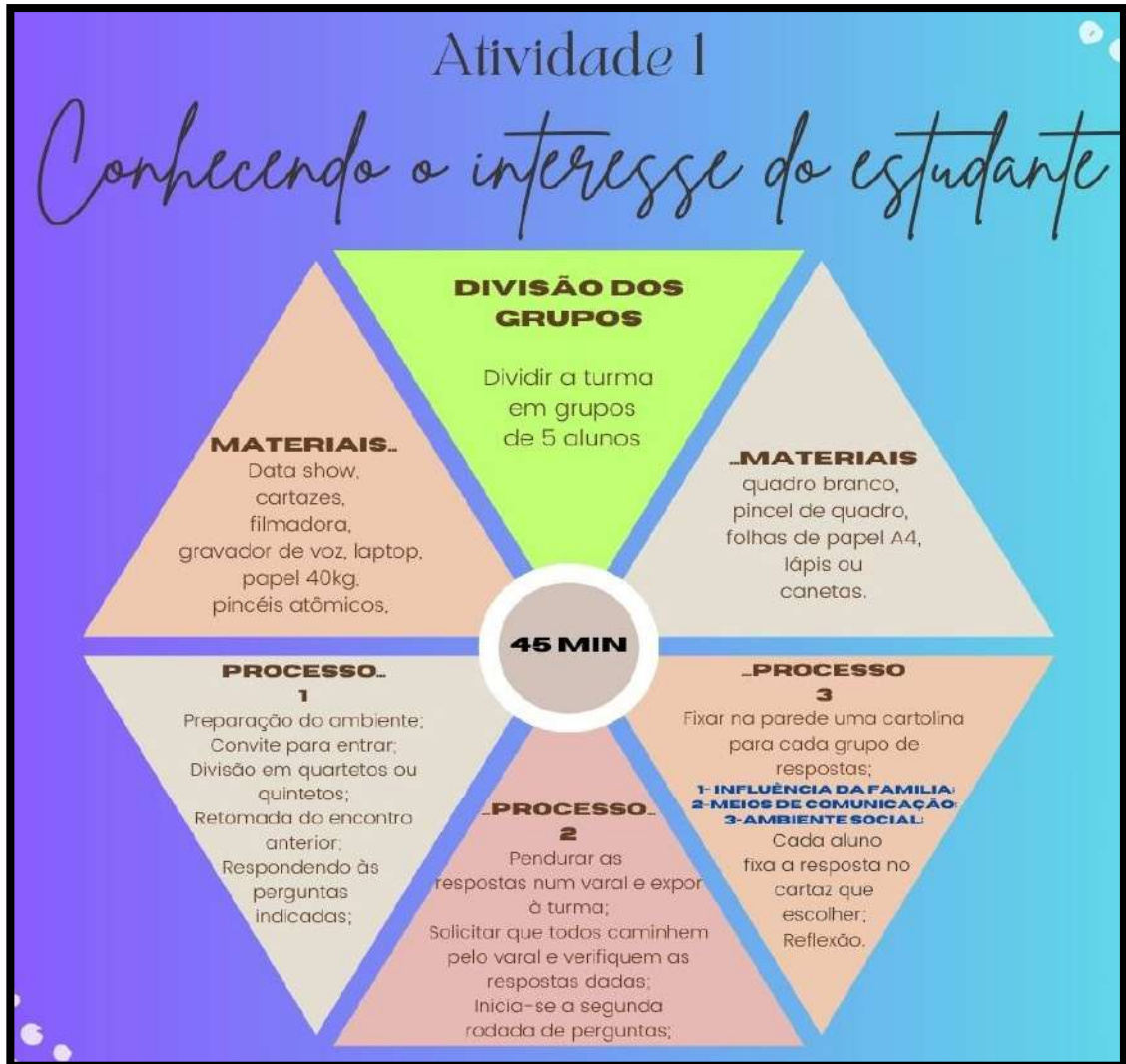
E, por fim, os encontros podem acontecer em uma ou mais sessões de 1 hora e meia a 3 horas de duração conforme a demanda do tema.

Realizamos 16 perguntas (Apêndice D) para discussão no grupo focal. Entendemos que deveríamos nos aproximar da turma para conhecer seus anseios, expectativas e dificuldades sobre o ensino médio, assim realizando a seleção do assunto. Para a realização do grupo focal (ocorrido em 4 grupos, correspondentes aos 2 grupos de cada uma das 2 turmas participantes do estudo), elaboramos uma apresentação em PowerPoint para orientação, com alguns questionamentos como: O que sabemos? O que precisamos pesquisar?



Diante disso organizamos a Atividade 1 (Grupo Focal) conforme Figura. 2 abaixo:

Figura 2- Atividade1 da Oficina Árvores do saber



Fonte: Autoria própria com base em VIEIRA, VOLQUIND (2002)

Iniciamos com a exposição aos participantes das atividades que seriam desenvolvidas e nossos objetivos com aquelas atividades. Prosseguimos com a entrega de documentos de autorizações TALE e TCLE para os participantes e seus responsáveis antes das atividades em si, e retornamos para dar início à primeira etapa da oficina, a qual consistia na elaboração e esclarecimento dos combinados entre todos os participantes, lembrando-os sobre a importância do respeito, sendo solicitada colaboração dos demais participantes.

Para acolher os participantes, foram confeccionados uns cartões de boas-vindas com frases, um doce e uma cópia da letra das músicas (Apêndice E e F) para facilitar a compreensão da mensagem nelas contidas. A disposição dos móveis da sala foi realizada com as cadeiras organizadas em formato de “U” e, por falta de uma mesa grande, dispomos frisqueiras descartáveis com lanches individuais para que estes pudessem se servir e acessar de acordo com sua vontade.

A oferta do lanche faz parte da acolhida, a qual também conta com uma música de provocação com o tema sobre trabalho, sendo escolhida as músicas “Fábrica”, do grupo Legião Urbana, e “É”, de Gonzaguinha. O objetivo com essas músicas I (Anexo 1 e 2) era promover reflexões sobre o trabalho, sobre o projeto de vida.

Depois de algumas perguntas gerais sobre esses temas, trouxemos alguns pontos sobre o prosseguimento dos estudos e ensino médio, ou seja, se eles pretendiam seguir para o ensino médio e se tinham alguma pretensão para o ensino médio integrado ao técnico. Após a exposição de suas falas combinamos de retornar com a oficina propriamente dita dentro de uma semana.

Cabe ressaltar que todas as atividades realizadas durante o Grupo Focal, o qual é um método que reúne participantes expondo suas opiniões através de interações grupais sobre um tema específico e que obedece um determinado critério avaliado pelo pesquisador (Gondim, 2003), contaram com a participação de um auxiliar o qual ficou responsável por fazer a **gravação** das atividades para posterior transcrição e análise das falas. Ressaltamos que a gravação foi devidamente autorizada pelos participantes e seus responsáveis, conforme preconizam as normas do Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos.

Também neste momento registramos a **observação** de todo o processo, intencionando um retrato detalhado e claro dos eventos de modo a permitir uma descrição íntegra para futuras análises e para o relatório final (ANDRÉ, 2008).

Concluída esta etapa, passamos para a etapa seguinte da Oficina, a **Planificação**, realizada com duas turmas de 9º anos do Ensino Fundamental divididas em 2 grupos, sendo as atividades desenvolvidas em 2 dias. No primeiro dia atendemos a turma do 9º Ano A. No segundo dia, atendemos a turma do 9º ano B.

### 5.1.1.2 Oficina Pedagógica: A etapa da Planificação

Após a conclusão da etapa 1, propusemos uma reflexão sobre os temas abordados por meio de uma busca de informação acerca do que havia sido tratado nos dois dias de contextualização, a fim de que, neste segundo momento, pudéssemos esclarecer possíveis dúvidas em seguida passamos para a etapa 2: Planificação.

Vieira e Volquind (2022) acrescentam que, nesta etapa, deve ocorrer o planejamento de ações, a construção de recursos, dentre outras atividades. Assim, elaboramos uma apresentação em mídia para orientar as próximas atividades, contendo nele todas as etapas a serem seguidas e informações de apoio para as rodadas de perguntas e respostas, bem como reflexões e informações que gostaríamos de utilizar no momento da oficina, inclusive para garantir que o tempo estipulado não fosse alterado ou dispersássemos do tema proposto.

A oficina foi dividida em 3 atividades, esta etapa se refere à atividade 2. Nesta atividade tivemos duas rodadas de perguntas e respostas, finalizando com uma reflexão dos acontecimentos do dia e das escolhas de cada um.

Souza e Araújo (2020) dizem que nesta etapa se define o planejamento e a organização para que se chegue a uma solução de problema em comum da comunidade assistida, se constrói recursos para este fim sempre com um cunho social sob a proposta, conforme as características do grupo em questão.

Fornazari, Brumato e Obara consideram a planificação essencial para o desenvolvimento das práticas, tornando possível prever os próximos passos do

Osório (2007) compreende esta etapa como uma situação que ocorre aprendizagem através do desejo de mudança, onde o mediador aposta possíveis desafios e soluções instigando a obtenção de respostas que devem gerar reflexão e elaboração de conhecimento e pensamento.

A acolhida se deu através da exibição de uma mídia de provocação para instigação sobre o tema, a partir do filme “Tempos Modernos” (Chaplin, 1936), o qual satiriza um ambiente de fábrica no período da Revolução Industrial, com a intenção de promover uma reflexão sobre a situação. Nesse momento, propomos uma breve discussão após a exibição do vídeo para que em seguida passássemos à pauta.

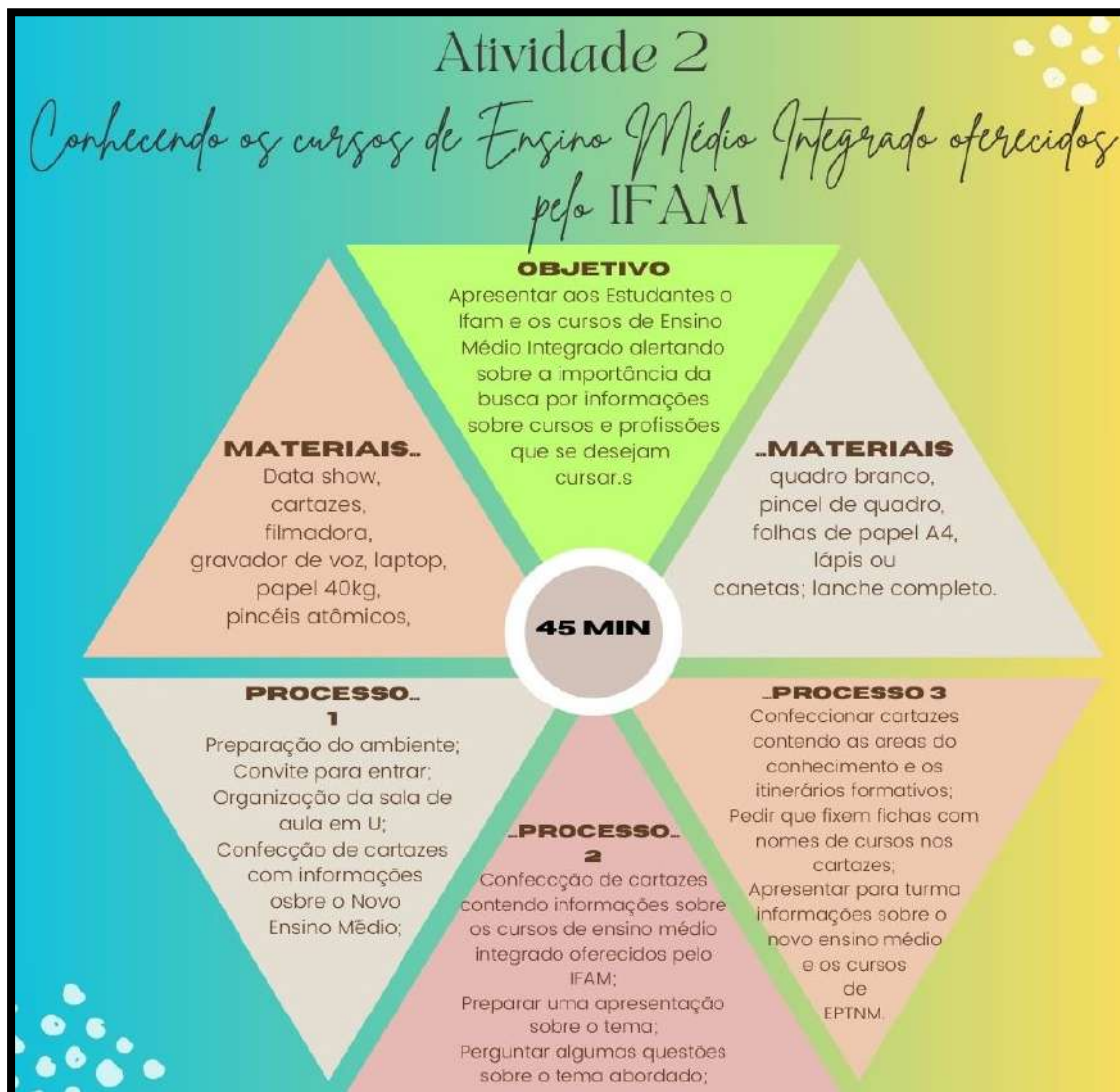
Nesse momento retomamos o cartaz construído na primeira etapa com a colaboração de todos para estipular regras das atividades em grupo. Em seguida

questionamos as opiniões dos alunos sobre grupo focal, se tiveram alguma discussão sobre o intervalo entre nosso primeiro encontro e a oficina, e ainda, o que pensaram e quais eram as expectativas para este momento.

A turma do 9º Ano A contou com a presença de 14 alunos sendo que, no primeiro momento, a turma foi dividida em 3 grupos de 4 alunos cada e uma dupla. No segundo momento tivemos 1 grupo de 4 alunos e 2 grupos de 5 alunos.

A etapa 2 da oficina foi dividida em 3 atividades. Na atividade 1 ( Figura.3) tivemos duas rodadas de perguntas e respostas, finalizando com uma reflexão dos acontecimentos do dia e das escolhas de cada um.

Figura 3- Atividade 2 da Oficina Árvores do saber



Fonte: Autoria própria com base em VIEIRA, VOLQUIND (2002)

No processo 1 da Atividade 2 foi organizado o seguinte material: Data show, cartazes ilustrativos e em branco para uso, gravador de voz, laptop, canetas, lápis, limpeza do quadro branco, folhas de papel em branco A4 e pinceis. Preparamos o ambiente para que o mesmo se tornasse acolhedor à atividade e convidamos os alunos a adentrarem no ambiente. A turma foi dividida em grupos de 5 alunos, quando não foi possível ficaram em 4 e responderam às perguntas indicadas no roteiro.

Como na primeira rodada, tivemos a participação da maioria dos estudantes. Trouxemos questionamentos como: Com quais profissões me identifico? Por que me identifico com essas profissões?

No processo 2 da atividade 2 pendurou-se as respostas escritas nos papéis no Varal<sup>21</sup> Pedagógico para que ficassem expostas e fosse de conhecimento público numa interação que ocorreu onde todos puderam andar, ler e observar as respostas uns dos outros. Todos retornaram para seus lugares e passou-se para a segunda rodada de perguntas e respostas, as quais também foram anotadas em um papel colorido.

No processo 3, os participantes deveriam responder e classificar as respostas segundo os 3 cartazes fixados na parede, o qual tratava das influências recebidas para terem emitido as respostas dadas. Na segunda atividade, intencionamos aprofundar os conhecimentos acerca do Novo Ensino Médio para que, em seguida, pudessemos esclarecer sobre o que se trata a Formação Profissional, apresentando os cursos oferecidos pelo IFAM no Ensino Médio Integrado ao Técnico.

Neste ponto, ampliamos as discussões sobre essa modalidade de ensino, abordando os diferentes tipos de cursos técnicos e suas especificidades. Fizemos várias reflexões sobre os temas abordados a partir de atividades práticas com base no que foi apresentado.

Todos tiveram a oportunidade de ler as respostas uns dos outros e fazer as observações que achassem pertinentes. Para tanto, iniciamos com uma questão:

---

<sup>2</sup> Varais pedagógicos são um recurso onde se estica cordas ou cordões em um espaço pedagógico para disposição de algum material, cartazes, pinturas, colagens, livros para que todos naquele espaço tenham acesso à visualização ou manuseio.

Quais semelhanças e diferenças que vocês observaram? Alguma profissão surpreendeu?

O processo 3 da atividade 2 se iniciou com a fixação de um papel em branco na parede e logo após todos foram convidados novamente para fixarem suas respostas no quadro correspondente a elas ( caso suas respostas sofreram influência de que meio?): 1-Família; 2- meios de comunicação; 3- Ambiente social. Em seguida vendo as respostas fixadas nos campos os participantes voltaram para seus lugares e propomos uma reflexão sobre a disposição das respostas.

Seguimos com as mesmas duas turmas da atividade anterior, contando com o total de 14 alunos, sendo que no início a turma foi disposta em círculo para debater alguns questionamentos. Em seguida, a turma foi dividida em 2 grupos, um com 5 alunos e outro com 4 alunos.

Separamos os materiais necessários conforme o planejamento anterior, com fichas com os nomes dos cursos oferecidos pelo IFAM dispostas em parte de uma parede da sala de aula, de modo a estimular os estudantes em suas observações e especulações sobre qual seria o objetivo dessa exposição, fomentando a curiosidade e o interesse na atividade.

Exibimos a apresentação construída com informações sobre como o Ensino Médio é ofertado hoje, sobre as propostas para o Novo Ensino Médio e mudanças na lei. Falamos também sobre o IFAM e os cursos de Ensino Médio Integrado ao Técnico que são ali ofertados, além de outras possibilidades na Formação Profissional. Em seguida, trouxemos algumas discussões sobre como a oferta da EPTNM na cidade de Manaus, considerando-se os locais onde são ofertados os cursos, enfatizando o IFAM, como instituição pública que dispõe de vários campi distribuídos em vários municípios do Amazonas. Para esclarecer algumas especificidades dos cursos oferecidos no Campus IFAM Manaus Centro na modalidade de Ensino Médio Integrado ao Técnico, apresentamos a ficha técnica deles para que fosse lida, com as principais informações do curso apresentadas. Com a conclusão desta atividade, iniciamos a última etapa da Oficina, a Reflexão.

### 5.1.1.3 Oficina Pedagógica: A etapa da Reflexão

Nesta etapa ocorre a sistematização dos conhecimentos produzidos e a avaliação da oficina, se caracterizando como Etapa 3 da oficina, nesta etapa temos como prática a atividade 3, onde passamos à reflexão do que foi abordado até aqui, auxiliando com alguns pontos de discussão. Para tanto, iniciamos as atividades com base nos questionamentos abaixo:

Quadro 4- Questionamentos para reflexão

1 O que acharam dessas informações sobre o Ensino Médio?
2 O que vocês acharam dessas profissões, aqui expostas?
3 Alguém se interessa por alguma dessas profissões?
4 Você já ouviu falar alguma coisa sobre elas em espaços como escola, igreja, família, roda de amigos?
5 Há algum preconceito ou estereótipo sobre alguma dessas profissões?
6 O que vocês acham das coisas que já ouviram?

Fonte: Autoria própria, 2022.

Novamente com a turma disposta em círculo conversamos sobre estas perguntas e a partir das respostas produzimos as próximas atividades com o material gravado em áudio e vídeo.

Com base na legislação vigente à época, que dispõe de 5 itinerários formativos, confeccionamos um cartaz com 5 espaços e os nomes dos itinerários e pedimos que o aluno destacasse as placas com os nomes dos cursos que já estavam em um painel na sala de aula para que, em seguida, dispusessem dentro do quadro no campo de itinerário que julgassem correspondente

Observamos que eles utilizaram vários campos de itinerários, exigindo que esclarecêssemos que todos os cursos ali apresentados faziam parte do Itinerário 5- Formação Técnica e Profissional.

Assim apresentamos o Campus IFAM Manaus Centro, exibindo alguns vídeos institucionais retirados do canal da Instituição no YouTube (<https://www.youtube.com/@IFAMCampusManausCentro>), onde observamos toda a estrutura da unidade, algumas entrevistas de estudantes, e informações sobre os

programas institucionais estudantis, além das formas de ingresso no IFAM Manaus e depoimentos de estudantes e egressos falando de seus cursos.

Encerrando esse momento foi disponibilizado uma ficha de avaliação para que os estudantes pudessem emitir suas opiniões acerca da oficina e das atividades desenvolvidas (Apêndice G).

Finalizada a oficina, passamos para a análise dos dados, descrita na seção a seguir.

## **5.2 Procedimentos para análise de dados**

Iniciamos a pesquisa através da pesquisa documental, onde se fez um apanhado de leituras que subsidiaram a compreensão dos conceitos da pesquisa e definição das bases teóricas e metodológicas para sua construção. Esse momento foi de suma importância para que pudéssemos ter clareza de nosso lugar de fala considerando-se a legislação, história e especificidade do tema. Sá- Silva, Almeida e Guindani (2009) lembram que a pesquisa documental precisa ser apreciada e valorizada, visto que a variedade de informações que podemos obter dela corrobora com a amplitude do entendimento do objeto, pois se faz necessário em pesquisas sociais uma contextualização histórica e sociocultural do objeto a ser estudado.

André (2013) corrobora ao afirmar que a análise documental tende a ser um grande apoio ao pesquisador pois ora completa a utilização de outras técnicas, ora mostra novos aspectos sobre a pesquisa. Os dados coletados foram tratados conforme preconiza André (2013) quando trata de estudo de caso e pesquisa qualitativa. O estudo de caso está dividido em:

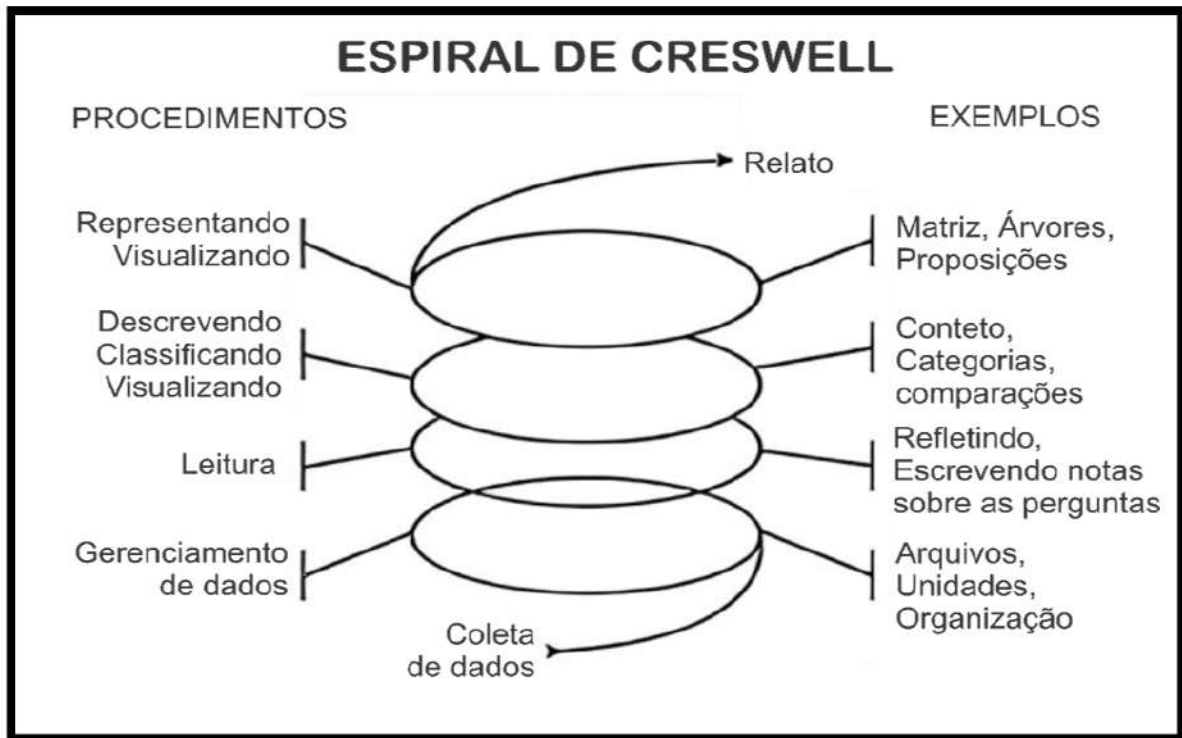
(...) três fases: exploratória ou de definição dos focos de estudo; fase de coleta dos dados ou de delimitação do estudo; e fase de análise sistemática dos dados. São definidas como três fases, mas são, de fato, referências para a condução dos estudos de caso, pois a pesquisa é uma atividade criativa e como tal pode requerer conjugação de duas fases, desdobramento ou extensão de uma delas, criação de outras. André (2013, p.98).

Para analisar os dados recorreremos à espiral de Creswell (2014) (Figura 4), o qual prevê a categorização advinda das respostas subjetivas advindas da interação com os participantes. Há que se considerar que nossa primeira opção para analisar os dados foi a Análise Textual Discursiva (ATD) (Moraes, Galiazzi, 2005). Entretanto,



após a transcrição das falas dos estudantes, verificamos que o corpus da pesquisa era pequeno, o que poderia comprometer o uso da ATD à medida que dificultaria a construção de um metatexto consistente. Assim, optamos por seguir a análise espiral de Creswell (2014).

Figura 4- Análise em espiral de Creswell



Fonte: Autoria própria a partir de Creswell (2014)

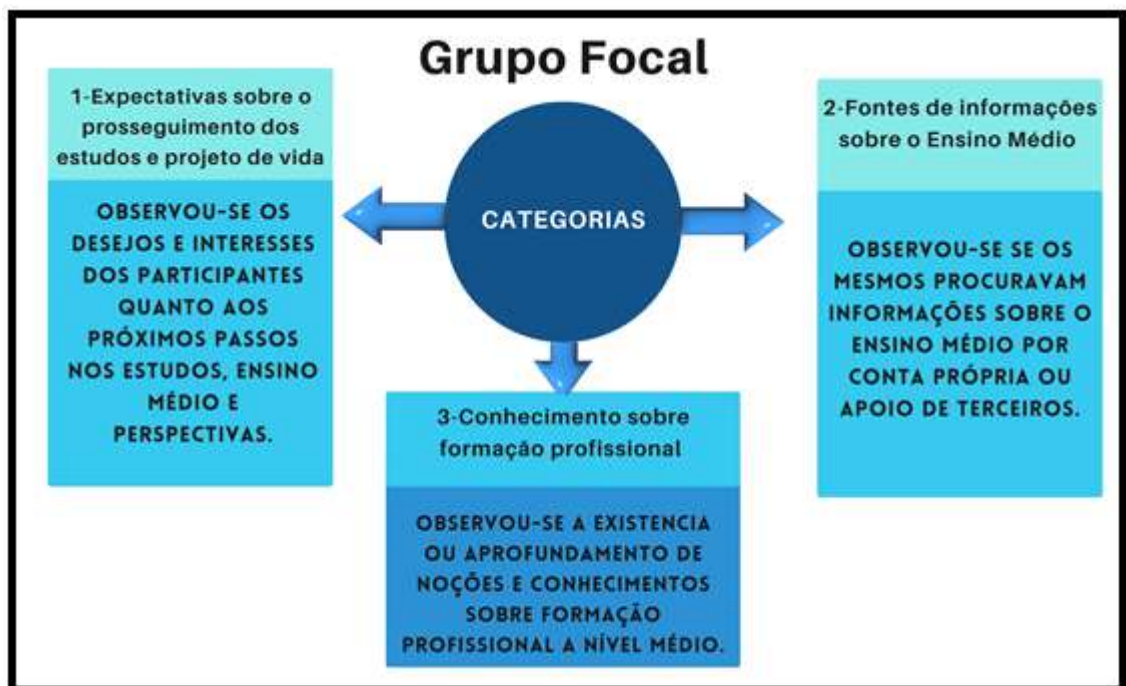
Com os registros obtidos no grupo focal e na oficina pedagógica, foram feitas as transcrições que foram feitas a partir das filmagens e gravações de voz de toda a atividade. Com as transcrições concluídas iniciamos o tratamento dos dados e posteriormente a categorização dos mesmos.

Segundo a análise em espiral de Creswell (2014) (Figura 4), o processo se deu por meio de algumas etapas: Coleta de dados, gerenciamento de dados, leituras, oitivas dos materiais audiovisuais, organização, descrição e classificação dos dados em códigos (os quais delimitam as categorias de análise), a interpretação dos dados e sua representação. Ainda de acordo com Creswell (2014) a análise dos dados, na pesquisa qualitativa, e a redação do relatório de pesquisa ocorreram concomitantemente, haja vista esses processos estavam inter-relacionados.

A organização correspondeu à etapa onde os pesquisadores converteram seus arquivos em unidades de texto apropriadas, no caso desta pesquisa, a transcrição das falas dos participantes. Nesse momento foram feitas anotações no material textual, ou seja, margens do texto, diários de campo, transcrições, as quais representam frases curtas com conceitos-chave que ocorrem ao leitor no momento da leitura. A próxima etapa foi a formação das categorias, onde foram feitas descrições mais detalhadas de modo a fornecer uma interpretação à luz de seus conhecimentos e das perspectivas da literatura. E, por fim, chegamos à fase de representação dos dados, que foram realizadas por meio de tabelas, gráficos, textos ou imagens visuais (Creswell, 2014).

Com base no roteiro de questões semiestruturadas do grupo focal, nas perguntas-chave que orientaram as oficinas e transcrições, delimitamos as categorias de análise (Figura 5) (Apêndice D).

Figura 5- Categorias projetadas para análise de dados a partir do Grupo Focal



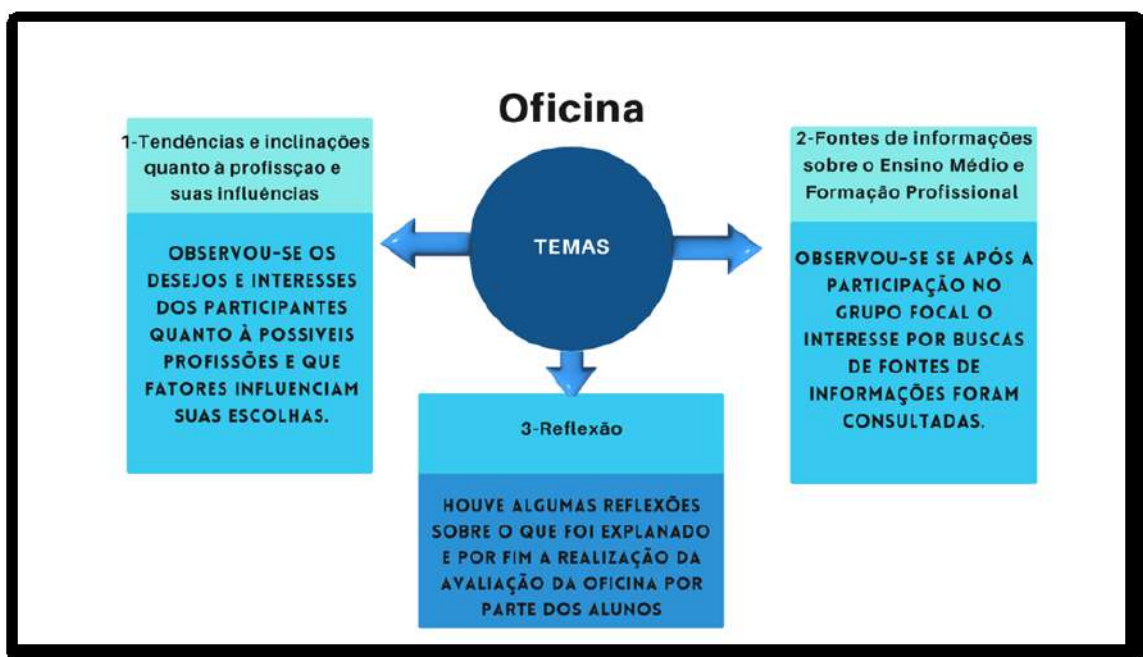
Fonte: Autoria própria a partir de grupo focal, 2022.

Para chegarmos às categorias presentes na figura acima foram relacionados as falas dos participantes durante as atividades. A categoria 1 diz respeito ao interesse que os alunos demonstraram em face a seu prosseguimento de estudos. A categoria 2 se fez através dos relatos acerca da forma de busca sobre informações relacionadas

com o ensino médio e a categoria 3 foi criada a partir dos questionamentos que fizeram sobre formação profissional no ensino médio.

Perante a finalização das atividades e das transcrições, que foram lidas inúmeras vezes com o intuito de se observar detalhes e particularidades para que houvesse uma reflexão sobre as falas, foi possível definir a categorização para possível análise tanto do resultado advindo do grupo focal (Figura 5) quanto aos temas da oficina (Figura 6).

Figura 6- Temas projetados para análise da oficina



Fonte: Autoria própria a partir da oficina, 2022.

A categorização da Oficina aconteceu diante da exposição de participantes perante os momentos que aconteceram nessa atividade. Diante de suas respostas e comunicações. A categoria 1 veio da fala em relação aos desejos e interesses acerca de profissões e atividades laborais, bem como a fonte desses interesses e suas influencias. A categoria 2 partiu da fala acerca das fontes que os estudantes procuravam para buscar conhecimentos sobre o ensino médio juntamente como uma possível formação profissional. E a categoria 3 nasceu da atividade 3 onde os alunos foram convidados a refletir sobre todos os momentos vividos nessas atividades e suas conclusões a respeito das mesmas.

Diante da efetivação da categorização do material e de sua análise, procedemos aos resultados e discussões desse material.

## 6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a análise do material derivado das transcrições e registros de observações se delimitou as categorias de acordo com as falas dos sujeitos, assim a primeira categoria de análise referiu-se à “Expectativas sobre o prosseguimento nos estudos e projeto de vida”. Nesta categoria incluem-se as expectativas dos estudantes sobre o projeto de vida, sobre o prosseguimento nos estudos e sobre uma possível escolha de profissão. Quando questionamos os participantes sobre essas questões, obtivemos respostas como:

*Fazer uma faculdade (E3)*

*Meu sonho é viajar para Portugal, e a expectativa é viver em paz, trabalhando.*

*(...) trabalhar em Design. (Aluno E4)*

*Não tenho expectativa ainda, não consigo pensar muito sobre o futuro, o importante é o que está acontecendo agora. (Ad)*

Podemos constatar a instabilidade de pensamentos de jovens que provavelmente não vêm recebendo orientações sobre o futuro e suas carreiras. Nesse momento eles se mostraram confusos para deliberar uma resposta, ou simplesmente responderam que não sabiam.

Oliveira (2003) nos aponta que o processo de evolução ou de inserção no mundo do trabalho pode se tornar uma escolha difícil para o público adolescente, já que muitas vezes, os mesmos se sentem confusos e cheios de incertezas, sendo esta justamente a faixa etária dos participantes desse estudo, isto é, alunos de 14 a 17 anos, ou adolescentes conforme denomina o ECA (1990). Em todo o processo inicial das atividades os mesmos vinham mostrando expressões faciais e até mesmo em suas falas demonstravam incertezas perante ao apresentado.

Quando indagados sobre as expectativas para prosseguimento nos estudos, a maioria relatou que pretende seguir no Ensino Médio. No entanto, não há clareza sobre cursos de ensino médio ofertados, sobre as possibilidades existentes, como pode ser observado nos relatos dos estudantes:

*Quero ir para o CPM III. ( A2)*  
*Continuar estudando... entrar no IFAM ... preciso melhorar minhas notas e só. (A3).*  
*Quero fazer um curso preparatório para o mercado de trabalho. (E1)*  
*Vou terminar o Ensino Médio e fazer cursos para trabalhar. (E5)*  
*Quero seguir na Informática. Eu já fiz alguns cursos de informática (cursos livres), logística. ( Aa)*  
*Eu não sei quais cursos têm, tipo... (pensando). ( Ad)*  
*Eu não tenho ideia... ainda vou ver. (A4)*

Entendemos, como pontua Franzi (2020), que ter clareza sobre o projeto de vida pode contribuir para permitir ao indivíduo ter um horizonte organizado de intenções, metas, objetivos e ações que possam ir além do seu auto interesse e a seu auto realização, conectando o projeto individual ao coletivo. Porém, com as mudanças advindas do Novo Ensino Médio, verificamos que ainda há muitas dúvidas sobre como seguirá essa etapa da Educação Básica.

Esses resultados coadunam com o que foi observado por Reyes e Gonçalves (2019), que investigou a percepção sobre as mudanças curriculares da Lei nº 13.4154 com 61 estudantes do ensino médio de uma escola pública no Rio Grande do Sul. Nesse estudo, a maioria dos jovens que participou da pesquisa, além de relatarem dúvidas sobre essas mudanças, afirmaram não concordar com as determinações propostas para o “Novo Ensino Médio”, sobretudo em relação à obrigatoriedade, na Formação Geral, apenas das disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Matemática.

Face a seguinte pergunta: “Quais os teus sonhos? O que você tem de expectativa daqui em diante, quando acabar o ano, para o ano que vem? Daqui a 5 anos, daqui a 10 anos? ”, obtivemos respostas como:

*Fazer Faculdade de medicina (E5)*  
*Não me imagino daqui a 10 anos(E5)*  
*Não se imagina? Daqui a 5 anos (Mediadora)?*  
*Não me imagino(E5)*

Esse trecho de parte do diálogo do grupo focal nos faz observar a importância de se refletir no projeto de vida o quanto antes, visto que esses estudantes estão caminhando para o ensino médio ou para o mercado de trabalho. Porém, alguns demonstram estar sem perspectiva do que fazer no futuro próximo ou distante.

Uma pesquisa divulgada em 2021 sobre a saúde do escolar aponta que apenas 57,7% dos estudantes participantes da pesquisa afirmaram pretender continuar os estudos. Essa pesquisa foi realizada com “escolares de 13 a 17 anos de idade, das redes pública e privada, possibilitando sua desagregação por Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios das Capitais” e aconteceu para fornecer informações para o “sistema de vigilância de fatores de risco e proteção para a saúde dos escolares, do Ministério da Saúde, com dados atualizados sobre a prevalência e a distribuição desses fatores no público-alvo (Brasil, 2021) ”.

Sendo assim, a própria BNCC (2017) aponta que a escola pode contribuir para a construção do projeto de vida do educando, auxiliando nesse desenho e articulando as ideias e reflexões dos mesmos com relação a seu futuro.

Sobre os conhecimentos prévios e a busca de conhecimentos sobre o Ensino Médio, ainda na primeira categoria, lançamos a seguinte pergunta para a turma: Como acontece a sua orientação para ingressar no ensino médio? Aqui na escola está tendo alguma orientação sobre o ensino médio?

*Não (todos em coro)*

*Teve alguma palestra sobre o ensino médio? Falando do ensino médio, falando da mudança do ensino médio? (Mediadora)*

*Não (alguns balançando a cabeça de forma negativa)*

*Professora, só o pedagogo que foi lá, e ficou falando umas coisa lá ... (Ae)*

*É...ele falou sobre o ensino médio (Ah)*

Esse trecho do diálogo no grupo 2 do 9º Ano “A” evidencia que há a necessidade de encontrarmos caminhos dentro das escolas para tratar da transição do ensino fundamental para o ensino médio, pois mesmo sem busca ou pouca busca efetiva por parte dos alunos, os mesmos estão falando disso ou pensando no assunto onde, por muitas vezes, não encontram a informação suficiente para sanar suas dúvidas.

Quanto à orientação e informação recebida pela escola, verificamos nas respostas dos alunos que está só acontece de maneira informal, uma conversa por parte do pedagogo ou gestora em determinados momentos, mas que não chega a ser uma política pública ou um projeto da própria escola em prol da preparação para a transição entre ensino fundamental e ensino médio.

Soares (2021) acredita que na escola acontece uma integração e que nela há uma construção de pensamentos, uma socialização que ocorre de maneira geral, cognitiva, social e cultural. Já Eyng (2015) pondera que não se trata de ofertar por

ofertar a educação, qualquer ensino, mas primar por justiça social, livre de desigualdades e exclusão.

Portanto vimos que esses adolescentes partícipes da pesquisa estão sendo apartados de informações sobre o possível próximo passo de sua vida escolar, a continuidade da educação básica e obrigatória no Brasil, por diversos fatores que ultrapassam os limites desse estudo.

A segunda categoria “Fontes de informações sobre o ensino médio”, refere-se aos locais onde os estudantes buscam informações sobre o prosseguimento nos estudos, seja com pessoas, seja em locais como a internet. Nessa categoria também foram inseridas as respostas sobre os cursos e/ou profissões que seriam de interesse dos alunos. Começamos os questionamentos com perguntas como: Você pretende ingressar no ensino médio? Qual curso você pretende fazer? onde obtivemos respostas como:

*Informática, eu já fiz alguns curso de informática, logística (AA)*

*Informática(AB)*

*Ainda não pensei, ainda não(AC)*

*Eu não sei quais cursos tem, tipo(AD)*

Aqui é possível observar nas respostas que alguns alunos tendem a copiar a resposta do colega, situação que ocorreu também em outros momentos. Porém, são notórias as incertezas e dúvidas sobre os cursos disponíveis para o ensino médio, sobretudo os cursos da Formação Profissional. Nesse sentido verificamos, como Roer, Maktum e Zagoel (2010), que é possível que alguns serviços prestados aos adolescentes sofram de inadequação como, por exemplo, os serviços educacionais. Esses autores acreditam que o público adolescente necessita de um tratamento que atenda suas particularidades para que suas capacidades nessa fase de transição sejam acolhidas, pois os mesmos passam por muitas incertezas.

Na sequência, perguntamos aos alunos o que eles sabiam sobre o Novo Ensino Médio e sobre a BNCC. Mais uma vez foi notório o estranhamento dos alunos com a pergunta, haja vista alguns manterem-se calados, enquanto outros ficavam olhando-se entre si esperando alguém se manifestar. Inclusive, neste momento, um dos participantes perguntou o que era a BNCC. Isso pode evidenciar que são poucas as iniciativas de discussão sobre a Base Nacional Comum Curricular no meio estudantil.

Tais questões também foram observadas na pesquisa de Reyes e Gonçalves (2020) com estudantes do Ensino Médio, os quais afirmaram não conhecer a fundo as determinações propostas para o “Novo Ensino Médio” no que se refere às



mudanças curriculares. Em contrapartida, uma pesquisa divulgada pela Fiocruz em 2021 (Antunes, 2022) que foi encomendada pelo Serviço Social da Indústria (Sesi) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), onde foram ouvidos 2 mil estudantes do Ensino Médio, o levantamento ouviu 2 mil alunos, mostrou um grau de satisfação um pouco maior, por parte dos estudantes, com a nova estrutura do Ensino Médio, havendo interesse, sobretudo, com o itinerário da Formação Profissional.

Diante das dúvidas observadas, passamos a tentar descobrir onde e em que momentos os estudantes ouviam falar de ensino médio, quais seriam as personagens desse diálogo. Perguntamos: Quem é que costuma falar para vocês sobre o ensino médio? Os pais, os colegas? E tivemos os seguintes relatos:

*Aa: a minha mãe, quando ela descobre algo novo aí ela vem falar (Aa)*

*Ab: quem costuma falar mais para mim é a minha madrinha, que eu tenho que focar mais nos estudos, do que nas brincadeiras (Ab)*

*Ac: com minha mãe na escola, ela fala muito sobre isso, quando eu chego da escola ela fala que eu tenho que me esforçar mais (Ac)*

*Ad: com minha mãe...inaudível...(Ad)*

*Ae: a minha mãe e a funcionária aqui da escola (Ae)*

*Af: com meus pais (Af)*

*Ag: com minha irmã, só (Ag)*

Quanto à busca própria por informações a respeito, a maioria manifestou que recebe algumas orientações e conselhos da família a respeito da transição e do próprio ensino médio em si. De fato, Oliveira (2003) acredita que a família tem papel crucial nesse momento da vida, inclusive relacionado a escolhas profissionais.

Aguiar e Conceição (2009) exprimem o quão consideram importante a construção de estratégias para que haja uma melhor preparação dos jovens diante da transição do EF para o EM, ou ainda, para o mundo do trabalho ou à perspectiva de um projeto de vida, bem como acreditam que se faz necessário a disponibilização de oportunidade dentro da escola onde esses estudantes possam expor e discutir suas angústias e inseguranças sob pressão e cobranças da sociedade.

Na terceira categoria “Conhecimento sobre formação profissional” é possível perceber que há grandes dúvidas sobre nomenclaturas, níveis de formação profissional e entidades que oferecem essas modalidades de estudo. Percebemos que cursos livres foram confundidos com EPTNM ou até mesmo com cursos superiores. A discussão começou com o seguinte questionamento: Você sabia que a formação técnica e profissional representa uma das possibilidades de escolha do

ensino médio? O que você acha dessa escolha? E sobre escolher uma formação profissional no ensino médio?

Um dos estudantes externalizou o que talvez muitos queriam perguntar: Professora, que tipo de formação seria essa? Percebeu-se em diversas falas durante os momentos de interação as dúvidas sobre o quê, exatamente, seria essa formação, pois ora pareciam se aproximar de cursos livres profissionalizantes que se oferecem em algumas escolas, ora parecia uma coisa distante, quase impossível de ser vivida ou conquistada.

Esses resultados corroboram àqueles encontrados por Matos (2017), cujo objetivo da pesquisa foi analisar o papel que os alunos do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Sergipe, no campus de Aracaju, atribuem à escola na construção de seus projetos de futuro. Os resultados da pesquisa mostraram um claro desconhecimento por parte dos participantes dos sentidos do Ensino Médio Integrado, como consequência de escolhas nem sempre pessoais, mas seguidas a partir de influências externas.

Reiteramos que estas dúvidas poderiam ser minimizadas se fossem apresentadas aos adolescentes as possibilidades que existem para a continuação de suas formações. O Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) campus Cachoeiro de Itapemirim, por exemplo, promove, desde 2009, um projeto de extensão denominado de Ifes Portas Abertas, com ações para o público em geral e, particularmente, para concluintes do 9º ano do Ensino Fundamental, a fim de que possam conhecer a Instituição e ter subsídios para dar continuidade dos seus estudos. Neste projeto são feitas visita ao campus, a apresentação do espaço físico, dos cursos, da proposta pedagógica institucional, etc (Costa; Ferreira, Caliari, 2021).

O produto educacional resultante da pesquisa de Vecchietti (2019) criou um site para que fosse possível alunos de Santa Catarina pudessem se preparar para o acesso ao IFSC e cursar o ensino médio integrado. Esse site além do curso preparatório para o acesso ao EM integrado, também trouxe várias informações sobre o IF e sobre os cursos como tentativa de auxiliar aqueles que pretendem estudar na unidade, e ainda, para melhor conhecimento dos cursos disponíveis.

Em um primeiro momento, quando indagados sobre a possibilidade de cursar o ensino médio integrado ao técnico, as interações se mostraram tímidas e sem muito aprimoramento.

*não sei (Ae)*  
*não sei (Af)*  
*não sei (Ag)*

Diante das negativas, reformulamos a questão: Vejo que há alguma dúvida e esclareço: no Ensino Médio Técnico você sai com uma profissão junto com o ensino médio normal (Mediadora):

*Agora eu entendi (E1)*  
*Acho melhor que a gente já sai com uma profissão (A1)*  
*Uma possibilidade de sair formado em alguma coisa (A2)*  
*Acho melhor, você vai sair de lá formado (A3)*  
*Acho uma boa possibilidade para a pessoa já sair trabalhando (A4)*  
*Acho uma boa possibilidade (A5)*

Nas falas acima é possível perceber que, em um primeiro momento, havia muita dúvida em relação ao que seria um ensino médio técnico. Porém, os estudantes vislumbraram a possibilidade de participar, visto que a maioria deles demonstraram interesse em entrar no mercado de trabalho o quanto antes, como alguns participantes já inseridos no mercado informal. Sabe-se que além da LDB (1996), há outras legislações que contemplam discussões sobre o trabalho e o projeto de vida como uma possibilidade de abordagem dentro da escola, entretanto, não é uma temática obrigatória.

Assim, concordamos com Saviani (2011) quando diz que há uma grande disparidade entre o que a lei determina e aquilo que acontece de fato. Todavia, nessas falas sobre ensino médio e ensino médio técnico podemos perceber que os alunos necessitam de orientação quando a continuidade nos estudos. Franzi (2020) defende que o projeto de vida é uma forma de participação e transformação da sociedade e não somente do indivíduo isoladamente.

Essas discussões ficaram para a turma como uma preparação para a oficina em si, visto que as informações obtidas nesse grupo focal serviram de parâmetro para a elaboração do passo-a-passo da oficina, sendo esse diagnóstico advindo do grupo focal um norte para planejarmos com mais assertividade a oficina que seria realizada.

Na semana seguinte retornamos para a unidade escolar com o intuito de dar andamento à oficina, trazendo nova rodada de temas a serem abordados e recapitulados, bem como informações concretas sobre ensino médio, ensino médio técnico, IFAM e sua estrutura, meios de acesso, depoimentos de estudantes e outros.

No momento de aplicação da oficina as duas turmas foram divididas, seguindo com o mesmo código para transcrição informado anteriormente. Fizemos dois momentos nessa oficina referente a etapa 2 (planificação), onde os alunos foram divididos em grupos menores no primeiro momento e um grupo um pouco maior no segundo momento.

A oficina foi realizada alguns dias após do grupo focal. Durante a realização das atividades, percebemos que ainda havia muitas dúvidas sobre o que estávamos abordando.

As primeiras atividades versavam sobre o tema genérico de “ Tendências e inclinações quanto à profissão e suas influências”. Neste tema incluíram-se todos os momentos em que se falou sobre o desejo por determinada profissão (Quadro 5), e ainda, sobre a origem desses desejos, se foram fontes intrínsecas ou extrínsecas à própria vontade, à família, à escola, ou seja, a partir de que surgiram essas inclinações.

Quadro 5- Profissões citadas e a fonte de maior influência na turma do 9º A (esquerda) e 9º B (direita)

9º ANO "A"		9º ANO "A"	
COM QUAL PROFISSÃO ME IDENTIFICO?		COM QUAL PROFISSÃO ME IDENTIFICO?	
POLICIAL	1	POLICIAL	1
GASTRÔNOMO	1	GASTRÔNOMO	1
ARQUITETO	1	MEDICINA	4
MEDICINA	2	MILITAR	3
PSICÓLOGO	1	DESIGNER	1
ROBÓTICA	1	DIREITO	1
MILITAR	1	VETERINÁRIA	4
DESIGNER	1	JOGADOR DE FUTEBOL	3
DIREITO	1	FISIOTERAPIA	1
VETERINÁRIA	1	ENGENHARIA	1
PERITO CRIMINAL	1	NUTRIÇÃO	1
BOMBEIRO	1	NÃO SABE	1
BIÓLOGO	1		
O QUE TE MOTIVA?		O QUE TE MOTIVA?	
FAMÍLIA	2	FAMÍLIA	7
MEIOS DE COMUNICAÇÃO	6	MEIOS DE COMUNICAÇÃO	4
AMBIENTE SOCIAL	3	AMBIENTE SOCIAL	4

Concordando com Lara e Araújo (2005), acredita-se que a adolescência é um momento importante que traz grandes incertezas diante do novo. À medida em que se prospecta a construção da sua identidade, a busca por autonomia e a vontade de viver a vida de forma mais independente, esse indivíduo acaba por romper com antigas normas, valores, tipos de cultura e socialização, práticas educativas e tudo aquilo que está ligado à sua vivência até esse momento da vida para que desta forma conquiste uma maturidade social, mental e emocional.

As respostas observadas na oficina podem estar inclinadas para seu contexto de vida ou outras fontes de inspiração que tendem a influenciar esse grupo de pessoas. Almeida (2008) nos diz que a escolha de uma profissão vai além do interesse simples ou da aptidão de cada um, mas está ligada também à maneira de como esse adolescente vê o mundo, às informações que eles têm acesso sobre as profissões, mas podem sofrer também influência da sociedade, dos amigos e da família.

De forma similar pensa Soares (2023), quando afirma que muitos fatores são apontados como quesito para escolha de profissões: familiar; social; econômicos, custos, status. Portanto, este momento representa um período de conflitos para tomada de decisão.

Nas respostas apresentadas (alguns alunos não responderam, outros escolheram mais de uma profissão como meta) pelos alunos vemos uma diversidade de motivos pelos quais eles simpatizam com determinada profissão, motivos primários, sem grandes elaborações de resposta. Assim, foi realizada uma dinâmica para entendermos melhor qual exatamente teria sido a fonte dessa inspiração.

Terrugi (2019) afirma que a família tem um papel fundamental na escolha dos filhos (ou seus descendentes). Porém podemos perceber no quadro acima que uma das turmas teve um incentivo, um acesso das informações em maior grau por parte dos meios de comunicação. Silva (2004) pondera que as mídias, o marketing ou a televisão pode influenciar a escolha profissional de jovens ao mostrarem diversas informações que não condizem com a realidade da maioria dos cidadãos inserindo, por vezes, estereótipos de determinados tipos de profissões ao ponto de mascarar a realidade vividas dentro delas. Mas, acredita-se que tudo o que é veiculado na mídia afeta intimamente a escolha profissional, daí a relevância da orientação profissional a esses indivíduos.

A segunda temática denominamos como “Fontes de informações sobre o ensino médio e formação profissional”. Esperávamos que os alunos tivessem tido

curiosidade após o grupo focal e a iniciativa de pesquisar mais sobre o assunto, haja vista que muitos demonstraram interesse em enveredar por esse caminho, o acesso ao ensino médio.

Durante a apresentação sobre as informações a respeito de ensino médio, ensino médio técnico, formação profissional a nível médio, instituições ofertantes em nosso município e sobre o IFAM, realizamos alguns apontamentos para tentar identificar sobre os conhecimentos já adquiridos. Fizemos algumas perguntas sobre o significado da BNCC, áreas do conhecimento, itinerários formativos, tempo de duração do ensino médio, e sobre esses temas não houve manifestações. Os alunos informaram que consultaram algumas pessoas e sites da internet, mas preferiram não tecer nenhum comentário.

Passamos para o tema da Formação profissional de forma geral, abordando que há vários tipos de formação profissional e cursos em várias modalidades. Trouxemos algumas organizações como, por exemplo, os cursos oferecidos pelo sistema “S”, algumas escolas profissionalizantes presentes na cidade, os tipos de formação técnica que elas oferecem. Por fim, falamos das duas instituições que oferecem ensino médio integrado ao técnico em Manaus, onde uma delas é o IFAM. Os alunos permaneceram atentos a tudo o que estava sendo exposto, demonstrando curiosidade.

Mesmo não havendo grandes intervenções por parte dos alunos, tal momento foi importante para que analisássemos o interesse e o grau de atenção dispensado à essa atividade. A maioria dos estudantes estava agindo positivamente conferindo bastante atenção a tudo o que estava sendo mostrado até aqui.

Após essa discussão inicial, levantamos alguns pontos de atenção sobre o que foi tratado e sobre a opinião dos estudantes nesses pontos, como o Ensino Médio na configuração atual, a proposta do Novo Ensino Médio e suas características, o Instituto Federal do Amazonas com vídeos localizados no canal do IFAM na plataforma do You Tube, sua estrutura física e organização escolar, programas e projetos, cursos oferecidos e depoimentos de alguns alunos de determinados cursos. Sobre essas atividades, os alunos emitiram algumas opiniões:

*Eu achei bem informativo, coisas que a gente não sabia, aprendemos agora(A1)*

*Importante pra gente ficar ciente de como vai ser lá (E1)*

*Achei interessante(...) Gostei de saber (...)Não sabia dessas coisas(E7)*

Diante deste cenário concordamos com Lassance (2015) quando este afirma que se faz necessário que a escola utilize mais ferramentas para que haja educação para o projeto de vida.

Os alunos, de modo geral, se mostraram bastante interessados sobre a possibilidade de cursar o Ensino Médio Integrado ao Técnico. Ficaram surpresos com as políticas de assistência ao estudante e com os depoimentos dos alunos cursistas do ensino médio integrado.

Finalizando, realizamos uma avaliação (Apêndice H) das atividades, mantendo a identidade de cada participante em sigilo. Para cada questão foi calculada a porcentagem das respostas, as quais estão ilustradas nas figuras numeradas entre 15 e 19.

Nessa avaliação os alunos consideraram a atividade muito importante para eles, demonstrando interesse e julgando um bom momento de oportunidade de aprendizagem, sendo o número pequeno de pessoas que não quiseram opinar ou consideraram irrelevante.

Ao perguntar se a oficina ajudou na perspectiva para o ensino médio 75% dos participantes consideraram que sim, sendo que os demais relataram que achavam que sim, que não consideraram nada ou estavam em dúvidas.

Em relação à pergunta sobre as informações apresentadas sobre ensino médio a maioria respondeu que estava informada ou aprimorada em seus entendimentos, o segundo maior grupo respondeu que se sentia com conhecimento suficiente para a transição, se sentia ótimo.

Sobre o possível interesse pelo IFAM a maioria respondeu que se interessou muito pela instituição, a mesma quantidade de pessoas transpareceu dividas ou dependência de terceiros para decidir e outra parcela em número parecido disse que não há via interesse. Ficando a quantidade de participantes dividida basicamente nessas três respostas.

Sobre dúvidas, sugestões ou elogios a maioria externalizou boas impressões e resultados da atividade conforme gráfico abaixo (Figura7):

Figura 7- Gráfico com os resultados da questão (livre) de avaliação da oficina



Fonte: Autoria própria a partir da avaliação da oficina, 2022.

Algumas questões foram deixadas em branco por alguns dos participantes, motivo pelo qual os resultados não condizem com o total de alunos.

Passarin e Orzechowski (2016) lembram da importância que é a falta de motivação para a busca de uma profissão por parte dos jovens e o quanto o modelo de ensino ofertado não correspondem às necessidades e anseios dessas pessoas o que pode até levar à futuras desistências. Sendo assim, é primordial que a escola se aproxime mais da realidade dos estudantes trazendo ações que possam auxiliar nas questões vividas por eles, daí a implementação da OP nesse espaço pode ser um modo de aproximação entre eles e a escola, visto que o trabalho ou o mundo do trabalho passa a fazer parte de seus interesses.

Já obtidas as categorias e diante de todo o apanhado de dados e reflexivos até aqui abordados vimos uma sustentação para que se criasse um produto educacional que pudesse auxiliar tanto jovens como instituições na busca por desenvolvimento em relação à seu amadurecimento e busca por formação acadêmica e profissional diante daquilo que há disponível em cada realidade.



## 7 PRODUTO EDUCACIONAL

Neste capítulo descrevemos de que forma se deu a construção do produto educacional oriundo desta pesquisa denominado “ÁRVORES DO FUTURO: Um Guia para Implementação e condução de uma oficina de orientação profissional” Segundo Rizzatti (2020), o produto educacional é

*Um processo ou produto transformador, desenvolvido e/ou aplicado na interação com a população e/ou apropriado por ela, que represente solução para inclusão social e melhoria das condições de vida, com características de atividades de extensão (Rizzatti et. al., p. 4, 2020)*

Inicialmente a proposta seria um material pedagógico, mas não tínhamos definido qual seria o tipo de material. Com o avanço nas pesquisas e a chegada do momento de ir a campo, conhecer os participantes e se deparar com aquilo que eles tinham para nos apresentar, fomos amadurecendo a ideia de se elaborar um guia para que outras pessoas interessadas pudessem realizar sua orientação profissional, surgindo a ideia da oficina.

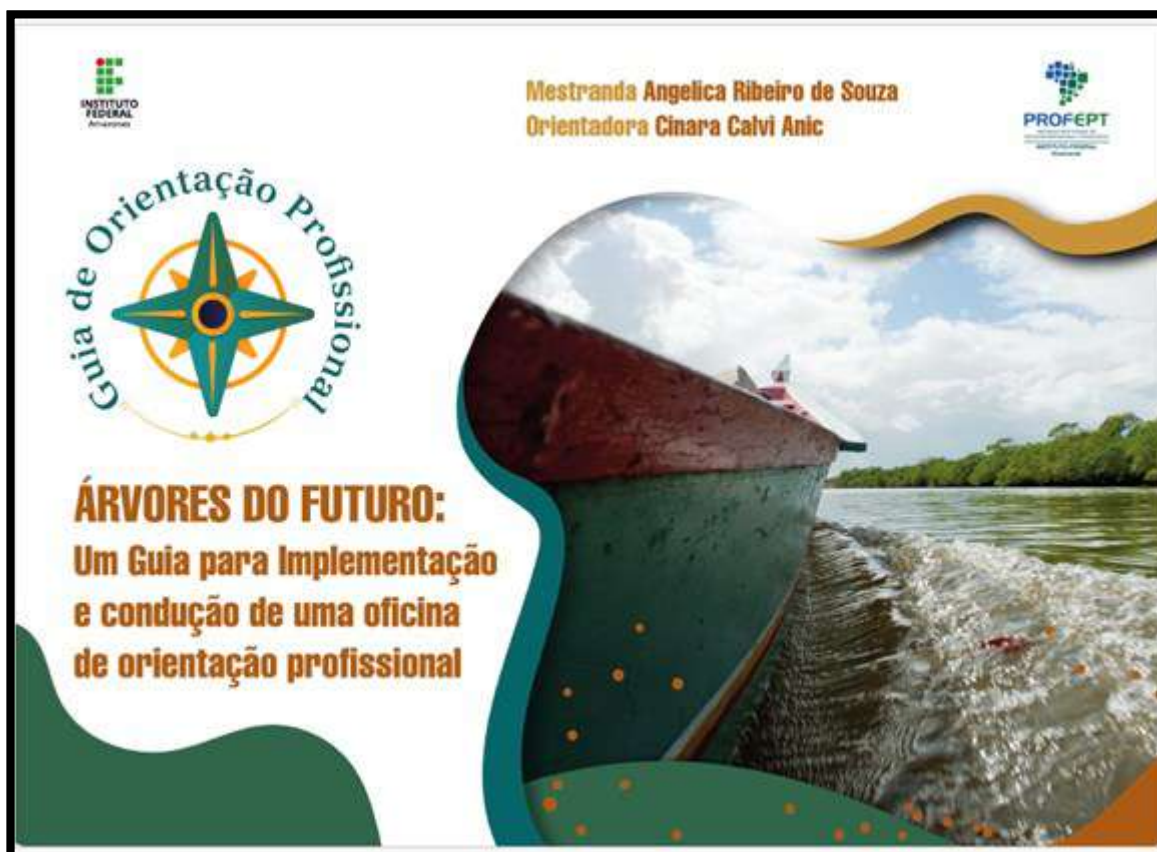
Observamos muitas dúvidas advindas dos discursos dos estudantes em relação ao ensino médio e, mais ainda, a respeito do ensino médio profissionalizante. Diante disso, percebemos que seria interessante criar um instrumento não para os alunos, mas para o corpo pedagógico e administrativo das unidades escolares para subsidiá-los no desenvolvimento de uma atividade de Orientação Profissional.

Neste Guia são apresentadas as possibilidades de prosseguimento dos estudos considerando-se a nova estrutura do ensino médio, assim como considerações a respeito do trabalho e projeto de vida, e as instituições que ofertam a educação profissional técnica de nível médio em Manaus na modalidade Ensino Médio Integrado.

No Guia há informações sobre o IFAM, enquanto instituição que oferta a EPT, abordando os cursos oferecidos, seus objetivos, além de informações estruturais da instituição, objetivos da EPT, à semelhança do que Vendramini (2021), por exemplo, construiu, a partir de sua pesquisa de mestrado, como produto educacional, intitulado “ Guia de Ingresso ao Ensino Médio Integrado do Instituto Federal Catarinense”, onde apresenta a instituição, as modalidades de ensino ali oferecidas, a organização dos cursos, dentre outras questões.

Com essas definições, chegamos à consolidação da ideia do Guia “Árvores do futuro: Um Guia para Implementação e condução de uma oficina de orientação profissional” (figura 8) com o objetivo de contribuir com o amadurecimento das inclinações profissionais de estudantes concluintes do ensino fundamental que se interessam pelo ingresso no ensino médio integrado.

Figura 8- Capa do produto educacional



Fonte: Souza; Anic (2023)

O material inicia com uma breve introdução para familiar o leitor com aquilo que será trabalhado adiante. Na unidade 1 discutimos sobre a relação entre ensino médio e educação profissional e técnica, sobre o impasse a respeito da Lei nº13.415. A unidade 2 (Figura 9) vem mostrando informações acerca da formação profissional, principalmente envolvendo a juventude, considerando-se as questões pedagógicas e psicológicas sobre essa fase da vida.

Figura 9- Unidade 2 do Produto Educacional

**UNIDADE 2**  
**Orientação Profissional**

**Orientação profissional:  
o que é? para que serve?**

A fase da juventude é um momento primordial na vida do futuro adulto, o qual passa por transformações significativas de caráter físico, psicológico, afetivo, além das grandes exigências para compromissos e responsabilidades vindouras como trabalho, família, finanças, continuidade na formação dentre outras.

Diante dessas demandas, a orientação profissional busca auxiliar os alunos a desenvolver mais clareza em relação ao discernimento de habilidades e interesses de vida e carreira ou escolha profissional, para que esta ocorra de maneira mais assertiva.

No Brasil o desenvolvimento da orientação profissional se iniciou em meados de 1924 oferecendo orientação profissional no Liceu de Artes e Ofício de São Paulo. Entre 1930 e 1940 a Orientação Profissional passou a fazer parte do campo educacional com sua introdução no serviço educacional ofertado pelo Estado de São Paulo, serviço esse introduzido pela pessoa de Lourenço Filho. (SPARTA, 2003).

Em 1942 entrou em vigor a Lei Capanema e nela estava previsto o exercício de orientação educacional, a qual tratava dentre outros pontos, a escolha profissional, cabendo ao orientador educacional o papel de auxiliar os estudantes na tarefa de escolha profissional dos mesmos. (BRASIL, 1942).

No que tange a orientação profissional dentro da escola temos na figura do pedagogo o profissional habilitado para este papel, tanto segundo a LDB de 1971, quanto a atual LDB 9394/1996, onde constatamos uma preocupação em abordar a preparação para o mundo do trabalho desde o Ensino Fundamental. Assim, a educação para a carreira vem sendo interposta no fazer pedagógico da sociedade contemporânea com base nas legislações educacionais.

Ressaltamos aqui um breve adendo a respeito do que as bases conceituais da EPT falam sobre a preparação para o mundo do trabalho, quando citam que o simples treinamento prático para certa habilidade manual de um fazer laboral não é exatamente preparar para o mundo do trabalho. Acácia Kuenzer (1989) afirma que o termo mundo do trabalho vem sendo utilizado, confundido e tratado como se bastasse apenas uma formação que preparasse o estudante para o mercado de trabalho.

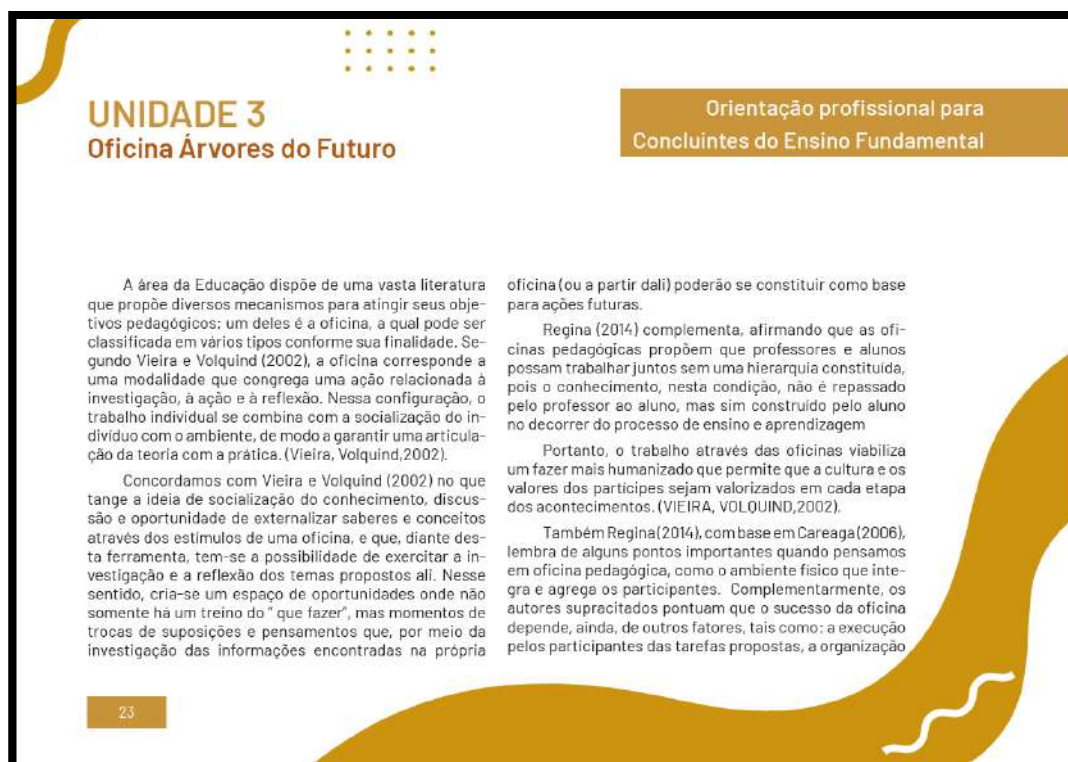
17

Fonte: Souza; Anic (2023)

Falamos sobre Emancipação, Mundo do trabalho, projeto de vida, habilidades e competências e a conotação dada a esses termos. Também abordamos de forma resumida o surgimento da orientação profissional na história do Brasil e do mundo. Discutimos também sobre a importância das oportunidades dadas a seres humanos que transitam entre a infância, adolescência e juventude no que tange a orientação para seus projetos de vida, seus próximos passos na formação educacional e profissional e as relações sócio- culturais tanto de pertencimento como de aprimoramento de si e de sua comunidade.

A unidade 3 (Figura 9) trata diretamente da oficina realizada como geração desse produto, as pesquisas, aquisição e reflexão sobre o conhecimento necessário para elaborar e realizar a mesma.

Figura 10- Unidade 3 do Produto Educacional



Fonte: Souza; Anic (2023)

Como inspiração da oficina buscamos apoio no material intitulado “ Guia Estou no Rumo” (Figura 11), de autoria de Raquel Souza (Souza, 2014) e a partir dele passamos para a organização da oficina baseados em Vieira e Volquind (2002), além de outras obras. Seguindo os preceitos desses autores, dividimos essa oficina em três etapas: Contextualização, planificação e reflexão, sendo cada uma delas detalhadas passo-a-passo.

Figura 11- Logo da Oficina descrita na unidade 3 do Produto Educacional



Fonte: Souza; Anic (2023)

Para a avaliação desse produto elaboramos uma ficha de avaliação (Apêndice I) e enviamos por e-mail para 12 pedagogos que atuam em escolas de ensino fundamental com turmas de 9º Ano. Diante das perguntas realizadas, tivemos as seguintes respostas:

Perguntamos aos pedagogos o que eles acharam do título do produto e a maioria respondeu que considerava adequado ao que se propunha, nenhum dos participantes considerou inadequado e 8% considerou razoavelmente adequado.

Quanto à clareza em seus objetivos, clareza nos argumentos, os quais justificam sua aplicação e elaboração, bases teóricas e de fundamentação, demonstração de possibilidades efetivas de aplicação, os pedagogos responderam em unanimidade de forma positiva a todos esses questionamentos.

Nesta mesma avaliação havia perguntas discursivas as quais demonstraram a percepção dos pedagogos avaliadores:

- Pergunta 6. Qual a sua opinião sobre a organização/ estrutura do produto (sequência das seções, organização do material)?

*Extremamente instrucional e orientador.*

*Esta coesa, pois quem está vivenciando o NEM de fato, observa que se houver um engajamento maior no 9º ano, os alunos vêm para o NEM com uma base melhor.*

*Penso que o planejamento fornece metas e objetivos para o seu dia de trabalho, funcionando como um norte para o que você precisa executar evitando o desperdício de tempo, a ociosidade e a improdutividade.*

*Consideravelmente organizada e de fácil compreensão na forma como foi distribuído.*

Pergunta 10. Queremos ouvi-lo! Fique à vontade, nesse espaço, para fazer suas sugestões, questionamentos, críticas...suas contribuições são muito bem-vindas!

*Percebe-se que a oficina "Árvores do futuro", da Profa. Angelica, contempla Escolher uma profissão é um desafio que muitas pessoas enfrentam ao longo da vida. Nem sempre é fácil decidir qual caminho seguir, quais são as oportunidades e os riscos, e como conciliar os interesses pessoais com as demandas do mercado. Por isso, é importante ter uma orientação profissional adequada, que ajude a explorar as possibilidades e a identificar as habilidades e os valores de cada um. Navegar nas águas das escolhas profissionais é uma jornada que requer planejamento, reflexão e ação, mas que também pode ser muito gratificante e enriquecedora.*

*O trabalho é bem elaborado.*

*Este material terá uma importância imensurável após sua publicação pois nos remete a um novo tempo na educação e podemos trabalhar mais a fundo os propósitos de caminho a seguir da comunidade escolar.*

*Ao desenvolver o produto você alcançou o que se propunha. Parabéns!*

Esperamos que os resultados dessa pesquisa e seu produto educacional possam contribuir com a escolha profissional dos jovens, assim como novas reflexões que subsidiem uma formação integral e humanista.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início dessa proposta de pesquisa observamos por vivências com a população participante da mesma que havia dúvidas e incertezas em relação ao ensino médio, até mesmo um nível de desconhecimento por parte de alguns alunos, ou ainda um desinteresse pelo que ainda estava por vir em suas vidas. Diante disso se pensou o quão importante seria submeter esse grupo de pessoas à uma orientação profissional voltada para o ensino médio, mundo do trabalho e projeto de vida.

Esta pesquisa se voltou para abordar a OP com alunos de 9º Ano da Escola Municipal Vicente Cruz pertencente à rede municipal de educação na cidade de Manaus, com o intuito de amenizar as incertezas vividas na adolescência através de compartilhamento de informações e momentos de reflexão na forma de orientação profissional.

Esperamos que ela possa contribuir com o desenvolvimento pleno dos estudantes de forma que suas escolhas profissionais e de projeto de vida voltadas para o ensino médio integrado sejam conscientemente elaboradas de uma maneira que haja a relação dialética com o ambiente sócio cultural de acordo com Vygotsky (Sparta 2003), pois como afirma Oliveira (2003) o processo de evolução no mundo do trabalho pode tornar as escolhas difíceis para o adolescente por estes se sentirem confusos e cheios de incerteza.

Apresentando como tema da pesquisa o título “Para onde vou? Orientação profissional como subsídio para as escolhas de concluintes do ensino fundamental” delimitamos alguns objetivos para o desenvolvimento da pesquisa. À vista do primeiro objetivo específico “Discutir, com base na literatura, a orientação profissional no contexto escolar como caminho para auxiliar os jovens a amadurecerem suas escolhas profissionais” salientamos que foi atingido com êxito, pois a pesquisa em fontes físicas e digitais trouxeram luz aos entendimentos necessários para encorpar essa pesquisa cientificamente.

As leituras trouxeram bastante esclarecimento sobre como se deu a inserção da orientação profissional no Brasil e no mundo e de que forma essa prática foi se alinhando à educação de forma não só psicológica, mas pedagógica. Trazendo uma reflexão acerca de sua importância na inserção do currículo, visto que o mundo do trabalho pode ser de interesse dos jovens desde a mais tenra idade e aos 14 anos

muitos já desejam se inserir no mercado ou traçar seus projetos de vida, porém sem grandes conhecimentos sobre as possibilidades a seguir

O segundo objetivo específico versava em “Verificar, dentre estudantes concluintes do Ensino Fundamental, seus interesses profissionais e de prosseguimento nos estudos”. Para respondê-lo, iniciamos através do questionário prévio aplicado no ano anterior, consolidando-se com a primeira parte da oficina, na forma do grupo focal. Nesse grupo focal foi possível realizar essa verificação através dos diálogos realizados e transcritos para posterior análise, sendo substancialmente atingido.

Era de se imaginar a falta de informação relacionada aos próximos passos pós ensino fundamental, contudo após ao exercício das atividades relacionadas com o objetivo acima tivemos a certeza de que muitas dúvidas permeiam os pensamentos dos jovens dessa amostra de pesquisa. O entendimento raso acerca de possibilidades profissionais, futuro, ensino médio demonstram a necessidade de se inserir na escola momentos de reflexão e atendimento à essas demandas.

O terceiro objetivo específico “Elaborar um guia que contribua com esclarecimentos a estudantes concluintes no Ensino Fundamental sobre o prosseguimento em seus estudos no Ensino Médio Integrado ao Técnico” foi igualmente atingido. Com os resultados da análise dos dados do grupo focal foi possível identificar os pontos frágeis relacionados com o tema proposto e assim elaborar um material pedagógico intitulado “Guia de Orientação Profissional: Navegando nas águas das escolhas profissionais”, o qual foi aplicado e avaliado com resultados positivos em sua maioria.

Enfim, é possível identificar nas seções 2, 3 e 4 a discussão com base na literatura que aborda o contexto escolar, a orientação profissional, o ensino médio, a educação profissional e projeto de vida. Nas atividades realizadas tanto em grupo focal quanto na oficina buscamos identificar os interesses profissionais e pelo prosseguimento dos estudos, podendo ser observados no corpo do texto e nos apêndices que constam todos os roteiros das atividades. E por fim, a elaboração do guia pedagógico foi realizada com base na oficina que aconteceu durante a pesquisa para que outros estudantes e professores e/ou gestores que se interessem pelo tema possam ter um norte a seguir.

Atingindo os objetivos específicos podemos observar que foram exitosos em seus propósitos, pois mesmo as atividades sendo oferecidas para todos os alunos das



duas turmas participantes, foi realizado o levantamento daqueles que desejavam se inserir no ensino médio integrado ao técnico e os mesmos participaram de todos os momentos de orientação profissional realizado na oficina.

Respondendo ao problema de pesquisa “ Como auxiliar estudantes concluintes do ensino fundamental a amadurecer suas inclinações e escolhas profissionais no que concerne ao futuro ingresso no ensino médio integrado? ” Consideramos que a OP foi realizada com auxílio do grupo focal e oficina pedagógica, identificando e atendendo pedagogicamente os alunos que se mostraram interessados nesse amadurecimento de ideias através do diálogo e reflexão. Além dos exercícios práticos executados, observamos nas transcrições que muitos obtiveram bons resultados com o fomento fornecido através da pesquisa com base na avaliação respondida pelos mesmos.

Quanto às limitações e dificuldades encontradas, podemos pautar na quantidade de estudos existentes abordando com bases pedagógicas a orientação profissional a alunos do ensino fundamental, seja de 9º Ano ou qualquer outro ano de ensino. Esse fato trouxe a necessidade de utilizarmos materiais, em sua maioria, voltados para o campo da Psicologia; ainda assim, foram de grande valia para esta pesquisa por conter informações importantes e necessárias para o entendimento e ambientação da mesma.

A gravação audiovisual das atividades enfrentou algumas dificuldades pela falta de recursos para contratação de uma equipe especializada, sendo necessário o empréstimo de equipamentos da instituição e, diante das dificuldades, a complementação com equipamentos próprios como celulares pessoais. A falta de habilidades com os equipamentos emprestados tomou um tempo precioso da pesquisa, pois aconteceram vários problemas técnicos relacionados aos mesmos.

A seleção dos lócus da pesquisa se deu por uma familiaridade do momento, visto que a pesquisadora frequentava o local na condição de servidora da Secretaria. Entretanto a infraestrutura, recursos humanos e agenda trouxeram alguns percalços para o transcorrer da pesquisa, principalmente na necessidade de uma equipe de apoio local para a realização de organização de ambiente e de discentes, equipamentos eletrônicos de apoio e instalações elétricas adequadas.

Como recomendações observamos que seria interessante ampliar a pesquisa bibliográfica para o comportamento dos adolescentes e para as formas de se trabalhar com este público, para que fosse possível, nos momentos de aplicações das atividades, interagir com o público de forma mais pontual de acordo com o perfil de

um adolescente, ciente de seus comportamentos e de como interceder para um melhor andamento da pesquisa.

Antes do trabalho é importante ir a campo pesquisar e testar os materiais que serão necessários para esta aplicação com alguma antecedência, evitando assim que haja surpresas com imperícia de equipamentos, prejudicando assim o andamento da pesquisa em relação ao tempo gasto na aplicação, na coleta e na análise de dados.

Ao escolher uns lócus para a pesquisa, é conveniente sondar outros lugares para identificar pontos positivos e negativos para a escolha definitiva como infraestrutura, disponibilidade de horário, disponibilidade de espaço, disponibilidade de recursos humanos internos para apoio e logística, a fim de evitar atrasos sobre aquilo que foi planejado devido a elementos-surpresa que possam surgir no momento da execução das atividades em si.

Acreditamos que é possível, a partir desse estudo, realizar estudos futuros com uma população maior, ou ainda, surgirem projetos de políticas públicas para a implementação desse tema nas escolas, bem como a utilização do produto e adaptação para as mais diversas realidades, com objetivo de proporcionar a aos adolescentes serem ouvidos e apoiados nesse momento de tantas transições.

Dessa forma desejamos que este estudo tenha contribuído para a sociedade de forma a oportunizar um suporte mais efetivo às escolas públicas e privadas que oferecem ensino fundamental para o 9º ano e demais anos de ensino, sensibilizando-os sobre o quão é importante valorizar a elaboração do projeto de vida, mostrando todas as oportunidades que há em cada município, levando informações e oportunizando reflexões como caminhos para a escolha de adolescentes e jovens em todos os momentos que se virem diante de uma encruzilhada profissional, escolar ou de vida.

## REFERÊNCIAS

- AFONSO, M. L. M. (org.). **Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. 171 p.
- AGIBO, M. L. L. C.; MELO-SILVA, L. L. Orientação profissional e de carreira na perspectiva de adolescentes moçambicanos. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 2, p. 49-63, 2018. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-29702018000200005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702018000200005&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 26 set. 2023
- AGUIAR, F. H. R; CONCEICAO, M. I. G. Expectativas de futuro e escolha vocacional em estudantes na transição para o ensino médio. **Rev. bras. orientac. prof**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 105-115, dez. 2009. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-33902009000200011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902009000200011&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 11 out. 2023.
- ALEGRIA, M. L.; MORAES, L. M.; MIAZAKI, M. A iminente importância da orientação profissional para uma escolha de carreira assertiva. **Revista Científica do UBM**, v. 21, n. 41, p. 179-187, 21 mar. 2021.
- ALMEIDA, M. E. G. de; PINHO, L. V. Adolescência, família e escolhas: implicações na orientação profissional. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 173-184, 2008.
- ALVES, M. F.; OLIVEIRA, V. A. de. O Novo' Ensino Médio: embuste de uma reforma participativa em Goiás. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 16, n. 34, p. 89–109, 2022. DOI: 10.22420/rde.v16i34.1487. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1487>. Acesso em: 25 set. 2023.
- ALVES, N. F. T.; SILVA, R. N. da.; JOCA, M. M. L. B. Orientação Profissional com Jovens em Vulnerabilidade Social: Uma Revisão Teórica/Profissional. **Revista FSA (Centro Universitário Santo Agostinho)**, Teresina, v. 16, n. 3, p. 249-264, 2019.
- AMAZONAS/SEDUC. **Proposta Curricular e Pedagógica do Ensino Fundamental**. Manaus: SEDUC/AM, 2021.
- AMBIEL, R. A. M.; LAMAS, K. C. A.; MELO-SILVA, L. L. Avaliação dos Interesses Profissionais no Brasil: revisão da produção científica. **Aval. psicol.**, Itatiba, v. 15, n. spe, p. 1-9, ago. 2016. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-04712016000300002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712016000300002&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 26 set. 2023.
- AMBIEL, R. A. M.; MARTINS, G. H.; HERNÁNDEZ, D. N. Por que os adolescentes buscam fazer orientação profissional? Um estudo preditivo com estudantes brasileiros. **Trends in Psychology**, Ribeirão Preto, v. 26, n. 4, p. 1971-1984, 2018.

ANACLETO, J; FONSECA, P. F. De que crise se trata na adolescência contemporânea? Algumas considerações psicanalíticas e educacionais. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 37, 2021.

ANDRADE, Cláudio Adão Moraes. **Construção das Representações Oriundas das Relações Institucionais**: Transição entre Ensino Fundamental II e Ensino Médio como estratégia de permanência no Ensino Médio Integrado. 2020. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Profept, Instituto Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes - Rj, 2020. Cap. 5.

ANDRÉ, M. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, 2013.

ANTINES, A. Pesquisa traz dados sobre a percepção dos estudantes a respeito do Novo Ensino Médio. **EPSJV/Fiocruz** | 29/10/2021 13h33 - Atualizado em 01/07/2022 09h41. Disponível em <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/pesquisa-traz-dados-sobre-a-percepcao-dos-estudantes-a-respeito-do-novo-ensino>. Acesso em 16 out de 2023.

ASSIS, T. C. **Pedagogia histórico-crítica**: desafios e possibilidades para a educação infantil. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto Federal de Jutai. Jutai, 2021.

BARBOSA, C. S; SOUZA, J. C. L. O novo ensino médio de tempo integral: reducionismo, privatização e mercantilização da educação pública em tempos de ultraconservadorismo. **e-Mosaicos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 19, p. 94-107, 2019.

BARUFFI, A. C.; BARUFFI, H. A obrigação alimentária no direito brasileiro e os direitos humanos: uma (re)leitura à luz dos tratados internacionais. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 27–60, 2013. DOI: 10.21527/2317-5389.2014.3.27-60. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/951>. Acesso em: 25 set. 2023.

BARUFFI, H. O direito à educação e eficácia: Um olhar sobre a positivação e inovação constitucional. **Revista Jurídica Unigram**, Dourados, v. 12, n. 23, 2010. [16] p.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 05 de janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica. Diário Oficial da União, Brasília, 06 de janeiro de 2021, Seção I, pp.19-23.

BRASIL, **Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942**. Lei orgânica do ensino secundário. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del4244.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4244.htm). Acesso em: 25 set. 2023.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 4. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei\\_diretrizes\\_bases\\_4e\\_d.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei_diretrizes_bases_4e_d.pdf). Acesso em: 12 out. 2021.

BRASIL, **Lei n. 11.114, de 16 de maio de 2005**. Altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm). Acesso em: 19 fev. 2022.

BRASIL, **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). Acesso em: 25 set. 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2014.

BRASIL, Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação. **Lei n. 10.172/2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências (PNE). Brasília: Diário Oficial da União, 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm). Acesso em: 17 out. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1996. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições constitucionais Transitórias. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm). Acesso em: 25 set. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1996. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc53.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc53.htm). Acesso em: 25 set. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional no 105/2019. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020.

BRASIL. BRASIL. [Constituição (1988)]. **Emenda Constitucional n. 59, de 11 de novembro de 2009**. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Brasília: Diário Oficial da

República Federativa do Brasil, 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm). Acesso em: 02 fev. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n. 6847/2017**, que propõe a regulamentação do exercício da profissão de Pedagogo. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2123079>. Acesso em: 15 out. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, **1988**.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica**, 1995.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica**, 2021.

BRASIL. **Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 13 out. 2021.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 4. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.274, 6 de fevereiro de 2006**. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília: Diário Oficial da União, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11274.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11274.htm). Acesso em: 05 ago. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 11.738, de 16 de julho de 2008**.. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm). Acesso em: 25 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**.. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm). Acesso em: 25 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília: Diário Oficial da União, 2017.

BRASIL. **Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962**. Parte vetada pelo Presidente da República e mantida pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962 (que dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l4119.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%204.119%2C%20DE%2027%20DE%20AGOSTO%20DE%201962.&text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20os%20cursos%20de,regulamenta%20a%20profiss%C3%A3o%20de%20psic%C3%B3logo.&text=Art.,de%20bacharelado%2C%20licenciado%20e%20Psic%C3%B3logo](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4119.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%204.119%2C%20DE%2027%20DE%20AGOSTO%20DE%201962.&text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20os%20cursos%20de,regulamenta%20a%20profiss%C3%A3o%20de%20psic%C3%B3logo.&text=Art.,de%20bacharelado%2C%20licenciado%20e%20Psic%C3%B3logo). Acesso em: 26 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 13 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9424.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9424.htm). Acesso em: 25 set. 2023.

BRASIL. **Medida provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 de setembro de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB n. 04/98, de 29 de janeiro de 1998**. Institui as diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Fundamental. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 30 jan. 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB n. 11/2010, de 7 de julho de 2010**. Sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos. Brasília: CNE/CEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP Nº15, de 04 de dezembro de 2018**. Instituição da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM) e orientação aos sistemas de ensino e às instituições e redes escolares para sua implementação, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. MEC/ SEB/ DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018**. Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio. Brasília: Diário Oficial da União, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 399 de 08 de março de 2023**. Institui a consulta pública para a avaliação e reestruturação da política nacional de Ensino Médio: Diário Oficial da União, 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-399-de-8-de-marco-de-2023-468762771>. Acesso em: 29 set.2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sumário Executivo do Relatório da Consulta Pública do Ensino Médio**, Brasília, 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/audiencias-e-consultas-publicas/sumario\\_executivo\\_consulta\\_publica\\_ensino\\_medio.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/audiencias-e-consultas-publicas/sumario_executivo_consulta_publica_ensino_medio.pdf). Acesso em: 29 set.2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Nº 53.464, de 21 de janeiro de 1964**. Regulamenta a Lei Nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que dispõe sobre a profissão de psicólogo. Brasília: Presidência da República. Diário Oficial da União, 1964. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4119.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4119.htm). Acesso em: 20 fev. 2022.

BRASIL. **Resolução Nº 3, de 21 de Novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: MEC/SEB. 2018. Disponível em: <http://novoensinomedio.mec.gov.br/resources/downloads/pdf/dcnem.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2022.

CANUTO, M. B.; OLIVEIRA, M. B. de. **Sentidos de protagonismo juvenil e projeto de vida na BNCC Ensino Médio. Ensino em Perspectivas**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 1–20, 2023. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/10356>. Acesso em: 25 set. 2023.

CARDOZO, M. J. P. B; LIMA, F.C.S. A contrarreforma do ensino médio: retrocessos e intencionalidades. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, n. 38, p. 122-142, 2018.

CARVALHO, T. O. de; MARINHO-ARAUJO, C. M. Psicologia escolar e orientação profissional: fortalecendo as convergências. **Rev. bras. orientac. prof**, São Paulo , v. 11, n. 2, p. 219-228, dez. 2010 . Disponível em



<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-33902010000200007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902010000200007&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 26 set. 2023.

CÁSSIO, F.; GOULART, D. C. A implementação do Novo Ensino Médio nos estados: das promessas da reforma ao ensino médio nem-nem. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 16, n. 35, p. 285–293, 2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1620>. Acesso em: 25 set. 2023.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CONIF. **Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**, Brasília, 2022. [online]. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/institucional>. Acesso em: 08 jun. 2022.

CORREA, B. C. Educação infantil e ensino fundamental: desafios e desencontros na implantação de uma nova política. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 105-120, 2011.

CORRÊA, S. de S.; GARCIA, S. R. de O. “Novo ensino médio: quem conhece aprova!” Aprova? **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. 3, p. 604–622, 2018. DOI: 10.21723/riaee.v13.n2.2018.11469. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11469>. Acesso em: 15 jun. 2022.

CORREA, S. de S. Ensino médio e os novos cenários a partir da reforma. **Congresso Internacional Ensino Médio e Educação Integral na América Latina**. Santa Cruz do Sul, v.1 n.1, mar. 2021. Disponível em <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/congressointernacional>. Acesso em 25 de set. 2023.

COSTA, M. A.; COUTINHO, E. H. L. Educação profissional e a reforma do ensino médio: lei nº 13.415/2017. **Educação & Realidade**, v. 43, p. 1633-1652, 2018.

CRESWELL, J. W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa**: Escolhendo entre Cinco Abordagens. 3. ed. Porto Alegre. Penso Editora, 2014.

CRISPI, Priscila. MEC envia à Casa Civil PL de alteração do novo ensino médio. **Correio Braziliense**, Brasília, 22 de set. de 2023. Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/educacao-basica/2023/09/5127709-mec-envia-a-casa-civil-pl-de-alteracao-do-novo-ensino-medio.html>. Acesso em 29 de set. de 2023.

DAMON, W. **O que o Jovem quer da Vida? Como pais e professores podem orientar e motivar os adolescentes**. São Paulo: Summus, 2008.

EYNG, A. M. Currículo e avaliação: duas faces da mesma moeda na garantia do direito à educação de qualidade social. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 15, n. 44, p. 133-155, 2015. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-416X2015000100133&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416X2015000100133&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 14 jun. 2022.

FEIJOO, Ana Maria Lopez Calvo de; PROTASIO, Myriam Moreira; MAGNAN, Vanessa da Cunha. Análise da escolha profissional: orientação ou libertação?. **Ekstasis: Revista de Hermenêutica e Fenomenologia**, [S.L.], v. 3, n. 2, p. 56-73, 31 dez. 2014. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/ek.2014.14076>.

FERREIRA, S. A. **Orientação profissional: atuação na formação humana integral de alunos da EPTNM**. Dissertação ( Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, 2020.

FERRETTI, C. J. A Reforma do Ensino Médio: Desafios à educação profissional. **HOLOS**, [S. l.], v. 4, p. 261–271, 2018. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/6975>. Acesso em: 14 jun. 2022.

FONTANELLA, J.; M., R. R. O projeto de vida como componente do currículo base do ensino médio no território catarinense: análise dos seus limites e das suas possibilidades.. In: **Anais do SIPPE ACAFE. Anais..Lages(SC) Universidade do Planalto Catarinense**, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/SIPPE2021/412857-O-PROJETO-DE-VIDA-COMO-COMPONENTE-DO-CURRICULO-BASE-DO-ENSINO-MEDIO-NO-TERRIOTORIO-CATARINENSE--ANALISE-DOS-SEUS->. Acesso em 25 de set. 2023.

FRANZI, J. Projeto de vida das juventudes brasileiras na reforma do Ensino Médio: analisando a proposta. **Revista Educação e Linguagens**, v. 9, n. 18, p. 49-67, 2020.

GADOTTI, M. **Qualidade na educação: uma nova abordagem**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010. Disponível em: <http://www.acervo.paulofreire.org/handle/7891/3086>. Acesso em: 28 mar. 2021.

Gariba Reitor. **Novas Diretrizes para a EPT e seus Impactos nos Institutos Federais**. YouTube, 12 de mar. de 2021. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=QNoIBYxYfPQ> Acesso em 1 5de março de 2022

GIL, L.G. **Implementação de Políticas Públicas**: um estudo de caso sobre a ampliação do ensino fundamental para nove anos no município de São Bernardo do Campo. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 12, p. 149-161, 2002.

GONTIJO, J. R. M. **Reforma do Ensino Médio: aspectos pedagógicos, formativos, legais e perspectivas**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Universidade de Uberaba. Uberlândia- MG, 2018.

HERNANDES, P. R. A Reforma do Ensino Médio e a produção de desigualdades na educação escolar. **Educação**, [S. l.], v. 44, p. e58/ 1–19, 2019. DOI:

10.5902/1984644434731. Disponível em:  
<https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/34731>. Acesso em: 14 jun. 2022.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sidra: sistema IBGE de recuperação automática**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1379>. Acesso em: 17 out. 2021.

KRIPKA, Rosana; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa Lara. Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. **CIAIQ2015**, v. 2, 2015.

KUENZER, A. Z. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 331-354, 2017.

LAGO, L. Y. **Orientação profissional**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017.

LARA, L. D. de; ARAÚJO, M. C. S. de. O adolescente e a escolha profissional: compreendendo o processo de decisão. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, v. 9, n. 1, 2005.

LASSANCE, M. C. P.; LEVENFUS, R. S.; MELO-SILVA, L. L. **Orientação de carreira: Investigação e práticas**. Porto Alegre. Associação Brasileira de Orientação Profissional, 2015. e-book. Disponível em: [https://abopbrasil.org.br/wp-content/uploads/2021/07/2015\\_E-book\\_ABOP.pdf](https://abopbrasil.org.br/wp-content/uploads/2021/07/2015_E-book_ABOP.pdf). Acesso em: 17 out. 2021

LIMA, M. N.; MARANHÃO, T. L. G. Orientação Profissional na Adolescência: Uma Revisão Sistemática. **ID on line. Revista de psicologia**, [S.l.], v. 12, n. 42, p. 158-186, out. 2018. ISSN 1981-1179. Disponível em:  
<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1304>. Acesso em: 14 jun. 2022.

LISBOA, C. P. Uma experiência de orientação profissional no contexto de políticas públicas. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 18, n. 1, p. 105-114, 2017.

MACHADO, Yane Ferreira. **A orientação profissional vivenciada a partir da gamificação**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano) (IF Sertão PE) / Campus Salgueiro, Salgueiro, PE, 2020.

MANAUS. **Resolução N. 038/CME/2015 aprovada em 03.12.2015**. Manaus: Diário Oficial do Município de Manaus, 2016.

MANAUS. Secretaria Municipal de Educação de Manaus. **Currículo Escolar Municipal de Manaus**. 2021.

MARAN, Z. M. B.; PAIXÃO, M. V. As concepções e controvérsias da formação integrada: a orientação profissional como possível integradora da educação profissional e tecnológica e o mundo do trabalho. **Revista Mundi Sociais e Humanidades**, Curitiba, v. 4, n.1, p.47-66, jan/jul, 2019.

MARX, C. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MEC. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília: 2021. [online]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial>. Acesso em: 08 jun. 2022.

MEDEIROS, M. H. de; LIRA, A. C. M. O Ensino Fundamental no Brasil: breves reflexões sobre a trajetória histórica, as razões implícitas e implicações práticas para o ensino de 9 anos. **Atos de Pesquisa em Educação**, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 159-178, 2016. ISSN 1809-0354. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/4607>. Acesso em: 15 jun. 2022. doi: <http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2016v11n1p159-178>.

MELO, P. T. C; CUNHA, J. L. Uma Disciplina para a Liderança do "Eu" dos Discentes: Projeto de Vida na BNCC. **Revista Plêiade**, [S.l.], v. 15, n. 32, pág. 46-53, 2021.

MELO, W. V. de; BIANCHI, C. dos S. Discutindo estratégias para a construção de questionários como ferramenta de pesquisa. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, [S.l.], v. 8, n. 3, 2015. ISSN - 1982-873X. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/1946>. Acesso em: em 14 jun. 2022.

MELO-SILVA, L. L.; MUNHOZ, I. M. dá S.; LEAL, M. de S. Orientação profissional na educação básica como política pública no Brasil. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 3-18, jun. 2019. disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-33902019000100002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902019000100002&lng=pt&nrm=iso); Acesso: em 14 jun. 2022.

MELO-SILVA, L. L.; LASSANCE, M. C. P.; SOARES, D. H. P. A orientação profissional no contexto da educação e trabalho. **Rev. bras. orientac. prof**, São Paulo , v. 5, n. 2, p. 31-52, dez. 2004 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-33902004000200005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902004000200005&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 25 set. 2023.

MELO-SILVA, L. L.; LASSANCE, M. C. P; SOARES, D. H. P. A orientação profissional no contexto da educação e trabalho. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 31-52, 2004. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-33902004000200005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902004000200005&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 14 jun. 2022.

MELO-SILVA, L. L.; NOCE, M. A; ANDRADE, P. P. Interesses em adolescentes que procuram orientação profissional. **Psic: Revista da Vetor Editora**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 06-17, 2003. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1676-73142003000200002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-73142003000200002&lng=pt&nrm=iso). Acessos em: 14 jun. 2022.

MINAYO, M. C. S. (org.); DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: Dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, [S. l.], v. 2, p. 4–30, 2008. DOI: 10.15628/holos.2007.11. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MUNHOZ, I. M. S.; MELO-SILVA, L. L. Educação para a Carreira: concepções, desenvolvimento e possibilidades no contexto brasileiro. **Revista brasileira de orientação profissional**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 37-48, jun. 2011. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-33902011000100006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902011000100006&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 15 jun. 2022.

OLIVEIRA, C. M. R. de; NEIVA, Kathia Maria Costa. Orientação Vocacional/Profissional: avaliação de um projeto piloto para estudantes da educação profissional. **Rev. bras. orientac. prof**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 133-143, jun. 2013. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-33902013000100013&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902013000100013&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 25 set. 2023.

OLIVEIRA, M. B. L.; ANJOS, R. E. Aportes teóricos da psicologia sócio-histórica para a pesquisa e intervenção em orientação profissional: a escolha profissional em questão. **Avesso do Avesso**, Araçatuba, v.9, n.9, p. 20-34, nov. 2011.

OLIVEIRA, V. dos S. Orientação profissional na escola: Possível relação entre teoria escolar e prática profissional. In: **Colloquium Humanarum**. ISSN: 1809-8207, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 82–86, 2016. Disponível em: <https://revistas.unoeste.br/index.php/ch/article/view/1331>. Acesso em: 15 jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris: Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 05 ago. 2021.

ORIENTAÇÃO. In. **Dicio, dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em <https://www.dicio.com.br/> Acesso em 23 de março de 2022.

OSÓRIO, Vanessa da Conceição. **O educar pela pesquisa e as oficinas pedagógicas: contribuições para prática docente no ensino de ciências das séries iniciais do ensino fundamental**. 2007. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

PACHECO, E. **Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio. Proposta de diretrizes curriculares nacionais**. São Paulo: Moderna, 2012.

PASSARIN, N. M; ORZECOWSKI, S. T. ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL NA ESCOLA PÚBLICA NÃO É UM LUXO, MAS SIM, UMA NECESSIDADE. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor Pde: **Artigos, Curitiba**, v. 1, n. 1, 2016. Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2016/2016\\_artigo\\_ped\\_unicentro\\_neocimaramintkewski.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_ped_unicentro_neocimaramintkewski.pdf). Acesso em: 16 out 2023.

PLACCO, V. M. N. S. **Formação e prática do educador e do orientador Campinas**. 3. ed. São Paulo: Papyrus, 1994.

PLACCO, V. M. N. S. **Formação e prática do educador e do orientador**. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

PROFISSIONAL. *In*. **Dicio, dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em <https://www.dicio.com.br/> Acesso em 23 de março de 2022

QEDU. Desenvolvido por Meritt e Fundação Lemann. Apresenta informações sobre a qualidade do aprendizado em cada escola, município e estado do Brasil. c2021 Disponível em: <https://www.qedu.org.br/brasil/ideb>. Acesso em: 17 out. 2021.

RAMOS, L. O. a L.; NASCIMENTO, A. R. do. Competências gerais da BNCC para os estudantes adolescentes dos anos finais do ensino fundamental: um estudo interpretativo para o desenvolvimento da aprendizagem. **Revista Pedagógica**, v. 21, p. 63-84, 2019.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino Médio Integrado: da conceituação à operacionalização. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, n. 39, p. 15-15, 2014.

RESENDE, G. C.; PASIAN, S. R. Inclinações motivacionais de adolescentes concluintes do ensino fundamental em Manaus a partir do BBT-Br. **Rev. bras. orientac. prof**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 232-247, dez. 2017. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-33902017000200010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902017000200010&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 26 set. 2023. <http://dx.doi.org/10.26707/1984-7270/2017v18n2p233>.

RIBEIRO, M. A Orientação profissional: uma proposta de guia terminológico. *In*: M. A. Ribeiro & L. L. Melo-Silva (Eds.). **Compêndio de orientação profissional e de carreira, volume 1: perspectivas históricas e enfoques teóricos clássicos e modernos**. São Paulo: Vetor. 2011. p. 23-66.

RIZZATTI, I.M. *et. al*. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **Actio: Docência em Ciências**, v. 5, n. 2, p. 1-17, 2020.

ROCHA, M. S. Formação o jovem do ensino médio para a vida e o trabalho. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade de Uberaba. Uberlândia- MG, 2021.

ROEHRS, H.; MAFTUM, M. A.; ZAGONEL, I. P. S. Adolescência na percepção de professores do ensino fundamental. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, [S. l.], v. 44, p. 421-428, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/Kkwp9fjGJ4D7sC6cpJqbCZt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2022.

SALLES, L. M. F. Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 22, p. 33-41, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/p6nq9YHw7XT7P7y6Mq4hw3q/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2022.

SANTOS, K. S; GONTIJO, S. B. F. Ensino Médio e projeto de vida: Possibilidades e desafios. **Revista Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 19 - 34, 2020. DOI: 10.36732/riep. V2i1.52. Disponível

em: <https://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/27>. Acesso em: 15 jun. 2022.

SANTOS, L. M. M. dos. O papel da família e dos pares na escolha profissional. **Psicologia em estudo**, v. 10, p. 57-66, 2005.

SÁ-SILVA, J. R; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J.F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SAVELI, E. de L; TENREIRO, M. O. V. Escolarização obrigatória no Brasil: aspectos históricos e constitucionais. In: **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**, 10.ed. Curitiba, 2011. Anais eletrônicos... Curitiba: PUCPR, 2011. Disponível em: [http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/6005\\_3511.pdf](http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/6005_3511.pdf). Acesso em: 15 jun. 2022.

SAVIANI, D. O direito à educação e a inversão de sentido da política educacional. **Revista Profissão Docente**, [S. l.], v. 11, n. 23, p. 45–58, 2011. DOI: 10.31496/rpd.v11i23.197. Disponível em: <https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/197>. Acesso em: 15 jun. 2022.

SILVA, D. M; GONZAGA, A. M. **Curso de formação de professores: conexões das práticas docentes: uma oficina pedagógica para contar de si e ressignificar-se como professor**. IFAM/ PPGET, 2021.

SILVA, J. B. da S. **A educação profissional tecnológica como ação pública promotora da formação humana integral e da inclusão de jovens em risco social no mundo do trabalho**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal do Amazonas, Manaus, 2020.

SILVA, J. dos S. A influência dos meios de comunicação social na problemática da escolha profissional: o que isso suscita à Psicologia no campo da orientação vocacional/profissional?. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 24, n. 4, p. 60-67, dez. 2004 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932004000400008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000400008&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 10 out. 2023.

SILVA, M. R. da. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em revista**, v. 34, p. e214130, 2018.

SILVA, M. R. da; SCHEIBE, L. Reforma do ensino médio: pragmatismo e lógica mercantil. **Retratos da Escola**, v. 11, n. 20, p. 19-31, 2017.

SOARES, N. M. et al. A orientação profissional e a escolha de carreira de jovens. **Revista INTER EDUCA**, v. 5, n. 3, p. 154-168, 2023.

SOUZA, A. F. de; FREITAS, K. N. V. de; ARARIPE, S. R. da S. História da Orientação Educacional e Profissional no Brasil e no Mundo. **Educandi & Civitas**, Vilhena, v. 2, n. 1, p. 39-50, 2019.

SOUZA, F. das C. S.; COSTA JÚNIOR, José Gerardo Bastos da; DE SOUZA, F. L. A reforma do Ensino Médio: uma ameaça à formação integrada?. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, p. e0310212216-e0310212216, 2021.

SOUZA, Lislely Lourrany Nascimento; ARAËJO, Wanderson Pereira. **GUIA PARA A REALIZAÇÃO DA OFICINA PEDAGÓGICA: responsabilidade ética dos discentes do curso técnico em química integrado ao ensino médio do ifnmg**. Montes Claros: Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, 2020.

SOUZA, V. A. de. **Oficinas pedagógicas como estratégia de ensino: uma visão dos futuros professores de ciências naturais**. 2016.

SPARTA, M. O desenvolvimento da orientação profissional no Brasil. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 1-11, dez. 2003. disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-33902003000100002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902003000100002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 15 jun. 2022.

TAQUETTE, S. R; MINAYO, M. C. Análise de estudos qualitativos conduzidos por médicos publicados em periódicos científicos brasileiros entre 2004 e 2013. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 417-434, 2016.

TERRUGGI, T. P. L; CARDOSO, H. F; CAMARGO, M. L. Escolha profissional na adolescência: a família como variável influenciadora. **Pensando famílias**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 162-176, dez. 2019. disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2019000200013&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2019000200013&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 15 jun. 2022.

TOLEDO, C. C. R. de. Avanços e tendências da orientação profissional e ocupacional no Brasil. **Avaliação Psicológica**, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 457-460, dez. 2009. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-04712009000300018&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712009000300018&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 15 jun. 2022.

VECCHIETTI, M. C. **As trajetórias entre o ensino fundamental e o ensino médio na voz dos adolescentes**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

VIANNA, I. O. de A. **Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica**. Número da edição. 1ª ed. E.P.U., 2001.

VOCACIONAL. *In*. **Dicio, dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em <https://www.dicio.com.br/> Acesso em 23 de março de 2022.

XAVIER, A. S; NUNES, A. I. B. **Psicologia do desenvolvimento**. História, 4. ed. rev. e ampl. Fortaleza: EdUECE, 2015.

ZANATTA, L. A. A; ZANOTELLI, P. M; PERETTI, T. O Ensino Fundamental de nove anos e os processos de alfabetização e letramento. **Revista de Educação do Ideau**, [S. l.], v. 10, n. 21, p. 1-14, 2015.



## APÊNDICE

### APÊNDICE A - Questionário prévio

#### Questionário Diagnóstico

Caro (a) aluno (a),

Este questionário é parte de uma pesquisa de pós-graduação que tem por objetivo caracterizar, para alunos concluintes do Ensino Fundamental, as possibilidades de prosseguimento dos estudos na Educação Básica, tendo como referência o itinerário formativo de formação profissional. Nessa fase inicial da pesquisa pedimos que você responda às questões abaixo. Lembre-se: **NÃO É NECESSÁRIO QUE VOCÊ SE IDENTIFIQUE**. Queremos apenas conhecer sua opinião; por isso, não há respostas certas ou erradas.

Agradecemos muito a sua participação!

- 1) Você pretende continuar a estudar quando acabar o Ensino Fundamental, ou seja, pretende ingressar no Ensino Médio?  
( ) sim ( ) não (...), ainda não me decidi se continuarei a estudar.
  
- 2) Se você ingressar no Ensino Médio, em qual rede de escolas pretende estudar?  
( ) pública estadual (SEDUC)  
( ) pública municipal (SEMED)  
( ) pública federal (IFAM)  
( ) particular
  
- 3) Tem algum curso específico que você pretende fazer como, por exemplo, algum curso técnico, ou magistério? Se sim, especifique o curso, por favor:  

---

  
—
  
- 4) Com a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), você poderá escolher um dentre cinco itinerários formativos para cursar no Ensino Médio, além da formação geral básica. Qual deles você pretende escolher?
  - a) Linguagens e suas Tecnologias;
  - b) Matemática e suas Tecnologias;
  - c) Ciências da Natureza e suas Tecnologias;
  - d) Ciências Humanas e Sociais Aplicadas;
  - e) Formação técnica e profissional.
  - f) Ainda não me decidi sobre qual itinerário cursar

*Em breve daremos continuidade à nossa pesquisa. Muito obrigada por sua colaboração!*

## APÊNDICE B-TAL



Ministério da Educação  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas  
Campus Manaus Centro  
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional



### TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Sr(a) está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa de mestrado, intitulado **ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL A ALUNOS CONCLUINTEs DO ENSINO FUNDAMENTAL ACERCA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO**, cuja pesquisadora responsável pesquisadora Angelica Ribeiro de Souza e o sua orientadora profa. Dra. Cinara Calvi Anic. A pesquisa tem como objetivo Caracterizar, a alunos concluintes do Ensino Fundamental, as possibilidades de prosseguimento dos estudos na Educação Básica na cidade de Manaus, especialmente àquelas direcionadas ao itinerário formativo de formação profissional.

Estes informaram que para coleta de dados serão utilizadas entrevistas, estas serão transcritas e analisadas, segundo os pressupostos da análise espiral de Cresweel (2014), organizada seguindo as etapas de organização, descrição e classificação dos dados em códigos (os quais delimitam as categorias de análise), a interpretação dos dados e sua representação. As análises serão efetuadas em todo o material textual, e seguiremos a técnica da triangulação para, conforme anuncia Trivinos (2006), abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. A opção pela modalidade presencial está como primeira opção, visto que a inserção em campo se dará no decorrer do ano, contudo caso as aulas permaneçam de forma híbrida, estaremos adquandando à realidade imposta pela situação pandêmica.

As entrevistas serão uma forma de socialização e troca de conhecimento acerca do ensino médio, cursos oferecidos e prospecção de cada um acerca dessa etapa. A presente proposta de pesquisa será desenvolvida com base na abordagem qualitativa, a qual, de acordo com Minayo (2016), ocupa-se das crenças, das motivações, dos significados e atitudes dos colaboradores da pesquisa, sendo que esses fenômenos configuram-se como parte da realidade social. Vianna (2001) acrescenta que as pesquisas qualitativas buscam analisar uma situação a partir de dados descritivos e da observação, objetivando identificar relações, opiniões, efeitos e outros aspectos fundamentais para a compreensão da realidade estudada. Na pesquisa qualitativa há uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto. O sujeito-observador é parte do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado (CHIZZOTTI,2000).

Assinatura \_\_\_\_\_  
Participante

Assinatura \_\_\_\_\_  
Responsável

Assinatura \_\_\_\_\_  
Pesquisador



Ministério da Educação  
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas  
 Campus Manaus Centro  
 Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
 Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional



O(A) Sr(a), tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma, pois sempre será respeitado a dignidade, liberdade e autonomia do participante, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida. Caso aceite participar sua participação consiste em responder as perguntas do nosso questionário de pré-intervenção e pós-intervenção e das oficinas pedagógicas.

Antes da assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) será realizado uma reunião com pais e discentes que desejarem participar, neste momento farei uma leitura em voz alta do termo e explicarei a relevância da pesquisa, seus objetivos, metodologia, benefícios, riscos e indenização em caso de danos para os discentes envolvidos, de modo que o pais possam autorizar ou não a participação do discente, considerando que todos são menores de idade.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. Para o(a) senhor(a) os riscos estão relacionados com algum possível constrangimento, invasão de privacidade, discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado, divulgação de dados confidenciais (registrados no TALE), perda de tempo, riscos relacionados à divulgação de imagem, durante aplicação dos questionários e realização das oficinas. Para contornar esses riscos, todos que participarão respondendo aos questionários e desenvolvendo as ações propostas na oficina terá seu direito respeitado, ficando à vontade para aceitar ou negar responder ao questionário e participatir da oficina, visando não lhe causar constrangimento.

Ressaltamos que não haverá coleta de materiais fecais para análise laboratorial. Para evitar tais riscos, as respostas dos questionários e as imagens das oficinas de aprendizagem ficarão sob responsabilidade exclusiva da Coordenadora do projeto de pesquisa.

São esperados os seguintes benefícios com esta pesquisa: promoção da reflexão discente de forma que ele tenha capacidade de atuar e operar para transformar a realidade, compreendendo-se como um *ser da práxis*, refletindo sobre sua situacionalidade, saindo de expectador para interventor. Pois entende-se que a conscientização é uma das dimensões da Formação Humana Integral.

Assinatura \_\_\_\_\_  
 Participante  
 Assinatura \_\_\_\_\_  
 Responsável

Assinatura \_\_\_\_\_  
 Pesquisador



Ministério da Educação  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas  
Campus Manaus Centro  
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional



Após a análise dos dados e resultados da pesquisa, os participantes obterão o retorno, explicitando os resultados e conclusões.

Garantimos ao(à) Sr(a), e seu acompanhante quando necessário, o ressarcimento das despesas devido sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente. Asseguramos ao(à) Sr(a) o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário. Garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

O(A) Sr(a). pode entrar em contato com a pesquisadora responsável Angelica Ribeiro de Souza a qualquer tempo para informação adicional no endereço: Rua 202, casa 11 quadra 374-nova cidade- Manaus- AM, telefone (92) 991779730, e-mail [2021100351@ifam.edu.br](mailto:2021100351@ifam.edu.br) e com a professora Dra. Cinara Calvi Anic no endereço Av. Sete de Setembro, 1975, e-mail: [cinara.anic@ifam.edu.br](mailto:cinara.anic@ifam.edu.br), telefone (92) 991469496 e também, com o Comitê de Ética em Pesquisa- CEP IFAM - Av. Ferreira Pena, 1109. Centro. CEP 69025- 010. Prédio da Reitoria IFAM, 2º. andar. Telefone: (92) 3306-0062. E-mail: [ceph.ppgi@ifam.edu.br](mailto:ceph.ppgi@ifam.edu.br). O referido Comitê é a instância responsável por avaliar os aspectos éticos dos projetos de pesquisa, levando em consideração os riscos e a cobertura aos direitos dos participantes.

Este documento (TALE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas ou por seu representante legal, e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um. Ademais, caso seja do seu interesse, será encaminhado uma copia desta na versão digital para seu e-mail, todavia pedimos que a salve em uma pasta pessoal no computador, não a salve em nuvem eletrônica. As orientações são com base no Ofício Circular Nº2/2021/CONEP/SECNS/MS de 24 de fevereiro, 2021, que trata sobre as orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO  
Li e concordo em participar da pesquisa



Digital

Eirunepé - AM, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_  
Participante

Assinatura \_\_\_\_\_  
Pesquisador

Assinatura \_\_\_\_\_  
Responsável

Página 3 de 4



Ministério da Educação  
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas  
 Campus Manaus Centro  
 Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
 Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional



#### CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_,  
 residente e domiciliado na \_\_\_\_\_,  
 portador da cédula de identidade, RG \_\_\_\_\_, e inscrito no  
 CPF \_\_\_\_\_, declaro ter conhecimento das informações contidas neste  
 documento e ter recebido respostas claras sobre as dúvidas por mim apresentadas a propósito  
 da minha participação na pesquisa e, adicionalmente declaro que o pesquisador esclareceu para  
 mim o objetivo, a natureza, os riscos e benefícios do estudo concedendo-me o tempo necessário  
 para que eu refletisse e tomasse minha decisão de forma livre. Estou ciente que minha  
 participação é isenta de despesas e que posso acessar os resultados e esclarecer minhas dúvidas  
 durante toda a pesquisa, bem como me foi assegurado o anonimato. Nessas condições  
 apresentadas, concordo voluntariamente em participar deste estudo e declaro que tenho ciência  
 que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidade, prejuízo ou  
 perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Eirunepé, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
 Participante da pesquisa (nome por extenso).

Rg ( \_\_\_\_\_ )

\_\_\_\_\_  
 Responsável pelo participante da pesquisa (nome por extenso).

Rg ( \_\_\_\_\_ )

\_\_\_\_\_  
 Angelica Ribeiro de Souza  
 Pesquisadora responsável  
 (RG 2210184-5 . SSP-AM)  
 Tel: (92) 991779730

\_\_\_\_\_  
 Assinatura \_\_\_\_\_

Participante

\_\_\_\_\_  
 Assinatura \_\_\_\_\_

Pesquisador

\_\_\_\_\_  
 Assinatura \_\_\_\_\_

Responsável

Página 4 de 4

## APÊNDICE C- TCLE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO  
 CAMPUS MANAUS CENTRO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – PROFEPT

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

#### (No caso de Responsável Legal pela criança/adolescente/incapaz)

A(O) criança/adolescente \_\_\_\_\_, sob sua responsabilidade, está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa **“PARA ONDE VOU NO ENSINO MÉDIO? Orientação profissional a alunos concluintes do Ensino Fundamental.”**. Nesta pesquisa pretendemos caracterizar, a alunos concluintes do Ensino Fundamental, as possibilidades de prosseguimento dos estudos na Educação Básica na cidade de Manaus, especialmente aquelas direcionadas ao itinerário formativo de formação profissional. O motivo que nos leva a Estudos como os de Ambiel, Campos e Campos (2017), de Ambiel, Lamas e Silva (2016) evidenciaram, em revisão de literatura, prevalência de estudos cujo público alvo era estudantes do ensino médio e superior. Diante dessa constatação indagamo-nos sobre a OP direcionada a alunos concluintes do Ensino Fundamental, haja vista a própria Base Nacional Comum Curricular- BNCC para o Ensino Fundamental trazer, como uma das competências a ser desenvolvida nos alunos, a questão do Trabalho e Projeto de Vida, ou seja, a capacidade do estudante gerir a própria vida e estabelecer metas, o que requer a compreensão, por parte destes, sobre o mundo do trabalho. Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos:

A presente proposta de pesquisa será desenvolvida com base na abordagem qualitativa. Faremos a análise documental para verificarmos, nos documentos legais que norteiam a Educação Básica, como se apresenta a temática do trabalho e projeto de vida, justificando a importância da orientação profissional no contexto escolar. Além da análise documental, pretendemos realizar entrevistas com concluintes do Ensino Fundamental matriculados em uma escola municipal de Manaus, com vistas a identificarmos as percepções e concepções desses estudantes sobre a nova estrutura do Ensino Médio, bem como as suas pretensões e intenções no prosseguimento dos estudos serão do tipo parcialmente estruturada, ou seja, serão guiadas por alguns pontos de interesse de nossa pesquisa e o pesquisador explora esses pontos ao longo da entrevista.

Os participantes da pesquisa serão estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental, e as entrevistas serão agendadas conforme a disponibilidade da escola em ceder um horário para tal, e a disponibilidade dos estudantes. Pretendemos, com a anuência e autorização dos participantes, utilizarmos o gravador para registrar as entrevistas, as quais deverão ser transcritas. Os participantes da pesquisa, por serem menores de idade, deverão assinar o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, conforme prevê a legislação pertinente. Os responsáveis desses alunos também deverão tomar ciência acerca da pesquisa e assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Após a realização das entrevistas, estas serão transcritas e analisadas, segundo os pressupostos da análise espiral de Cresweel (2014), organizada seguindo as etapas de organização, descrição e classificação dos dados em códigos (os quais delimitam as categorias de análise), a interpretação dos dados e sua representação.

A organização corresponde à etapa onde os pesquisadores convertem seus arquivos em unidades de texto apropriadas. Em seguida são feitas anotações no material textual, ou seja, margens do texto, diários de campo, transcrições, as quais representam frases curtas com conceitos-chave que ocorrem ao leitor no momento da leitura. A próxima etapa é a formação das categorias, onde são feitas descrições mais detalhadas de modo a fornecer uma interpretação à luz de seus conhecimentos e das perspectivas da literatura. E, por fim, chega-se à fase de representação dos dados, que pode ser realizada por meio de tabelas, gráficos, textos ou imagens visuais (CRESWELL, 2014).

As análises serão efetuadas em todo o material textual, e seguiremos a técnica da triangulação para, conforme anuncia Trivinos (2006).

As tratativas com os participantes da pesquisa ocorrerão sempre de forma clara, explicitando os objetivos da pesquisa e respondendo aos questionamentos dos participantes.

Porém, é possível que, em algum momento, os participantes se sintam cansados ou confusos diante das entrevistas, e podem desconhecer detalhes dos temas abordados, como a configuração do Novo Ensino Médio. Os mesmos podem se sentir constrangidos diante das perguntas pelo mesmo motivo. Também vemos como uma possibilidade de os participantes sentirem que tiveram sua privacidade invadida.

A fim de minimizar os riscos aos participantes, tomaremos as seguintes medidas:

a) agendar as entrevistas com os alunos em local reservado, de modo a garantir a privacidade na escuta dos relatos; b) realizar a pesquisa em dias e horários em consonância com a disponibilidade dos alunos; c) garantir que os pesquisadores sejam habilitados ao método de coleta dos dados, ou seja, realizar leituras aprofundadas sobre como conduzir as entrevistas, assim como os cuidados necessários na sua condução; d) estar atento aos sinais verbais e não verbais de desconforto; e) assegurar a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de auto-estima, de prestígio e/ou econômico – financeiro; f) assegurar a inexistência de conflito de interesses entre o pesquisador e os participantes da pesquisa; g) garantir aos participantes da pesquisa o seu anonimato, assim como um local adequado para a realização das entrevistas, e a desistência da participação na pesquisa caso seja de sua vontade.

Podemos apontar como benefícios da pesquisa o esclarecimento dos estudantes concluintes do ensino fundamental acerca das possibilidades oferecidas para a continuação dos estudos no ensino médio em forma de orientação profissional, visto que diante do que consta na BNCC, os estudantes deverão escolher dentre as 5 opções de itinerários formativos disponíveis. Diante desses esclarecimentos promovidos por esta pesquisa, acreditamos que o estudante terá mais subsídios para que sua escolha acerca do

caminho a seguir seja mais assertiva. Ao abordarmos as possibilidades para a educação profissional, tomaremos como pressupostos seus conceitos basilares, como o trabalho como princípio educativo, distanciando-nos assim da perspectiva da mera preparação para o mercado e buscando contribuir para uma formação crítica e emancipatória.

De modo geral, acreditamos que a pesquisa poderá contribuir com as tomadas de decisão sobre a continuidade dos estudos no Ensino Médio especialmente no momento atual, em que vivenciamos a implantação no Novo Ensino Médio nas escolas públicas de Manaus. Acreditamos que, no contexto da pandemia do covid-19, nem todos os estudantes puderam ser esclarecidos sobre essa nova proposta, pois verificamos essa situação no retorno às aulas presenciais, quando tivemos contato com algumas escolas de Ensino Fundamental- Anos Finais, enquanto servidora da SEMED-Manaus.

Garantimos ao(à) Sr(a), e seu acompanhante, quando necessário, o ressarcimento das despesas devido sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente. Asseguramos ao(à) Sr(a) o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário. Garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica. Para participar deste estudo a(o) criança/adolescente sob sua responsabilidade não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira.

A(O) criança/adolescente será esclarecida(o) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. (A)O Sr.(a) compromete-se a esclarecer à criança sob sua responsabilidade sobre os objetivos e etapas desta pesquisa de forma clara e adequada à sua idade, antes da sua inclusão neste estudo.)

O(A) Sr.(a), responsável legal, poderá retirar o consentimento ou interromper a participação da(o) criança/adolescente a qualquer momento. A participação dela(e) é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendida(o) pela Escola Municipal Vicente Cruz e pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Caso o(a) Senhor(a) tenha alguma dúvida ou necessite de qualquer esclarecimento ou ainda deseje retirar o consentimento de participação da(o) criança/adolescente sob sua responsabilidade da pesquisa, por favor, entre em contato com os pesquisadores abaixo a qualquer tempo. O(A) Sr(a). pode entrar em contato com a pesquisadora responsável Angelica Ribeiro de Souza a qualquer tempo para informação adicional no endereço: Rua 202, casa 11 quadra 374- nova cidade- Manaus- AM, telefone (92) 991779730, e-mail 2021100351@ifam.edu.br e com a professora Dra. Cinara Calvi Anic no endereço Av. Sete de Setembro, 1975, e-mail: cinara.anic@ifam.edu.br, telefone (92) 991469496 e também, com o Comitê de Ética em Pesquisa- CEP IFAM - Av. Ferreira Pena, 1109. Centro. CEP 69025- 010. Prédio da Reitoria do IFAM, 2º. andar. Telefone: (92) 3306-0062. E-mail: cepsh.ppgi@ifam.edu.br. O referido Comitê é a instância responsável por



avaliar os aspectos éticos dos projetos de pesquisa, levando em consideração os riscos e a cobertura aos direitos dos participantes.

Os resultados da pesquisa serão amplamente divulgados nas escolas públicas, através do produto educacional a ser construído. Pretende-se criar um Guia Didático com informações sobre o Novo Ensino Médio e sobre as possibilidades aqui inseridas, no contexto da cidade de Manaus. Para tanto, utilizaremos os fundamentos teóricos da Orientação Profissional.

Esse Guia também será disponibilizado no repositório institucional do IFAM e nas mídias sociais. Havendo possibilidade e interesse das escolas particulares e da comunidade em geral, poderão ser realizadas palestras ou outras atividades que promovam a socialização dos resultados da pesquisa.

O nome da(o) criança/adolescente sob sua responsabilidade ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. A(O) criança/adolescente sob sua responsabilidade não será identificado em nenhuma publicação, esse material ficará guardado sob posse do pesquisador em local somente por ele acessado. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, rubricadas em todas as suas páginas, as quais serão assinadas, ao seu término pelo (a) Sr. (a), assim como pelo pesquisador responsável. Uma via deste será arquivada pelo pesquisador responsável, no **Escola Municipal Vicente Cruz** e a outra será fornecida ao Senhor (a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a identidade da(o) criança/adolescente sob sua responsabilidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_ .

---

Nome completo (responsável legal pelo participante)

Data

---

Nome completo (pesquisador responsável)

Data

## APÊNDICE D – Questionário do grupo focal

**QUESTIONÁRIO DO GRUPO FOCAL**

- a. O que vocês acham que irá acontecer nesse espaço? Que assuntos acham que vamos tratar?
- b. Quais seus sonhos e expectativas para o futuro profissional?
- c. Quem aqui quer entrar no mercado de trabalho? Quem já está no mercado de trabalho? Com qual atividade?
- d. O que você pretende fazer quando concluir o ensino fundamental se continuar estudando?
- e. Você pretende ingressar no Ensino Médio, qual curso pretende fazer?
- f. Com quem você costuma conversar sobre esse assunto?
- g. Vocês costumam pesquisar, ler em algum lugar sobre isso? assistir vídeos? Em quais lugares vocês costumam achar informações sobre isso?
- h. Como você define o Novo Ensino Médio? E a BNCC do Ensino Médio?
- i. O que você acredita ser Itinerários Formativos?
- j. No Novo Ensino Médio você poderá optar por seguir um itinerário formativo específico de sua escolha, qual seria e por quê?
- k. Você sabia que a formação técnica e profissional representa uma das possibilidades de escolha para o ensino médio, o que você acha dessa escolha?
- l. Você já chegou a pensar em alguma profissão que gostaria de seguir? Já procurou saber um pouco mais sobre essa profissão?
- m. E sobre profissões? Vocês costumam pesquisar, ler em algum lugar sobre isso? assistir vídeos? Em quais lugares vocês costumam achar informações sobre isso?
- n. Como acontece a sua orientação para cursar no Ensino Médio (palestra, curso, momentos promovidos pela escola), quais informações têm sobre isso? Qual a fonte? O
- o. Quais os cursos técnicos que você conhece? Eles têm o mesmo grau de importância na sociedade do ponto de vista educacional? Estão no mesmo nível de escolaridade?
- p. O que é a educação profissional técnica nível médio? Podes me falar um pouco sobre isso?
- q. Que locais oferecem esses cursos em Manaus?

## APÊNDICE E – Cartões de Boas vindas com as letras de músicas



## PÊNDICE F – Letras das músicas entregue impressas aos alunos



APÊNDICE G – Avaliação da Oficina

 **Oficina – Árvores do Futuro**  
 ORIENTADOR ACIONÁRIO ALVIANIG  
 MESTRANDA ANGEL KARIBEIRO DE SOUZA

**AVALIAÇÃO DA OFICINA**

**NÃO precisa por seu nome!**

Qual sua opinião sobre as atividades realizadas na oficina?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**) Você acha que essa oficina contribui de alguma forma para que sua escolha sobre o Ensino Médio?**

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**- como você se sente em relação ao que foi apresentado sobre o ensino médio?**

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**- Você se interessou pela instituição IFAM? Gostaria de ingressar na rede diante das informações obtidas nessa oficina?**

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**Espaço livre, elogios, dúvidas, sugestões, coloque aqui**

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

## APÊNDICE H- Avaliação do Produto

### QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Avaliação do produto educacional: "Navegando nas Águas das Escolhas Profissionais"

Caro colega,

Através da realização da pesquisa intitulada "A orientação profissional como um caminho para quem se insere no ensino médio integrado", vinculada ao Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) em Rede Nacional, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), foi possível construirmos esse produto educacional, representado por um Material Didático/ Instrucional no formato de um Guia para pedagogos e professores que desejem promover atividades que contribuam para o amadurecimento da escolha profissional de alunos concluintes do Ensino Fundamental, sobretudo àqueles que se interessem pela Formação Profissional.

Pedimos a gentileza de avaliá-lo, a fim de aprimorarmos nosso material e contribuirmos de forma mais efetiva com a equipe escolar e com os concluintes do Ensino Fundamental, de modo que possam fazer escolhas mais assertivas sobre suas escolhas profissionais. Não há respostas certas ou erradas, pois estamos interessados em sua opinião. Por isso, em cada questão de múltipla escolha, há a opção "outros", para que você possa inserir seus comentários caso julgue pertinente. A avaliação deste produto é também parte da pesquisa que lhe deu origem.

É IMPRESCINDÍVEL que este material não seja divulgado e/ou compartilhado pois, é fruto de uma pesquisa de mestrado e até, este momento, não passou pelo crivo da banca avaliadora.

Agradecemos sua colaboração nesta etapa!

\*Obrigatório

1. Quanto ao título do produto "Navegando nas Águas das Escolhas Profissionais", você o considera: \*

- Adequado ao que se propõem  
 Razoavelmente adequado ao que propõem  
 Inadequado ao que se propõem  
 Outro:

2. O produto educacional deixa claro quais são seus objetivos e o público a que se destina? \*

- a) Sim  
b) Não  
c) Em partes

Outro:

3. O produto apresenta argumentos claros que justificam sua elaboração/ aplicação, de forma que contextualiza a sua idealização? \*

- Sim  
 Não  
 Em partes  
 Outro:

4. As bases teóricas (conceitos de Orientação Profissional, Projeto de Vida, Discussões sobre o Novo Ensino Médio e Formação Profissional) que norteiam a construção do produto estão coerentes com as justificativas usadas para a sua criação? \*

- a) Sim  
b) Não  
c) Em partes

Outro:

5. Há elementos, no produto, que demonstram que sua utilização oferece possibilidades efetivas de contribuição para o planejamento de espaços e ações pedagógicas? \*

- a) Sim  
b) Não  
c) Em partes

Outro:

6. Qual a sua opinião sobre a organização/ estrutura do produto (sequência das seções, organização do material)?

7. As orientações para a realização da Oficina Árvores do Futuro: Orientação Profissional para concluintes do Ensino Fundamental, além das indicações de leituras, vídeos, materiais de apoio, são expressos de forma clara? \*

- a) Sim  
b) Não  
c) Em partes

Outro:

8. Queremos ouvi-lo! Fique à vontade, nesse espaço, para fazer suas sugestões, questionamentos, críticas...suas contribuições são muito bem vindas!